

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GLEISE CAMPOS PINTO SANTANA

**O CRÉDITO CONSIGNADO NO QUADRO DA APOSENTADORIA
RURAL NO CAMPO SERGIPANO**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O CRÉDITO CONSIGNADO NO QUADRO DA APOSENTADORIA
RURAL NO CAMPO SERGIPANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional

Orientadora: Profª Drª Josefa de Lisboa Santos

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

GLEISE CAMPOS PINTO SANTANA

O CRÉDITO CONSIGNADO NO QUADRO DA APOSENTADORIA RURAL NO CAMPO SERGIPANO

Tese de doutorado submetida á apreciação da banca examinadora constituída pelos examinadores:

Profª Drª Josefa de Lisboa Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Eloísio da Costa
Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Andrecksá Viana Oliveira Sampaio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. José Hunaldo Lima
Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Thereza Cristina Zavaris Tanezini
Universidade Federal de Sergipe

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

Dedico este trabalho a todos os idosos aposentados do espaço rural brasileiro, que além de toda dificuldade da labuta diária no campo, se deparam agora com a perversidade das amarras do sistema financeiro. À vocês, valentes e heróis ocultos, todo o meu respeito!

AGRADECIMENTOS

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem se desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1:9).

Apesar das inseguranças, medos e dificuldades surgidas nesses últimos quatro anos, eu acreditei, afinal se até aqui cheguei é porque até aqui Ele esteve comigo. Obrigada meu Deus, por essa grande conquista! A ti dedico este trabalho, “pois Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória para sempre! (Romanos 11:36).

Difícil cair a ficha! Aqui estão os agradecimentos da minha tese. Sim, minha tese de doutorado! Quando iniciei minha graduação, comecei a ter contato com professores doutores, que para mim significavam algo quase que surreal. O suprasumo do conhecimento! À medida que os anos se passavam, fui percebendo que esse estágio parecia estar mais familiar à minha pessoa, parecia ser possível para mim também tornar-me doutora um dia. O pontapé inicial para isso foi o ingresso na pós graduação através do mestrado, nesse momento comecei a perceber que a mim também era possível, mesmo com minhas limitações. Hoje me sinto completa no aprendizado e no domínio por alguma área do conhecimento? Sem dúvida que não! Até por que quanto mais lemos e estudamos mais descobrimos que ainda temos muito o que aprender. Aqui não é o fim de uma etapa, é apenas o começo! Começo de uma nova fase em que responsabilidades e cobranças maiores estão por vir, eu sei, mas estarei sempre disposta a superá-las, através do esforço e dedicação no estudar diários.

Durante a minha caminhada acadêmica, estive sempre agraciada por pessoas especiais, familiares e amigos, os quais compartilho essa vitória com cada um de vocês!

Agradeço de todo o meu coração à minha família pelo apoio e incentivo. Laercio, meu amado esposo, obrigada por estar sempre ao meu lado, por todas as vezes que me viu chorar ou mesmo “lamentar” por não consegui escrever e dizia-me, “relaxe, daqui a pouco você escreve”, até o simples “pare de chorar” me fez mais forte! Você é o melhor de mim! Pra sempre te amo!

E no meio disso tudo você chegou, me deixou super feliz, mas também assustada! Como fazer doutorado e ter um bebê? Eis a questão! Algumas palavras não foram animadoras, ouvi diversas vezes pelos corredores do PPGEIO que os dois não davam certo, ou você teria um filho ou você seria doutora. Mas não é que deu certo? Meu Miguel, meu pequeno, você me viu crescer e me fez crescer! Tornou meus dias, meses e anos mais leves, a cobrança menos dolorida e ainda mais, me mostrou que

eu podia sim, ser mãe e tornar-me doutora! Meu pedacinho de mim, essa vitória é nossa! Um dia mamãe explica tudinho a você!

Meus queridos pais, Gerson e Maria, obrigada por todo empenho e esmero dedicados à minha educação, desde lá da Escola Pequena Fada à Escola Estadual Francisco Rosa Santos! Sei que fizeram sempre o melhor por mim e por meus irmãos! Grata serei por toda a minha vida! Irmãos queridos, Mirtes e Jefferson, vocês também são parte desta conquista! Amo minha família!

Minha orientadora linda, Josefa Lisboa, obrigada por me dá um voto de confiança e aceitar meu pedido de orientação, mesmo me conhecendo pouco... ainda lá na disciplina de três créditos que cursei com você no mestrado pude descortinar minha concepção de Estado e me encantar com sua inteligência! Ali queria ser como você quando crescesse! Obrigada por me ver além de uma doutoranda bolsista que precisa escrever uma tese! Obrigada inclusive, por ter sido uma das poucas (mas das mais importantes) incentivadoras de que eu poderia ter um filho sim, por sempre me fazer lembrar que existe vida além da universidade e que dedicar tempo à família é importante sim! Essa conquista é sua também!

Jamais o chamarei de ex professor ou ex orientador, ele será sempre meu grande professor de formação acadêmica! Celso Locatel, como sou grata a você, pois foi contigo que comecei a dá os primeiros passos na pesquisa acadêmica. A minha primeira oportunidade foi você quem me deu e isso não esquecerei nunca! Como você me fez crescer, desde nosso projeto de iniciação científica ao projeto Universidades Cidadãs e no mestrado. Sua inteligência e respeito pelo outro (inclusive pelos diferentes modos de pensar acadêmicos) muito me admira e me ensinou/ensina. Agradeço pelas contribuições na qualificação dessa tese e até por me perguntar simplesmente se “está tudo bem, como está com a construção da tese?”. Seu pouco tempo de estadia conosco aqui na UFS em nada se compara ao que você deixou de aprendizado comigo! Obrigada por tudo, professor e amigo, Celso. Te adoro de coração!

Alexandrina Luz, grande mestre, grande doutora! Se hoje percebo o mundo descortinado devo acima de todos, a você! Obrigada por transmitir tanto conhecimento à nós alunos, à luz da verdade! Lá no segundo semestre da minha graduação desejei conhecê-la enquanto professora de História do Pensamento Geográfico e desde então, me encantei com sua capacidade ímpar de ser professora! Parabéns pela grande educadora que és! Guardarei lembranças de suas aulas para sempre em minha memória, com muito carinho!

Amigos e colegas de profissão queridos, vocês são tão especiais para mim! Em meio a tantos, citar nomes se torna uma tarefa talvez injusta, mas me atreverei a nomeá-los, mesmo sabendo do risco de que alguns ficarão ocultos (apenas aqui, mas todos estarão marcados para sempre em minha história acadêmica e de vida). Colegas do doutorado, dividi o primeiro ano do curso com vocês me encorajou a prosseguir. Vanessa Dias, seu conhecimento à minha frente muito me ensinou e me

inspirou, obrigada pelas sempre palavras de motivação para comigo! Alessandra, compartilhar das experiências da maternidade com você tornou esses quatro anos menos densos, afinal o “mundo azul” nos rodeia, rs. Diana, colega desde a graduação, cursar o doutorado com você nos aproximou e me fez perceber a sensibilidade e a força que existe em você. Minha irmã desde o primeiro dia de aula da graduação, Adelli, apesar de não cursarmos juntas o doutorado, continuamos prosseguindo o “mesmo” caminho...não tenho dúvida de que um pedacinho dessa minha conquista também é sua conquista, afinal sempre vibramos juntas! Hoje você comemora comigo, amanhã eu estarei de pé te aplaudindo como a mais nova doutora em Geografia! Te amo minha amiga! Amigos de longe e de perto, Andrecksa e Vilomar, vocês são também parte dessa história! Obrigada pelo incentivo que me impulsionou a seguir em frente! Um mais que obrigada à Dea, minha ouvinte e conselheira desde o processo de seleção do doutorado. Você que me ajudou por mensagens, ligações, pessoalmente, email e até whatsapp! Sempre com palavras de conforto e de incentivo! Amo vocês, meu casal favorito, meu casal VilaDea! Marcelo Alves, obrigada pela confecção de alguns mapas, pela paciência em ouvi minhas ideias sobre eles e pela sua fiel amizade! Eline Almeida, colega de graduação, mulher forte e determinada, obrigada por sua amizade, te vejo Doutora em breve!

Ao PPGeo, em especial na pessoa de Everton, meu muito obrigada pela sempre cordialidade com que me atendeu/atende. Muito mais que um secretário, você é um amigo, Everton! Agradeço também aos professores do programa que durante esses quatro anos por algum tempo foram “chefinhos”: Josefa Lisboa, José Eloísio e Josefa Eliane. Parabéns pela dedicação e zelo com que tem conduzido nosso núcleo de pós graduação, tenho certeza que bem mais longe chegaremos!

Agradeço imensamente ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social, em especial à pessoa da Profª Drª Nelmires, que me permitiu conhecer um pouquinho do gigante conhecimento que o Serviço Social tem acerca do Estado, capitalismo e a questão social. Ser ouvinte das aulas da disciplina “Questão social, sujeitos políticos e serviço social” ampliou meus horizontes, desmistificou tabus, além de me possibilitar adentrar com mais propriedade na leitura e discussão de política social à luz de autores do Serviço Social.

À Capes, agradeço pelo apoio financeiro, que sem dúvida, foi essencial ao crescimento intelectual e dedicação aos estudos.

Obrigada a todos de coração, vocês são especiais e tem para sempre meu respeito e carinho!

“O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida”.

(David Harvey, 2011, p.120)

RESUMO

Esse estudo analisa a inserção do capital financeiro no campo a partir do crédito consignado destinado aos aposentados rurais. O propósito é avaliar a funcionalidade da aposentadoria rural no contexto atual das relações capitalistas, tendo em vista que o aposentado tem acesso direto ao sistema de crédito que cada vez mais aprisiona a sua renda tornando-o refém do sistema financeiro. A pesquisa reconhece a dinâmica da produção do espaço e destaca a importância de desnudar suas formas de produção diferenciadas. Assim sendo, entende-se que o espaço rural vem sendo incorporado ao sistema sociometabólico do capital, cada vez de forma mais dinâmica, expondo as relações combinadas que favorecem a sua reprodução ampliada. O campo, nesse interim, aparece como o lugar a ser modificado. Toda sorte de investimentos “alternativos” à produção camponesa é sugerido. Destaca-se que, combinadamente à lógica do desenvolvimento rural na atualidade, um propósito de mascaramento da centralidade que a terra continua a exercer para a reprodução social das populações que vivem nessa parcela do espaço, se apresenta como central para o Estado e o capital. Diante disso é que se faz necessário analisar o espaço rural como parte da totalidade, de modo a expor sua dependência em relação ao Estado e ao mercado. Esse Estado aliado do capitalismo, tem colocado os idosos aposentados do espaço rural cada vez mais preso às amarras da financeirização, uma vez que junto com a conquista da aposentadoria rural assegurada pela Seguridade Social, vem o fetiche do dinheiro fácil do sistema de crédito. Nos limites dessa dependência a aposentadoria rural ganha relevância social e importância econômica no campo brasileiro.

Palavras chaves: Aposentadoria Rural. Capital Financeiro. Estado. Crédito Consignado. Espaço Geográfico.

ABSTRACT

The present study analyzes the insertion of financial capital in the countryside as from the payroll loans intended to the rural retirees. The purpose is to evaluate the functionality of the rural retirement in the current context of capitalist relations, considering that the retiree has direct access to the credit system that increasingly imprisons his income, making him a hostage of the financial system. This study recognizes the dynamics of the production space and emphasizes the importance of denude the various ways of production. Therefore, it is considered that rural areas has been incorporated into the socio-metabolic system of the capital, each time more dynamically, exposing the combined relations which favor their expanded reproduction. The countryside will appear as a place to be modified. All kinds of "alternative" investments to the peasant production are suggested. It is noteworthy that, in combination to the logic of rural development at the present time, a masking purpose of the centrality that the soil continues to exercise for the social reproduction of the populations living in this portion of space is presented as central to the State and the capital. In view of this, it becomes necessary to analyze the rural areas as part of the totality, in order to expose its dependence on the on State and the market. This state, allied with the capitalism, has put the elderly retired of the countryside increasingly trapped in chains of financialization, since along with the achievement of the rural pension provided by the Social Security, comes the fetish of the easy money provided by the credit system. At the limits of this dependence, the rural retirement gains social relevance and economic importance in the Brazilian countryside.

Keywords: Rural Retirement. Financial capital. State. Payroll. Geographic space.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Brasil, população idosa, 1991 - 2010	24
FIGURA 2	Sergipe, População idosa, 1991 - 2010	25
FIGURA 3	Localização da área de estudo	36
FIGURA 4	Sergipe, financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2012	89
FIGURA 5	Porcentagem dos benefícios emitidos no espaço rural por municípios, do total de benefícios emitidos	149
FIGURA 6	Loja de assessoria aos aposentados e pensionistas para facilitar a liberação do crédito consignado, município de Lagarto/SE.	152
FIGURA 7	Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Lagarto/SE	155
FIGURA 8	Agências bancárias ao lado de lojas de consórcios e crédito consignado, Lagarto/SE	156
FIGURA 9	Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE	157
FIGURA 10	Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE	157
FIGURA 11	Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Porto da Folha/SE	158
FIGURA 12	Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Itabaiana/SE	158
FIGURA 13	Agência bancária, Propriá/SE	159
FIGURA 14	Agência de consórcios e financeira para crédito consignado, Propriá/SE	160
FIGURA 15	Loja de consórcios e crédito consignado ao lado do Banco do Brasil, Lagarto/SE	161
FIGURA 16	Loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE	161
FIGURA 17	Loja de consórcios e crédito consignado, Estância/SE	162
FIGURA 18	Loja de consórcios e crédito consignado, Porto da Folha/SE	162
FIGURA 19	Loja de consórcios e seguros para crédito consignado, Estância/SE	163
FIGURA 20	Loja de consórcios e seguros crédito consignado, Lagarto/SE	163
FIGURA 21	Conversa com idosa aposentada	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Bancos e instituições financeiras vinculados à Previdência Social (valores em 2015), 2015	84
Quadro 2	Sergipe - Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas, 2012	90
Quadro 3	Conjunto das políticas sociais e aposentadorias no Brasil	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População brasileira idosa no campo e na cidade, 1991, 2000 e 2010	23
Tabela 2	Benefícios emitidos pelo INSS segundo os municípios, Sergipe, 2011	26
Tabela 3	Investimentos em R\$ (mil) dos fundos de pensão, 2014	138
Tabela 4	Sergipe, quantidade de benefícios emitidos pela previdência social, 2014	150
Tabela 5	Quantidade de aposentadorias, Sergipe, Dez 2010/2012	150

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP - Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada

BANESE - Banco do Estado de Sergipe

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BMG - Banco de Minas Gerais

BM - Banco Mundial

BRB - Banco de Brasília

CAPs - Caixas de Aposentadorias e Pensões

CEA - Comissão Econômica das Nações Unidas para a África

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CW - Consenso de Washington

DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DRU - Desvinculação de Receitas da União

EAPC - Entidades Abertas de Previdência Complementar

EBES - Estado de Bem Estar Social

EC - Emenda Constitucional

ECE - Comissão Econômica para a Europa

EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ESCAP - Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico

ESCWA - Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FAPI - Fundo de Aposentadoria Programada Individual

FAPTR - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNCEF - Fundação dos Funcionários da Caixa Econômica Federal

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

IAPB - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais

IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores dos Transporte e Carga

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPM - . Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

IAPS - Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED - Investimento Externo Direto

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social

MAS - Ministério da Assistência Social

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

MPS - Ministério da Previdência Social

MTPS - Ministério do Trabalho e da Previdência Social

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OS- Organizações Sociais

OSCIP - Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público

PEA - População Economicamente Ativa

PETROS - Fundo de Pensão da Petrobrás

PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre

PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

PS – Política Social

PRORURAL - Programa de Assistência Rural

RCP - Regime Complementar de Previdência

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

RPPS - Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SM - Salário Mínimo

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TAC - Taxa de Abertura de Crédito

WS - Welfare State

SUMÁRIO

Introdução	18
Parte I	42
Capítulo 1: A natureza do Estado na economia mundializada	43
1.1- O Estado e sua superestrutura de mantenedor de domínio de classe	43
1.2 - No quadro da economia brasileira, a natureza do Estado	53
1.3 - O Estado no cenário contemporâneo	66
Capítulo 2 - O capital financeiro e o sistema de crédito como mecanismos de controle da riqueza	70
2.1 O capital financeiro e o controle do espaço	70
2.2 O sistema de crédito e o controle da renda do trabalhador	74
Parte II	92
Capítulo 3 – Política social e o sistema de Seguridade Social	93
3.1- A política social em sentido genérico	93
3.2- As políticas sociais no Brasil	98
3.3- As políticas sociais no contexto das mudanças do Estado: universalizaçãoXfocalização no pós 1990	102
3.4- A Seguridade Social nos marcos da Constituição brasileira de 1988	110
Capítulo 4 – Previdência, aposentadoria e crédito consignado no campo	124
4.1 - O sistema previdenciário e a aposentadoria	124
4.2- A aposentadoria rural no Brasil	141
4.3 A espacialização do crédito consignado em Sergipe: da aposentadoria ao endividamento	152
Considerações Finais	168
Referências	173
Apêndice	180

INTRODUÇÃO

Essa tese realiza um estudo sobre os rebatimentos do crédito consignado para aposentados do meio rural sergipano. Trata-se de uma política de crédito do sistema financeiro, que atinge diretamente os aposentados rurais e suas respectivas rendas. O objetivo é analisar o papel dos investimentos do crédito consignado na reprodução das unidades de produção camponesas, considerando as suas múltiplas faces, desde o seu uso em atividades produtivas, à sua funcionalidade na inserção do aposentado e da unidade de produção camponesa no circuito do capital financeiro.

A dimensão espacial dessa realidade é, como chama atenção Carlos (2011), atributo das relações sociais que se dão no tempo e no espaço. A espacialidade diz respeito à localização e distribuição das “coisas” no espaço. É o arranjo estrutural, a forma de organizar a relação homem natureza que dá a “forma” de espaço geográfico. Sabe-se, no entanto, que a produção do espaço está intrinsecamente relacionada ao modo capitalista de produzir, que “cria” o arranjo espacial necessário à sua reprodução. As grandes cidades industriais e os espaços de produção agrícolas, por exemplo, são modelados (construídos) a fim de garantir os objetivos de crescimento e fortalecimento do sistema do capital.

O espaço geográfico é o espaço produzido, reproduzido pela sociedade. Ele é muito mais que simplesmente o lugar sobre o qual se localizam as coisas, os objetos ou os fenômenos. É muito mais complexo. Há uma inter-relação entre espaço e sociedade, visto que a dinâmica da sociedade interfere no espaço geográfico, e por sua vez o espaço produzido interfere na sociedade. “Existe, portanto, a produção–reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação” (CARLOS, 2011, p.29).

Cada espaço para Harvey (2005) desenvolve o que ele chama de coerência estruturada. Essa coerência está relacionada à produção e ao consumo de determinado espaço. Enfim, o capitalismo cria uma coerência estruturada de relações capazes de manter em ordem e andamento tudo o que diz respeito à

produção e o consumo de determinado espaço¹. Nesse quadro a apropriação do espaço via empréstimos do sistema de crédito permite alterações no arranjo espacial que somente o trabalho de pesquisa de campo pôde responder. Foi necessário ir a campo, visualizar a configuração espacial, a presença de agências financiadoras, conversar com os aposentados, seus filhos, com residentes nesse espaço para compreender em que medida o empréstimo consignado altera a configuração espacial existente a partir dos investimentos que esse capital permite realizar.

É o novo arranjo espacial, assim como as condições de reprodução social consequentes desses consignados, o endividamento, as dificuldades de aquisição de outras necessidades, as demandas subsequentes aos endividamentos, seus rebatimentos na reprodução da família, que respondem ao papel do empréstimo consignado no campo.

É justamente essa dimensão espacial, geográfica, como processo de reflexão crítica que conduz ao desvelamento do objeto – esse “desvelar” do objeto ocorre no momento em que se começa uma investigação ou pesquisa científica.

O empréstimo consignado para aposentados é uma modalidade de crédito exclusivo para a classe dos idosos, que foi criada em dezembro de 2003 e implementada em 2004. Desde então só tem aumentado a procura pelo serviço. Este tipo de empréstimo para aposentados é consignado em folha e tem condições muito melhores que um empréstimo pessoal convencional. O empréstimo para aposentado é semelhante a um crédito pessoal, estando às diferenças principais na taxa de juros, que é mais baixa da usualmente praticada no mercado (até 2,34% e encargos mais baixos), não necessita de abertura de uma nova conta corrente ou

¹ Contudo, destaca Harvey (IBID), alguns processos muito comuns ao próprio capitalismo podem solapar essa coerência. São eles: a acumulação e a expansão produzem pressões que extravasam para o exterior (por exemplo, por exportação de capital e migração, respectivamente); as revoluções tecnológicas que alteram os limites espaciais através da produção e do consumo; em terceiro lugar, a luta de classes que pode provocar trabalhadores e capitalistas a buscarem outros lugares e, por fim, as revoluções nas formas capitalistas de organização permitem maior controle sobre espaços cada vez maiores. Essas revoluções podem ser ascensão do capital financeiro e empresas multinacionais. Esses processos muito frequentemente abalam a coerência estruturada de um território, os limites territoriais são alterados, àquilo que era definido pela divisão localmente integrada passa a ser comandado pela divisão internacional do trabalho, “talvez também a consciência e a cultura regional sejam solapadas, transformadas em pálidas sombras do seu caráter anterior” (HARVEY, 2005, p. 147).

poupança para receber o crédito (precisando apresentar apenas cópia do documento de identidade: Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), detalhamento de crédito e comprovante de residência atual), facilidade do pagamento descontado diretamente no benefício ou na conta bancária, ausência de cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e, obviamente, sem burocracia. Essas “facilidades” chegam a ser um dos meios de convencimento mais atrativos para o idoso cair na “armadilha” do chamado capital financeiro, uma vez que lhe vendem o discurso de baixas taxas de juros e facilidade de pagamento.

A idade para contratar o empréstimo é ilimitada seguindo as regras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porém os bancos estão livres para decidir na política de crédito interna qual a idade limite para concessão, o mais comum entre as instituições financeiras que oferecem os empréstimos para aposentados é a imposição de limites de idade, geralmente variando entre 75, 79 e 81 anos.

Por decisão do governo federal, a parcela de pagamento do empréstimo não pode ultrapassar 30% do benefício do aposentado, para que ele não fique com seu rendimento mensal altamente comprometido. Contudo, as despesas básicas como alimentação e saúde que praticamente todo idoso tem, e, somado a isso 30% do benefício para pagamento de débito bancário, que qualidade de vida lhe resta? Considerando-se que a maioria dos aposentados recebe como benefício um salário mínimo.

De acordo com a Instrução Normativa 28/2008 do INSS, “a consignação significa o desconto efetuado nos benefícios pagos pela Previdência Social, em razão de operação financeira de crédito”. Observa-se o incentivo do Estado para a continuidade das operações de crédito consignado através das instituições financeiras, pois se esta, após firmar convênio com o INSS/Dataprev, “permanecer por três meses consecutivos sem realizar operações de empréstimo ou cartão de crédito, terá seu convênio formalmente rescindido” (Art. 57 da Instrução Normativa 28/2008 do INSS).

O crédito consignado é regido pela Lei nº 10.820 de 17 de dezembro de 2003 a qual dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. Conforme seu Art. 1º

Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015).

A instrução normativa nº 28 de 16 de maio de 2008, do Ministério da Previdência Social, trata de todas as normas referentes ao empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS:

Considerando a necessidade de estabelecer critérios para as consignações nos benefícios previdenciários, disciplinar sua operacionalização entre o INSS, as instituições financeiras e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, simplificar o procedimento de tomada de empréstimo pessoal e cartão de crédito e possibilitar a redução dos juros praticados por instituições financeiras conveniadas, resolve: Art. 1º O desconto no valor da aposentadoria e pensão por morte pagas pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito, concedidos por instituições financeiras, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

Referente à autorização do desconto para pagamento do empréstimo, o Art. 3º adverte que:

Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim;

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

Nas operações de empréstimo consignado, são observados alguns critérios, dentre eles estão: o desconto na folha de pagamento não pode exceder 30% do total da renda do beneficiário; o número de prestações não pode exceder o total de sessenta e duas parcelas fixas e sucessivas; a taxa de juros não pode ser superior a 2,5%; é vedada a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) ou qualquer outra taxa administrativa (Artigo 13 da Instrução Normativa nº 28). O sistema de crédito parece “facilitar” para o aposentado/pensionista o empréstimo consignado, uma vez que não há muita burocracia em sua adesão, pelo contrário, a oferta e as facilidades são atrativas e convincentes para esse segmento da sociedade cair na armadilha do sistema do capital financeiro.

Nesse contexto, teriam os territórios rurais sua coerência estruturada abalada a partir da inserção do capital financeiro pela via do crédito consignado para aposentados no campo? Pode-se afirmar que a cultura e o consumo são afetados pelo sistema de crédito consignado? O certo é que toda a capacidade de que tem o capital e a força de trabalho de se moverem, logo dependem do espaço geográfico. Afinal, “a capacidade de dominar o espaço implica na produção do espaço” (HARVEY, 2005, p.149) e, “as contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas” (IBID, p.150). Nessa direção, essa tese questiona:

Em que medida a inserção do capital de crédito consignado no espaço rural, no contexto de valorização do capital financeiro acarreta em subjugação e controle da renda dos aposentados rurais? Essa tese analisa o papel dos consignados, somente possíveis pela condição das aposentadorias rurais, na reprodução social das famílias camponesas, além dos rebatimentos na produção do espaço rural, ou seja, parte da renda do benefício é utilizada para fins de melhoria na unidade de produção da família ou para outros fins? Quais são essas finalidades? É possível responder ainda o papel desses empréstimos consignados para o conjunto da família, visto que a realidade mostrou que os empréstimos são associados ao idoso, mas o capital atende e é gerenciado por outros membros da família. Nesse interim, o que repercute é um processo de valorização do capital de empréstimo via taxas de juros, que garantem lucratividade para o capital.

Considera-se o camponês idoso aposentado um sujeito fora da População Economicamente Ativa - PEA, e nesses termos, a renda da aposentadoria não se constitui capital enquanto relação social, mas dinheiro para compra simples de mercadoria. Por sua vez, o quadro atual das relações capitalistas comprova que a aposentadoria incorpora mais um sentido, emerge como um portal de inserção do sujeito (idoso) e da unidade de produção familiar na lógica do capital financeiro através do chamado empréstimo consignado. Nessa direção a aposentadoria rural e o aposentado ganham mais importância na produção do espaço rural.

O idoso residente do espaço rural brasileiro modifica sua história enquanto sujeito de direitos a partir da proteção previdenciária. Mais especificamente, a aposentadoria rural trás ao campo brasileiro uma nova configuração, ainda que tardia, a da proteção social.

Os dados da previdência social presentes no espaço rural sergipano, assim como o estudo do uso da aposentadoria que aumenta sua importância estratégica para as famílias que residem no campo, nos levou a buscar dimensionar a importância do benefício para o aposentado que reside nessa parcela do espaço.

No Brasil, a parcela da população rural idosa é maior nos últimos anos:

TABELA 1 - POPULAÇÃO BRASILEIRA IDOSA NO CAMPO E NA CIDADE, 1991, 2000 e 2010.

BRASIL	1991	2000	2010
TOTAL	10.722.705	14.538.988	20.590.597
URBANA	8.221.769	11.869.975	17.324.394
RURAL	2.500.936	2.669.012	3.266.203
SERGIPE			
TOTAL	101.182	130.973	185.957
URBANA	65.949	90.772	132.610
RURAL	35.233	40.202	53.347

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991; 2000; 2010

Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Segue em forma de gráficos os dados acerca da população idosa do Brasil e de Sergipe nos anos de 1991, 2000 e 2010.

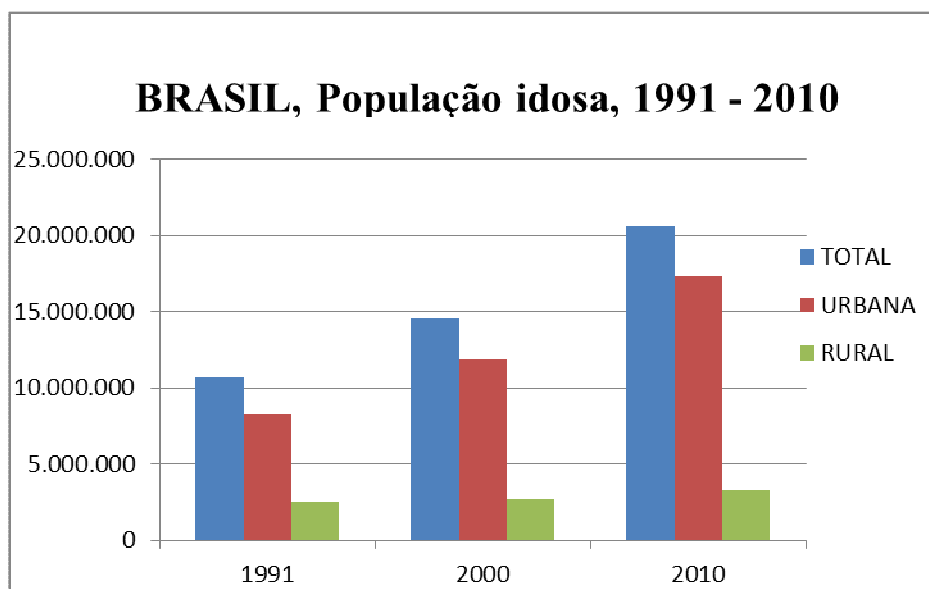


FIGURA 1: Brasil, população idosa, 1991 - 2010
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991; 2000; 2010
 Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

A partir dos anos de 1990 o número de idosos no Brasil tem crescido consideravelmente (passando, segundo o IBGE, de 10,7 milhões em 1991 para pouco mais de 20 milhões de idosos acima de 60 anos em 2010). Com isso, discussões acerca dos benefícios previdenciários têm sido cada vez mais necessárias, tendo em vista o crescimento no número de beneficiários da aposentadoria (seja ela no campo ou na cidade). Há, em virtude desse crescimento, grande repercussão no orçamento público.

Desde a década de 1990, a parcela da população idosa tem aumentado acompanhando duas lógicas: o aumento da expectativa de vida da população do país e a saída da população mais jovem do espaço rural em virtude das condições de reprodução da agricultura camponesa. Esse quadro é acompanhado por uma questão agrária² que ao longo dos anos aparece sem resolução no tocante as políticas públicas brasileiras (OLIVEIRA, 2002; MARTINS, 1999; 2000, PAULINO e ALMEIDA, 2010).

² A questão agrária é aqui compreendida como um conjunto de questões inerentes a expansão do capitalismo no espaço agrário, o qual tem na sua gênese a relação capital/trabalho a partir da propriedade privada e da renda da terra (SILVA, 2013).

O significativo número da população idosa sergipana que reside no campo expõe um quadro que resulta tanto da melhora da longevidade (produto da melhoria na medicina), quanto das dificuldades enfrentadas pela agricultura camponesa e dificuldades de reprodução social advinda das condições enfrentadas pelo campesinato brasileiro, o que leva à expulsão da população mais jovem e a permanência dos idosos no campo.

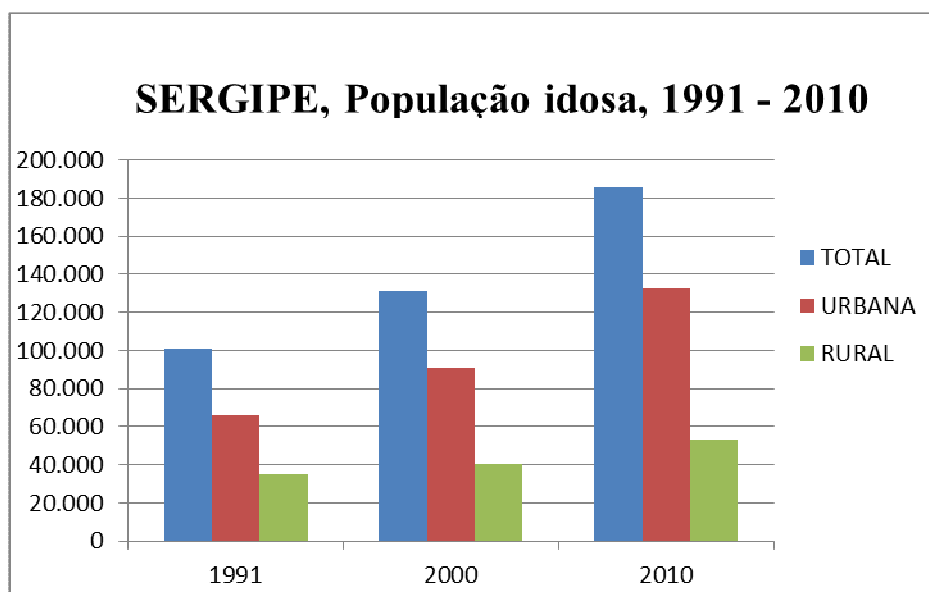


FIGURA 2: Sergipe, População idosa, 1991 - 2010
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991; 2000; 2010
Org: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016

Os dados estatísticos relacionados à população idosa apresentados neste trabalho são resultantes de diagnóstico da realidade rural no estado de Sergipe em que o número de idosos tem crescido favoravelmente e, além disso, é sabido que os jovens não estão permanecendo no meio rural (em sua maioria), consequentemente a população que fica no campo encontra-se na faixa etária acima de 40 anos e a população idosa do campo é significativa no tocante à população rural como um todo (os idosos do espaço rural sergipano representam cerca de 50% do total da população rural do estado - informação baseada em dados do DATAPREV, 2014). Neste contexto, a aposentadoria merece ser estudada na perspectiva de explicar a sua importância no quadro atual das relações capitalistas.

No caso do estado de Sergipe apresenta-se a parcela de idosos e de beneficiados com a previdência social. A seguir, a tabela 2 apresenta a quantidade de benefícios emitidos pelo INSS, segundo os municípios de Sergipe, no mês de dezembro de 2011. Percebe-se que dos 75 municípios sergipanos, mais de 55 tem metade ou mais do total de benefícios emitidos no espaço rural, o que denota um número expressivo de aposentados rurais.

Tabela 2 - Benefícios emitidos pelo INSS segundo os municípios, Sergipe, 2011.

(continua)

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS NO MÊS DE DEZEMBRO, 2011		
	TOTAL	URBANO	RURAL
Amparo do São Francisco	96	57	39
Aquidabã	3.939	1.102	2.837
Aracaju	84.627	77.776	6.851
Araújo	1.471	576	895
Areia Branca	1.702	651	1.051
Barra dos Coqueiros	684	537	147
Boquim	4.813	1.619	3.194
Brejo Grande	403	136	267
Campo do Brito	3.265	1.193	2.072
Canhoba	620	130	490
Canindé do São Francisco	4.006	949	3.057
Capela	3.788	1.995	1.793
Carira	3.632	821	2.811
Carmópolis	1.065	796	269
Cedro de São João	316	169	147
Cristinápolis	1.714	676	1.038
Cumbe	176	52	124
Divina Pastora	147	94	53
Estância	13.283	7.931	5.352
Feira Nova	191	77	114
Frei Paulo	2.442	778	1.664
Gararu	1.468	253	1.215
General Maynard	52	35	17
Gracho Cardoso	261	74	187
Ilha das Flores	659	224	435
Indiaroba	603	237	366
Itabaiana	14.678	6.431	8.247
Itabaianinha	5.747	1.617	4.130
Itabi	961	250	711
Itaporanga d'Ajuda	3.044	1.542	1.502
Japaratuba	2.424	881	1.543

Japoatã	1.838	604	1.234
Lagarto	17.105	6.272	10.833
Laranjeiras	1.944	1.594	350
Macambira	1.064	275	789
Malhada dos Bois	118	59	59
Malhador	1.696	394	1.302
Maruim	1.916	1.184	732
Moita Bonita	2.289	469	1.820
Monte Alegre de Sergipe	1.787	317	1.470
Muribeca	264	134	130
Neópolis	3.869	2.152	1.717
Nossa Senhora Aparecida	1.451	192	1.259
Nossa Senhora da Glória	5.521	1.430	4.091
Nossa Senhora das Dores	4.155	1.325	2.830
Nossa Senhora de Lourdes	1.144	276	868
Nossa Senhora do Socorro	5.769	4.701	1.068
Pacatuba	2.022	578	1.444
Pedra Mole	419	138	281
Pedrinhas	333	176	157
Pinhão	221	82	139
Pirambu	461	157	304
Poço Redondo	3.041	607	2.434
Poço Verde	4.601	819	3.782
Porto da Folha	3.896	700	3.196
Propriá	9.157	4.968	4.189
Riachão do Dantas	3.286	875	2.429
Riachuelo	696	538	158
Ribeirópolis	3.474	781	2.693
Rosário do Catete	694	466	228
Salgado	2.985	875	2.110
Santa Luzia do Itanhy	417	188	229
Santa Rosa de Lima	148	85	63
Santana do São Francisco	655	247	408
Santo Amaro das Brotas	1.399	532	867
São Cristóvão	4.707	3.697	1.010
São Domingos	1.217	390	827
São Francisco	126	56	70
São Miguel do Aleixo	99	20	79
Simão Dias	7.659	2.458	5.201
Siriri	750	366	384
Telha	95	27	68
Tobias Barreto	9.586	3.025	6.561
Tomar do Geru	2.031	425	1.606
Umbaúba	3.043	1.215	1.828
TOTAL	281.425	155.510	125.915

Fonte: SINTESE, DATAPREV, 2011.

Org.: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2014.

Esses dados refletem não somente a importância dos aposentados que vivem no campo e do quantitativo de benefícios sociais nesse cenário. Uma realidade que remete a pensar a questão agrária brasileira como uma questão de difícil solução, apesar das lutas organizadas dos movimentos sociais por terra e reprodução social. É preciso reconhecer que as relações de trabalho, renda e dependência que perpassam o espaço rural dificultam a reprodução das famílias no campo levando os mais jovens a buscarem possibilidades nos centros urbanos e ampliando a problemática social brasileira. Esse quadro enfatiza a relação entre o campo e a cidade, denunciando a impossibilidade de resolver problemas urbanos sem mexer na estrutura agrária brasileira.

Essas relações estão diretamente envolvidas com a questão agrária brasileira. Apesar de fundamentalmente arraigada no problema da concentração fundiária, a questão agrária do país perpassa por alguns outros entraves.

O campo brasileiro vem passando nos últimos tempos por um reordenamento territorial em decorrência dos interesses do capital que vem sendo dado a agricultura, isto é, a expansão das culturas de exportação tem gerado a necessidade de produção em grande escala de produtos agrícolas diferentes daqueles que historicamente fazem parte da mesa dos trabalhadores. Esse reordenamento é protagonizado pelo Estado que com incentivos fiscais, criação de políticas públicas “facilitam” a ação de grandes empresas capitalistas no campo. Este acontece via implementação de culturas (como a soja, o trigo, a cana), formação de grandes cooperativas, projetos de irrigação e até criação de pólos, como o Polocentro e o Polonordeste.

A intensificação do processo industrial no campo gerada pela submissão da agricultura ao capital tem, de certa forma, eliminado a separação que o próprio capitalismo causou: cidade e campo. Em outras palavras, historicamente com a expansão do capitalismo, a indústria foi feita para a cidade e a agricultura para o campo. Entretanto, hoje se pode dizer que essa unidade contraditória vem sendo rompida, pois a indústria apodera-se do campo, trabalhadores rurais ocupam a cidade para fazer greve, trabalhadores urbanos vão para as indústrias localizadas no espaço rural, camponeses vão vender seus produtos nas cidades. É desta forma que “[...] a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de

grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo” (OLIVEIRA, 2002, p. 104).

Os filhos jovens dos camponeses em busca do trabalho e vida urbanos tem deixado o campo e migrado para as cidades. A transição demográfica e o envelhecimento do campo, além da procura por melhor escolarização e acima de tudo um trabalho com salário e benefícios mensais, são os principais fatores que ocasionam a migração campo cidade de muitos jovens brasileiros residentes no espaço rural.

A realidade do espaço rural brasileiro é produto histórico produzido pela sociedade e está ligado à lógica da produção do espaço (MOREIRA, 2012b). E, se o espaço está diretamente ligado à produção capitalista, ele é segregador, diferenciado e contraditório. Há “espaços” de negócios, de consumo, espaços de exclusão. Todos esses são espaços do capital que o apropria para controle político, essencial à sua reprodução. Conforme expressa Carlos (2011), a produção do espaço compreende o movimento triádico que o define enquanto condição, meio e reprodução social. O espaço geográfico seria então, o ponto da contradição que existe entre as partes que o formam³.

Espaço e sociedade estão intrinsecamente relacionados, pois as relações sociais acontecem no espaço, logo não existiria uma sociedade a-espacial. Todas as atividades humanas precisam do espaço para se realizarem e esse espaço necessita de uma organização (geográfica) para que estas aconteçam. Nessa condição, é que cabe ao espaço (organizado pela sociedade) promover e facilitar a acumulação e a ampliação do capital, tendo em vista que é este o sistema que rege todo o contexto atual. Diante do exposto, Carlos (2011) afirma ser a produção do espaço a condição material objetiva da produção da história. Levando-se em

³ Essas partes dizem respeito à unidade dialética existente entre a primeira natureza (natureza natural) e a segunda natureza (natureza socializada). Ainda nessa relação se imbricam a sociedade (segunda natureza) e a natureza (primeira natureza) numa totalidade que ao mesmo tempo se contém e se negam. É toda essa amarração dos contraditórios que torna um espaço geográfico (MOREIRA, 2012). Assim, o espaço geográfico representa a natureza socializada (segunda natureza) a partir da ação do trabalho. Contudo, a primeira natureza não desaparece, afinal ela continua sendo a mesma, sob outra forma, a da segunda natureza. Para Moreira (2012b), esse processo de “natureza” gera um movimento dialético em que a história em seu devir perpétuo transforma a primeira natureza em segunda natureza e vice versa, a partir da relação homem meio via o trabalho. A relação entre o homem e a natureza sempre existiu. É certo que os níveis de interação e complexidade foram aumentando à medida que o avanço da técnica, das forças produtivas ou mesmo do sistema capitalista se estabelecia. Contudo, a relação de dependência do homem à natureza constrói, desde tempos pretéritos, o que se convencionou chamar de espaço geográfico.

consideração a sociedade e a natureza como elementos cruciais na constituição do espaço geográfico, este dotado de variáveis e elementos que o compõe, é imprescindível para sua compreensão o entendimento de que ele (o espaço) tem imbricado em si instâncias históricas capazes de mudar a sua conjuntura. Em outras palavras, o espaço constituído da relação sociedade natureza tem na sua essência a mudança, o diferente, o movimento. Basta dizer que a soma de paisagens, lugares, dão o caráter do espaço, logo sua maior marca é a sociedade e a natureza em constante transformação.

O espaço é híbrido, pois tem a capacidade de “reunir num só lugar tudo o que do seu lado rejeita e, por oposição a si, do outro lado agrupa” (MOREIRA, 2012, p.36)⁴. Esse hibridismo tornou-se cada vez mais visível com o avanço da industrialização nas cidades e a própria expansão do sistema capitalista que carrega em sua essência a homogeneidade e a heterogeneidade dos espaços. “Espaço é criação da diferença” (IBID, p.37). Por isso, campo e cidade que são uma simbiose, ao mesmo tempo o são, na aparência, oposição, parece que são diferentes, um mais desenvolvido ou envolvido que o outro, quando na realidade se constituem uma unidade dialética, na qual, um é o que é por que está no outro. É na cidade que o campo é vendido e comprado, é feito e desfeito e ainda pensado.

Esta pesquisa reconhece a dinâmica da produção do espaço e destaca a importância de desnudar as formas de produção diferenciadas associadas aos interesses da reprodução do modo de produção. Assim sendo, entende-se que o

⁴ As sociedades primitivas, por exemplo, se relacionavam com a natureza à medida que esta “permitia”, pois as técnicas rudimentares eram capazes de fazer muito pouco além daquilo cedido pela própria natureza. O espaço ainda não se tornara um valor (capitalista), ele era capaz de suprir o necessário a sobrevivência humana. Com o avanço das técnicas e das relações de trabalho, o espaço (natureza) tornara-se um local possível de moradia e trabalho fixos, pois as forças produtivas começavam a ser “capazes” de suprir as necessidades básicas do homem, sem mais haver a necessidade emergente de busca pela “nova natureza”. Neste momento o solo começa a ser imbuído de valor (de uso), tendo em vista que este passa a ser o meio de trabalho humano. A partir de então, as forças produtivas são cada vez mais aprimoradas e capazes de aumentar a divisão do trabalho. As atividades produtivas crescem em número e isso acarreta na valorização do espaço. Espaço este, geograficamente construído pelo homem. Nas palavras de Moraes e Costa (1999), com o avanço do capitalismo e das forças produtivas, “alargam-se os limites da sociabilidade e, com isto, a rigidez dos lugares em sua singularidade infinita sucumbe progressivamente aos fluxos e, com eles, ao espaço global” (IBID, p.20). Desta feita, percebe-se que este estágio ao qual se referem os autores condiz com a realidade da relação homem natureza (enquanto fornecedora de recursos), a medida que o espaço utilizado pelo homem não mais se limita àquele alcançado por suas mãos, mas aquele que apresenta relações que estão muito além das pessoais, relações estas antifrонтeiras, comerciais, financeiras e políticas. O espaço geográfico torna-se então um espaço social pelo fato de ser o espaço construído pelas sociedades humanas.

espaço rural expõe a uma dicotomia, à medida que o espaço da cidade é o espaço mobilizador das relações comerciais, dos serviços, da tecnificação, em contrapartida o espaço do campo é quase sempre posto como o espaço do atraso, da produção agrícola, fadado ao desaparecimento. Essa dicotomia mascara a lógica dominante do capitalismo, pois este mantém, integrados e dependentes, espaços que apesar de desiguais, têm entre si relações combinadas que favorecem a reprodução ampliada do capital.

Nesse ínterim, o rural e o urbano são apenas dotados de singularidades que os distinguem em alguns aspectos, mas por outro lado fazem parte de um todo (espaço geográfico) e tem em comum a base que os domina e sustenta: o modo capitalista de produção. São na realidade produzidos numa simbiose para atendimento de interesses determinados. Essa lógica de produção é acompanhada, por que não dizer, é orientada e amparada legalmente pelo Estado.

É possível afirmar que o Estado é funcional para o capital mediante suas ações que, estrategicamente planejadas e articuladas, disfarçam o jogo, mostrando que seu objetivo é agir em favor do bem comum. Em relação às ações, Harvey (2005, p.84) cita que:

a garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário [...] estão todos dentro do campo de ação do Estado.

Nestas condições, esse Estado, por ser o grande sustentador do sistema, também precisa investir no incentivo ao consumo por parte da população. Os investimentos monetários via financiamentos ou o sistema de créditos colaboram nessa direção. A criação e o incentivo ao consumo da casa própria, como ocorre no Brasil, através de programas de financiamento que ajudam o trabalhador a adquirir uma propriedade (imóvel) a juros mais baixos, se constituem exemplos nessa direção. Essas práticas passam a ideia da propriedade privada acessível a uma parcela da população mais pobre, logo aos olhos do povo o Estado passa a atender demandas importantes da sociedade, o bem estar parece se expandir. Nesse caso observa-se que por trás da cortina está o interesse do capital que faz crescer e

movimentar a economia através da financeirização. “Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que protege o direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2005, p.86).

Esse Estado que se torna necessário conhecer, é o responsável pelo conjunto das políticas sociais que se espacializam no campo e na cidade, e será aqui interpretado a partir da consideração das suas diferentes faces. É necessário pensá-lo como na assertiva de Harvey, que observa sua origem na contradição entre os interesses particulares e os da comunidade e complementarmente, no dizer de Off (1984), como mecanismo que tenta resolver o problema da reprodução duradoura de trabalho não assalariado por meio da política social.

Assim, esse Estado contemporâneo convencionalmente chamado de neoliberalismo está para o grande capital. Esse Estado não atua de forma homogênea nos diferentes países. Ele deve fortalecer a defesa do livre comércio favorecendo assim a acumulação capitalista. Por outro lado, ele atenua suas ações quando se refere a regulação econômica e a promoção de benefícios e direitos sociais. É na periferia capitalista que o Estado mais mantém seu caráter privatizante, a abertura econômica e a redução de suas ações no tocante a seguridade social (COSTA, 2006).

O Estado enquanto agente fomentador das políticas públicas de combate a pobreza e ao mesmo tempo atuante num modelo de desenvolvimento que corrobora para produzi-la, apesar do montante de investimentos alocados no campo e nas cidades brasileiras, não erradicou a pobreza. Nessa tese, há a tentativa de descortinar a natureza e os interesses da atuação desse Estado no Brasil e para o conjunto das políticas sociais.

Harvey (2005) chama atenção para a acumulação geográfica que, apoiada na natureza do Estado, é realizada quando se refere ao contexto atual das relações que se dão no capitalismo. Ele afirma que, para que o sistema do capital continue a crescer e se reproduzir é necessário alcançar todas as esferas e todas as partes do mundo (HARVEY, 2005).

Iamamoto (2012, p.108) entende que “a mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia”. Esse processo de mundialização da economia alterou o até então poder de centralização dos bancos, pois os mercados e organizações financeiras, os chamados fundos de pensão e fundos mútuos passaram a ser as instituições dominantes do sistema financeiro (COSTA, 1996).

Esse movimento de crescimento da economia e internacionalização do capital, tem relação com a abertura dos mercados nacionais em que as empresas transnacionais passaram a crescer em vários países, fortalecendo assim a internacionalização do capital. Assim, o risco da crise foi enfrentado internacionalizando, para, com isso, fortalecer a economia a partir do grande capital das empresas transnacionais e expandindo o crédito junto ao capital financeiro (MOTA, 2011). O mercado financeiro internacional, a partir da desregulamentação da economia, é a atual marca da mundialização do capital.

Para Azevedo (1999), com esse novo padrão mundial de acumulação, o capital sofre um processo crescente de desterritorialização, uma vez que as integrações econômica e financeira que envolve os países redefinem até as funções dos Estados nacionais. Mas, uma vez que todas as partes do mundo foram alcançadas, para onde mais ele irá? Para onde ele levará sua acumulação adicional num momento de crise? Eis sua contradição! Em cada confinamento espacial o capital e a força de trabalho se unem em algum ponto para de alguma forma fazer acontecer a produção e a exploração.

Um novo subterfúgio para a acumulação adicional é o sistema de crédito. Uma vez que nessa “modalidade” de acumulação o espaço geográfico parece (só parece) muitas vezes abstrato. Pois como afirma Harvey (2005), em tempos de sistemas sofisticados de crédito e telecomunicações, o custo e o tempo do movimento da moeda são pequenos. Esse sistema de crédito parece virar política pública e se resguarda no campo das políticas sociais de forma aparente como um apoio às demandas da sociedade, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, na essência, serve de política compensatória visto que o capitalismo não é capaz de eliminar a pobreza (seria uma medida anticapitalista), ao tempo em que corrobora para valorizar o

capital financeiro que entra em circulação na forma do crédito. O crédito será tratado nesta tese, encontrado pelo capitalismo para extrair renda, inclusive do aposentado, esse sujeito vulnerável para superar crises financeiras, dada a sua condição etária.

A política social brasileira, que estudaremos no capítulo 3, tem sido tomada pelas possibilidades de oferecimento de créditos variados. No caso da aposentadoria rural, como uma política social, observa-se o avanço do número desses empréstimos como uma forma de “facilitação” da vida do aposentado. Silva (2010) aborda aspectos da Seguridade Social no âmbito do sistema capitalista. Para ele, a política social não se dissocia da política econômica, pois ambas são de responsabilidade do Estado. Contudo, uma está em permanente contradição com a outra, pois enquanto a primeira busca atender as necessidades sociais, à segunda cabe acumulação do capital no campo dos negócios. Ainda, “as políticas sociais não podem ser antieconômicas, mas é frequente que as políticas econômicas sejam anti sociais” (IBID, p.33).

Essa forma de ver a situação do campo brasileiro, o papel do Estado e da política social, assim como a imbricação no contexto das relações capitalistas nesse momento de comando do capital financeiro é melhor compreendida pela dialética, a qual só é possível pela leitura da totalidade das relações.

Na especificidade dessa pesquisa optou-se por adotar o materialismo histórico dialético, considerando que é a partir desse método que se busca apreender o real concreto, a partir da leitura de totalidade e de contradição, aqui concebida como a realidade na sua essência. Destaca-se que:

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo (KOSIK, 1976, p. 18).

A dialética não considera os acontecimentos e o mundo das representações sob o seu aspecto imediato, o mundo real se dilui, perde sua fixidez e naturalidade, para mostrar-se como fenômenos derivados, mediatos e produtos da práxis social da humanidade (IBID). Para Kosik (1976), o mundo no seu aspecto imediato é a

pseudoconcreticidade. E é o método dialético o caminho capaz de destruir a barreira da aparência das representações. É com base nessa premissa que este trabalho busca apreender a realidade do espaço rural sergipano sobre a aposentadoria rural para além daquilo que está posto; é o não conformismo com a aparência, com o discurso, com o senso comum, que apresenta a aposentadoria rural apenas como um benefício social para a população que deu sua contribuição social e que não se encontra mais apta para o trabalho.

É preciso contestar o aparente real para o desvelamento em busca da verdade mais profunda. É preciso decompor a aposentadoria e suas funções e enxergar mais do que um dinheiro para a aquisição de bens e serviços. Afinal, como adverte Kosik (1976), a obviedade não coincide com a clareza da coisa em si, ou seja, com o real em si mesmo. Para ele, só se conhece a realidade quando o homem toma a coisa para si, submetendo-a a práxis, logo é preciso que o pesquisador adentre a realidade do seu objeto de estudo e conecte essa realidade a uma teoria que ajuda a explicá-la.

Não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade [...] Estas atividades são os vários aspectos ou modos da apropriação do mundo pelos homens (KOSIK, 1976, p.28).

Mas como é possível conhecer a realidade tal qual ela é? A totalidade vem exatamente compreender a concretude da realidade a partir da interpretação do todo, e não apenas da junção das partes (separadas). Nas palavras de Kosik (1976, p. 44), “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer [...] pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Por se tratar de uma pesquisa geográfica é necessário situar a pesquisa no contexto sócio-espacial em que foi desenvolvida - é o movimento entre teoria e empiria validando o caráter científico da pesquisa.

O trabalho de campo, que foi realizado entre os meses de dezembro/2015 e abril/2016, gerou as fontes primárias. Foram aplicadas 40 entrevistas com idosos aposentados rurais que residem no campo, com idade de 60 a 90 anos, todos usuários de empréstimo consignado, que utilizam, utilizaram e quitaram a dívida e

Os municípios onde se realizou a pesquisa de campo foram: Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Itabaiana, Lagarto, Salgado e Estância:

Localização da Área de Estudo



A escolha desses municípios se deu de certa forma aleatória, valorizando apenas uma distribuição espacial no estado de Sergipe, que contemplasse municípios mais ao norte, centro e sul do estado. Logo, os municípios escolhidos estão assim espacializados: Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória (Alto Sertão Sergipano), Propriá (Baixo São Francisco), Itabaiana (Agreste Central Sergipano), Lagarto (Centro Sul Sergipano), Salgado e Estância (Sul Sergipano). Deste modo, não se priorizou dados de aposentadorias ou número de empréstimos, tendo em vista que se vislumbrava entender não a distribuição, mas sobretudo a importância desse empréstimo consignado, no lugar em que ele aparecia.

O levantamento dos dados secundários foi obtido via órgãos e instituições que apresentam dados estatísticos sobre benefícios sociais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (www.ibge.gov.br, censo demográfico), a Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br), e o Ministério do Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br). Na tentativa de buscar dados que respaldassem (ou refutassem) de alguma forma esta pesquisa, buscou-se informações ou mesmo uma conversa com representantes de órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe (INCRA) e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE). Essas conversas não tiveram efeito, visto que esses órgãos informaram não ter relação e/ou dados acerca de aposentados rurais e seus possíveis vínculos com empréstimo consignado.

Deste modo, foram os próprios idosos do campo que contribuíram de forma bastante significativa para respaldar de maneira prática esta pesquisa, uma vez que a partir das entrevistas e conversas foi possível compreender a dependência e subordinação do idoso aposentado rural ao sistema de crédito. A experiência com o campo de pesquisa permitiu refletir na perspectiva de uma unidade entre teoria e realidade.

Além dos idosos aposentados, conversas com representantes de agências financeiras foram de grande valia à esta pesquisa, uma vez que estes trouxeram relatos acerca da necessidade - enquanto trabalhadores reféns do sistema - de cumprir metas e ir a procura de novos contratos de financiamento. Isso nos fez perceber o quanto estes trabalhadores também são vítimas, pois muitas vezes se

veem obrigados a inculcar nos aposentados rurais a ideia de que o empréstimo é um negócio que vale a pena. Os filhos dos aposentados também colaboraram bastante no tocante à pesquisa, pois estas muitas vezes, apesar de não participarem diretamente das entrevistas (que foram aplicadas somente com os aposentados rurais vinculados ao crédito consignado), trouxeram relatos significativos no que diz respeito ao entendimento da situação material e social dos idosos e suas respectivas famílias.

Os dados coletados e tabulados foram disponibilizados em forma de tabelas, mapas e textos, adotando procedimentos quantitativos e qualitativos na análise teórica e conceitual desta tese.

Levando em consideração a necessidade de se conhecer o estado da arte, buscou-se um aprofundamento teórico-metodológico sobre a funcionalidade do Estado em Harvey (2005, 2012), que apresenta uma contribuição para a compreensão do Estado no modo capitalista de produção, em Off (1984), que ao abordar acerca do Estado capitalista, contribui na explicação de como esse Estado age junto a sociedade e como as políticas sociais surgem como forma de minimizar os “efeitos colaterais” da própria atuação do Estado capitalista e em Silva (2010), que trás uma discussão bastante perspicaz relacionada à política social. Além desses autores, foram explorados pensadores como Mota (2011) e Hilferding (1985) que corroboram para a compreensão da lógica do capital financeiro; como Salvador (2010) e Faleiros (1991), que contribuem para o entendimento da história da previdência social no Brasil e no mundo, além de Kerbaui (2009) e Farineli (2013), que favorecem à uma elucidação do entendimento e importância da aposentadoria rural.

O caráter geográfico desta pesquisa fez do trabalho de campo uma atividade indispensável exigindo um grande esforço de pesquisa, além de proporcionar ao cientista, a análise dos aspectos existentes no espaço geográfico.

O conhecimento é produzido na interação do sujeito com o objeto, daí a necessidade do trabalho de campo numa pesquisa científica. Esta é uma técnica de pesquisa e um dos pontos iniciais para começar a construção da relação entre teoria e realidade. Segundo Kosik (1976), é na práxis que o homem ultrapassa a sua

própria finitude e se põe em contato com a totalidade do mundo e estabelece a sua relação com o mundo como totalidade.

Sem o homem como parte da realidade e sem o seu conhecimento como parte da realidade, a realidade e o seu conhecimento não passam de mero fragmento. Já a totalidade do mundo compreende ao mesmo tempo, como momento da própria totalidade, também o modo pelo qual a realidade se abre ao homem e o modo pelo qual o homem descobre a totalidade (KOSIK, 1976, p.206/207).

A subjetividade humana pode ser superada com a práxis e assim o homem será capaz de conhecer as coisas como realmente são. O conhecimento das coisas do universo é também conhecimento do homem (KOSIK, 1976). A “coisa em si” de que trata a dialética, “não é uma coisa qualquer, e, na verdade, não é nem mesmo uma coisa [...], é o homem e o seu lugar no universo [...] ou a totalidade do mundo revelada pelo homem na história e o homem que existe na totalidade do mundo” (IBID, p.230).

Para a compreensão da realidade e da totalidade dos fenômenos sociais fez-se necessária a utilização de métodos apropriados. O método das ciências sociais se distingue do das ciências naturais devido a relação com as classes sociais, sua visão de mundo, ideologia, pois as classes sociais modelam de maneira decisiva as ciências sociais.

As visões do mundo das classes condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo, a definição do que é essencial e do que é acessório, as questões que colocamos à realidade, numa palavra, a problemática da pesquisa (LOWI, 1978, p. 15).

O positivismo considera as ciências sociais como considera as ciências da natureza: com naturalismo, em que as diferenças são naturais, a sociedade não pode ser transformada; considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não pode ser modificada de acordo com nossa vontade. Naturalmente, assim como na natureza, na sociedade há os que ganham mais e os que ganham menos, os mais privilegiados e os menos. Essa é a ideia daqueles que veem o mundo a partir do positivismo (LOWI, 1978).

Contrário ao positivismo está o método de análise denominado materialismo histórico dialético, que busca explicar a realidade fazendo uso da historiografia e a partir dos planos econômico, político, social e cultural. Está pautado na explicação da realidade a partir do modo de produção vigente na sociedade, pois este é o “guia” dos acontecimentos sociais. O materialismo histórico dialético está como um método que busca a interpretação da realidade a partir da práxis (prática articulada à teoria) e da leitura de totalidade e contradição que perpassam as relações produtoras do espaço geográfico.

É fazendo uso deste método de análise que este trabalho busca o desvelar da realidade do espaço rural sergipano analisando a importância da aposentadoria rural na composição das famílias camponesas e se a inserção deste benefício acaba por colocar o idoso no jogo do capital financeiro através do endividamento via empréstimo consignado e seus rebatimentos na produção do espaço rural.

Diante disso é que se faz necessário analisar o espaço rural sergipano como parte da totalidade, que manifesta relações sociais e de trabalho camponesas e aparentemente apresentam dependência em relação ao Estado. Os limites dessa dependência é uma das nuances que se pretende analisar, ao lançar um olhar sobre o lugar da aposentadoria na reprodução da unidade de produção familiar camponês.

Essa tese está dividida em duas partes e quatro capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. A primeira parte é responsável pelo debate sobre Estado, o capital financeiro e o sistema de créditos como mecanismos de controle da riqueza. Faz-se primeiramente uma abordagem histórica de origem e formação do Estado enquanto instituição reguladora da sociedade. Por conseguinte, uma análise da conduta do Estado brasileiro no tocante ao quadro econômico do país e por fim, uma discussão acerca do Estado contemporâneo, da mundialização do capital e capital financeiro, assim como do sistema de créditos, com vistas à subsidiar o debate sobre a política de Seguridade Social no âmbito do capitalismo nesse início de século, que perpassa toda a tese.

A segunda parte, na qual constam 2 capítulos que trata da política social e do sistema de Seguridade Social, da aposentadoria e da aposentadoria rural, além do quadro do crédito consignado no espaço rural sergipano. A discussão de política

social trata do seu conceito e dimensão junto às demandas sociais e mais especificamente do caso brasileiro. Uma breve abordagem acerca do papel das políticas sociais enquanto “solucionadoras” dos problemas sociais, a partir da discussão dos pares contrários, universalização x focalização. A Seguridade Social nos marcos da Constituição Federal de 1988, fundamentada no seu tripé: previdência social, saúde e assistência social, com ênfase na previdência, uma vez que esta última abrange a modalidade aposentadoria rural, a qual é discutida mais detalhadamente.

A última reflexão aborda o idoso e a aposentadoria rural. Uma apresentação do perfil etário da população brasileira é feita, com destaque para a população considerada idosa, de 60 anos de idade ou mais. Fez-se uma análise histórica sobre a aposentadoria rural, destacando seus avanços no que tange à Seguridade Social e os direitos dos trabalhadores do campo. Na sequência e apontando resultados de campo, é apresentada a análise da importância do crédito consignado para a população aposentada no campo sergipano e seus rebatimentos sócioespaciais.

PARTE 01

Sempre que o nosso casaco se rasga
você vêm correndo dizer: assim não pode ser;
isso vai acabar, custe o que custar!
Cheios de fé vão aos senhores
enquanto nós, cheios de frio, aguardamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
nos mostram o que por nós conquistam:
Um pequeno remendo.
Ótimo, eis o remendo.
Mas onde está
o nosso casaco?
Sempre que nós gritamos de fome
você vêm correndo dizer: Isso não vai continuar,
é preciso ajudá-los, custe o que custar!
E cheios de ardor vão aos senhores
enquanto nós, com ardor no estômago, esperamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
exibem a grande conquista:
um pedacinho de pão.
Que bom, este é o pedaço de pão,
mas onde está
o pão?
Não precisamos só do remendo,
precisamos o casaco inteiro.
Não precisamos de pedaços de pão,
precisamos de pão verdadeiro.
Não precisamos só do emprego,
toda a fábrica precisamos.
E mais o carvão.
E mais as minas.
O povo no poder.
É disso que precisamos.
Que tem você
a nos dar?

(Canção do Remendo e do Casaco/Bertolt Brecht).

1. A NATUREZA DO ESTADO E O ESTADO NA ECONOMIA MUNDIALIZADA

O papel do Estado na sociedade capitalista frente às mudanças provenientes do próprio modo de produção vigente é salutar. Aliado do sistema capitalista, o Estado neoliberal é fundamental para criar mecanismos que possibilitam ao capital alçar grandes voos. A mundialização do capital é facilitada por um Estado que libera fronteiras e provoca desregulamentação financeira e econômica nos países.

1.1 O Estado e sua superestrutura de mantenedor de domínio de classe

O debate sobre o papel do Estado nas garantias de direitos sociais é aqui pertinente. Primeiramente, o que cabe ao Estado? Qual a sua funcionalidade no sistema do capital? Em que medida esse ente, essa instituição está ou esteve colocada a serviço de assegurar direitos e benefícios aos trabalhadores do campo e da cidade? O que faz o Estado no contexto de dominância do capital financeiro e o que é esse contexto? É disso que será tratado o capítulo em apreço.

Discutir sobre o Estado não é novidade, contudo ainda faz-se necessário buscar uma compreensão acerca da sua natureza, tendo em vista a situação de controvérsia entre seu tamanho e importância no contexto de economia globalizada.

O Estado, anterior ao capitalismo surge para controlar, regular e amparar os conflitos entre as classes sociais. Entretanto, pode-se dizer, conforme Harvey (2005, p.83), que o Estado no capitalismo “[...] deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo”.

É com essa coerência que o Estado atende aos interesses dos capitalistas funcionando como veículo capaz de regulamentar e efetivar os interesses particulares dos grupos de poder econômico, contudo, em nome do bem comum.

Ao abordar o surgimento do Estado, Engels (2002) percorre pela história dos povos: os gregos, os índios das Américas, os romanos. As suas tribos (dos próprios índios das Américas e dos gregos) eram constituídas por leis e autoridades: existiam ali regras estabelecidas pelos superiores, o que não difere muito dos dias de hoje. Como bem coloca o autor, “e a nova sociedade, através desses dois mil e quinhentos anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma

minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida, e continua a sê-lo mais do que nunca” (ENGELS, 2002, p.99)⁵.

Foi com a troca, a transformação de um produto em mercadoria, o cultivo individual da terra e a propriedade privada do solo que o povo viu nascer um novo regime de sociedade, no qual o dinheiro como a maior das invenções, tornou-se “uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira” (ENGELS, 2002, p.115).

Assim é que os antigos costumes iam se dissolvendo dando lugar ao silencioso desenvolvimento do Estado⁶. Ainda referente à formação do Estado, o autor afirma que no geral,

a formação do Estado entre os atenienses é um modelo notavelmente característico da formação do Estado em geral, pois, por um lado se realiza sem que intervenham violências, externas ou internas [...], enquanto faz brotar diretamente da sociedade gentílica uma forma bastante aperfeiçoada de Estado, a república democrática (ENGELS, 2002, p.121).

A história conta a formação de um Estado não muito diferente do que é posto hoje, em que os interesses em relação ao dinheiro e o poder são manifestos claramente através de ações políticas e por meio de “discursos democráticos”.

Em sua obra, Estado e Revolução, Lênin (2010) num primeiro momento, tem em Engels sua base. A história de como surge, quem é e para que serve o Estado,

⁵ É na história de Atenas que se pode observar como o Estado se desenvolveu. Foi aí que nasceu o sistema de leis atenienses, a saber: Os cidadãos de Atenas passam a ter proteção legal mesmo em territórios de outros povos; O povo ateniense passa a ser dividido em três classes: eupátridas ou nobres, geômoros ou agricultores e demiurgos ou artesãos. Por volta do ano 600 A.C., se desenvolvia um sistema monetário que nas palavras de Engels, “penetrou como um ácido corrosivo na vida tradicional das antigas comunidades agrícolas, baseadas na economia natural” (IBID, p.113). A nobreza passa a ter o poder do dinheiro em suas mãos e as terras já com valor de mercadoria passam a ser hipotecadas.

⁶ Criou-se um conselho que dividiu a sociedade em quatro classes a partir dos seus rendimentos, sendo que apenas as três primeiras classes podiam ocupar cargos públicos e a primeira classe ocupava os cargos mais altos; à quarta classe cabia apenas o direito de votar em assembleias que elegiam todos os cargos. A propriedade privada tornara-se o novo elemento da constituição e os direitos e deveres de todos eram determinados pelo total de terras que possuíam. Como coloca Engels, “os principais meios para estrangular a liberdade comum foram o dinheiro e a usura” (IBID, p.113).

vai sendo contada. Lênin afirma que o Estado é produto e manifestação do antagonismo de classes e sua existência prova que as contradições de classes são inconciliáveis, afinal ele é um órgão de dominação de uma classe, logo não pode conciliar-se com sua antípoda. É também uma força que através do poder dado aos seus representantes, demonstra superioridade em relação à sociedade. Essa força acaba por colocar os representantes do Estado como superiores ao restante da sociedade, até porque estes usam meios de oprimir e explorar a classe subalterna. Estando a existência do Estado condicionada a sua atuação/dominação frente a sociedade, como ele ficaria caso não houvesse mais necessidade de intervenção? Para Lênin (2010), é a posse dos meios de produção em nome da sociedade que acaba por extinguir a “importância” do Estado. Assim é que nas palavras do próprio autor (IBID, p.36), o Estado morre, pois “o governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pelo processo de produção”. E só assim, aponta Lênin (baseado em Engels e Marx), é possível abolir o Estado, através do definhamento.

Em contraposição a esse definhamento, há a possibilidade (pelo menos na teoria), de que conseguindo o proletariado conquistar o poder político, é possível erigir o Estado com base numa nova classe dominante, a dos proletários. Contudo, assim feito, não existirá mais o antagonismo de classes, logo o próprio Estado definhará, pois “numa sociedade que não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível” (LÊNIN, 2010, p.49). Nos termos mais práticos, todavia, o Estado na ordem de Lênin é burguês, e as instituições mais típicas dele são a burocracia e as instituições permanentes. Estas vêm se aperfeiçoando desde a queda do feudalismo a partir das revoluções burguesas, em que a burguesia se consolida mais como Estado e a massa de proletariado se subordina em prol de empregos. Uma mudança só seria possível se essa massa (proletariados e camponeses) quebrasse a máquina governamental, pois sem essa aliança não há transformação social possível (LÊNIN, 2010).

Foi na Comuna de Paris (1871) que se teve o objetivo de substituir a máquina do Estado por uma verdadeira democracia, em que a maioria da população desempenharia as funções do poder político de maneira a contemplar a todos; deste modo, o povo assumindo as funções, a necessidade do poder centralizador torna-se cada vez menor. Para Lênin (2010), o Estado é a força que se coloca acima da

sociedade (no plano das aparências), é o meio de suprimir a classe dominada e, esse Estado é o da classe poderosa que legaliza e legitima a submissão da maioria da sociedade, afinal ele se apresenta como separada e acima da mesma.

A título de conceitualização, o Estado moderno é o suporte funcional, a força motriz do capitalismo, é parte integrante da própria base material do capital, visto que seu papel é de sustentador das forças produtivas e de todo o sistema. A sua complexidade (política e legal) é necessária à manutenção da ordem sóciometabólica do capital (MESZAROS, 2002). Dentro desse aspecto Harvey (2005) destaca que o poder do Estado é exercido através de vários canais: o judiciário (braço executivo do governo, administração e burocracia), o legislativo, o exército e a polícia formam diversos componentes dentro do sistema.

Harvey (2005) defende a tese de que o Estado sempre esteve presente como agente central do funcionamento da sociedade capitalista, ele muda suas formas e modos de funcionamento conforme o capitalismo amadurece. Para tanto, ele desempenha certas tarefas básicas no apoio ao modo capitalista de produção. A lei, o poder de tributação e o poder de coação são “tarefas” executadas por ele para facilitar a “vida” do sistema.

Como o Estado consegue passar a ideia de que ele está para todos e visa o bem comum? Para Harvey (2005), o Estado faz uso de duas estratégias para afirmar que suas ações são para o bem social em geral. A primeira estratégia deve expressar que o Estado representa a sociedade, mas que é ente superior e acima dela; os representantes do poder do Estado devem se portar como que estão acima da sociedade, que exercem poder de domínio e autoridade sobre todos. Assim, a partir do “poder” exercido por seus representantes, o Estado se mantém como uma superestrutura acima da sociedade, mas que está para atendê-la. A segunda estratégia refere-se ao convencimento de que os interesses do Estado (que dizem respeito apenas a uma classe) são interesses de todos, interesses gerais de uma sociedade. Cabe à classe dirigente universalizar suas ideias como se essas atendessem aos interesses de todos. É preciso transmitir a mensagem de interesses universalizantes, comuns a toda a sociedade.

Harvey (2005) afirma ainda que o Estado desempenha certas funções básicas para com a sociedade com o objetivo de reproduzir o capitalismo como sistema único:

- Conceito de pessoa jurídica ou pessoa física que trás a ideia de liberdade;
- Sistema de direito de propriedade, em que cada um pode exercer domínio mediante a propriedade ou a troca;
- Padrão da troca (efetivada através do dinheiro), em que os indivíduos se “entendem” como iguais a partir da capacidade de adquirir determinado valor (mediante a troca dinheiro-mercadoria);
- Condição de dependência recíproca na troca em que a produção do indivíduo depende da produção e do consumo da mercadoria.

Mészáros (2002) destaca que sobre o caráter totalizador do sistema do capital, sua estrutura de controle obriga todos (e tudo o mais) a se ajustar à viabilidade produtiva, que se faz necessária à sua reprodução. Conforme esse autor, (IBID p.98), o Estado moderno, poderoso – e “igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais”.

Portanto, quando Mészáros (2002) afirma que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (p.106), é compreensível a simbiose do capital e seu Estado. Contudo, essa simbiose é disfarçada, visto que é preciso que o Estado moderno atenda aos interesses da sociedade; ele precisa mostrar-se livre, democrático, primariamente a partir da sua constituição.

O Estado é uma relação de homens dominando homens, uma entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva, uma manifestação histórica da política. Mészáros (2002, p.108), observa que “naturalmente, os teóricos burgueses, inclusive alguns dos maiores (Max Weber) por exemplo, adoram idealizar e descrever todas essas relações ao reverso”. Para Weber, o Estado está relacionado ao controle do poder burocrático (militar e civil), poder esse que, inclusive, pode ser exercido através da violência (em nome da ordem) - que o próprio Estado apoia junto a sua constituição.

O Estado, enquanto organismo vivo da sociedade e democrático de direito (conforme creem os jusnaturalistas)⁷ tem por objetivo amparar com assistência a todos sem distinção, envolvendo educação, saúde, habitação, lazer, dentre outras demandas. Contudo, o que se percebe é um Estado presente para os interesses privados e incapaz de atender as necessidades básicas daqueles que são maioria da população, incluindo uma massa de trabalhadores rurais que vive no Brasil numa situação precária, sem receber a assistência que lhes é devida.

No caso brasileiro, quando muito, os trabalhadores mais pobres são assistidos por benefícios previdenciários e programas sociais de combate a pobreza, o que minimiza consideravelmente a situação de precariedade com que vive essa população, porém sem livrá-los definitivamente da condição de pobreza.

Pereira (2010) faz uma abordagem do que seria o Estado de acordo com a evolução da sociedade. Nas sociedades antigas o Estado era instrumento de dominação de uma oligarquia. No século XIX, nas sociedades liberais, ele era instrumento de dominação da classe burguesa e, nas sociedades democráticas, é o instrumento de ação coletiva da nação e da sociedade civil, além de sua atuação junto à classe dominante. Sejam as sociedades antigas ou modernas, o Estado sempre foi a instituição fundamental das sociedades civilizadas. Se antes fora o instrumento de poder das oligarquias religiosas, hoje é o instrumento através do qual as sociedades se organizam para atingir seus objetivos comuns, mas na prática, nem sempre assim funciona.

Amaral (2002) trás três elementos para definir Estado. O poder político, que é a criação e a aplicação do direito de regulamentar e organizar a vida social a partir da sua soberania, o território, que sendo esse o espaço físico da comunidade e da própria aplicabilidade do poder político e, por fim, o povo, que representa os próprios membros da comunidade e constitui o campo pessoal da aplicabilidade do poder político. O Estado é soberano, uma vez que seu poder político é centralizado e exercido em todo o território. As relações entre os Estados são de caráter competitivo, com confronto de forças e poderes, o objetivo é possuir mais poder que

⁷O jusnaturalismo é uma corrente tradicional do pensamento jurídico que não compreende os princípios gerais do direito tão somente em função das normas positivas, eles se legitimam como pressupostos de natureza lógica ou axiológica, isto é, como princípios do Direito Natural (Reale, 2002). Os jusnaturalistas defendem os direitos que pertencem aos indivíduos independente da condição social que ocupam na sociedade.

os demais, para, como consequência, moldar o comportamento dos demais Estados àquilo que lhe for mais favorável e vantajoso (AMARAL, 2002).

O Estado está para atender as necessidades da comunidade. Mas, como o próprio Amaral (2002) destaca, o Estado é apenas uma ideia, uma abstração que se materializa e toma forma a partir do governo. Esse governo aqui citado não se reduz ao executivo, mas é o governo “entendido como abarcando o conjunto complexo de órgãos, dispositivos, instituições e mecanismos estabelecidos para o ordenamento normativo da comunidade” (IBID, p.51).

Para o funcionamento prático da máquina estatal a governabilidade e a governança são condições necessárias. De acordo com Azevedo (1999), enquanto a governabilidade está ligada ao exercício do poder através de formas de governo, sistemas partidários e relações entre poderes, a governança qualifica o modo de uso dessa autoridade. Seria essa última, a forma concreta de atuação do Estado através dos seus representantes legais. Para ele, ainda, no Brasil os problemas dizem mais respeito à governança que a governabilidade, estão mais ligados a forma de uso das autoridades.

O governo, ainda, antecede o Estado em seu tempo de existência. Existiram (e ainda existem) governos sem Estado (AMARAL, 2002). Por isso, Estado e governo não devem ser tratados como sinônimos, apesar de “caminharem” juntos, ambos divergem em sua função. Enquanto Estado é a unidade administrativa do território formado pelas instituições públicas que o representam e tenta (finge) atender aos anseios da população, o governo é apenas uma das instituições que compõem o Estado e tem como função administrá-lo. O governo é transitório, o Estado é permanente (ao menos que o sistema capitalista deixe de existir).

Pedro Demo (1995) distingue quatro paradigmas de Estado (capitalista e socialista). No Socialismo, têm-se o Estado Socialista Mínimo, que nunca saiu da discussão teórica (embasou a Comuna de Paris), mas tem como proposta uma democracia popular de base em que a organização democrática começa sempre de baixo para cima e a sociedade tem um controle maior sobre o Estado. No Estado Socialista Máximo, ou socialismo real, prioriza-se a redução das desigualdades

através do acesso a saúde, educação, lazer, saneamento, contudo esse Estado tem a figura de repressor, ditatorial.

No capitalismo, o Estado Capitalista Mínimo é caracterizado pela economia de livre mercado, com o objetivo da alta produtividade. Ao Estado cabe a promoção de políticas sociais compensatórias e o “apoio mascarado” as grandes empresas e corporações. No Estado Capitalista Máximo, o objetivo é promover uma maior satisfação do bem estar da população em geral. O Estado Máximo proporciona o assistencialismo previdenciário, saúde, educação, seguro desemprego. Esse Estado Capitalista Máximo lembra o que Faleiros (1991) chama de Estado do Bem Estar ou o *Welfare State*, como é comumente conhecido e se baseia no fundamento:

De que o Estado é neutro. De que a sociedade representa um consenso entre os homens (consensual) e que o Estado visa objetivos de justiça (isto é, humanitários). A igualdade se faz para alguns bens primários (excludentes) (FALEIROS, 1991, p. 21).

Nesse modelo de política de Estado, acredita-se que todos os membros da sociedade vivem num consenso, à medida que querem alcançar as mesmas condições. Na verdade esse “Bem Estar” é mais do Estado do que da sociedade, pois com esses ideais ele mantém a população tranquila, sem protestos. Esse consenso que se afirma haver é imposto pelo Estado e aceito pela sociedade. E, muitas vezes está atrelado à própria reprodução e exploração capitalista, pois o Estado que se diz neutro, induz a população à necessidade de consumo – ou seja, na realidade o consenso vem de cima (Estado) para baixo (sociedade) e o “Bem Estar” é realmente do Estado.

Silva (2010) observa que o Estado de Bem Estar Social (EBES), pode ser definido como o padrão mínimo de vida para todos; é um direito social que deve ser assistido através dos serviços provisionados pelo Estado e a responsabilidade do Estado é tratar os seus membros com bem estar.

Nota-se que o EBES é o subterfúgio do Estado para manter a ordem e o controle (da sociedade e do sistema). Da sociedade, porque “supre” suas necessidades básicas e assim a mantém satisfeita, logo em clima de paz. Do sistema, porque ao assistir a sociedade, essa permanece inserida no circuito da economia, do consumo, alimentando assim o mesmo. Esse Estado liberal surgiu por volta da segunda metade do século XX, em fins da Segunda Guerra Mundial, com o

intuito de acelerar o processo de industrialização e atender demandas sociais geradas pela própria aceleração do processo industrial e consequências do pós guerra. Assim, o EBES marcou primariamente a Grã Bretanha atendendo providências nas áreas de saúde e educação.

Assim, o EBES nasce de uma necessidade de demanda social provinda do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e busca garantir serviços públicos e proteção à população. O Estado liberal se apresenta como o protetor dos fracos, aquele que satisfaz as necessidades sociais; esta concepção que Faleiros (1991) chama de paternalista é pautada nos seguintes parâmetros:

- Garantia de um mínimo: se refere aos salários mínimos, seguros, auxílio social, que apesar de serem “mínimos”, estão sempre favoráveis para o mercado.
- Individualismo: o indivíduo, e não a classe é considerado sujeito dos direitos; a base individualista da sociedade é conservada.
- Acessibilidade: o Estado possibilita acessibilidade à população através do auxílio jurídico, reforma educacional, hospitalar, entre outros.
- Universalidade: visa garantir certo mínimo para a população (saúde, educação, lazer, justiça), seja ela pobre ou rica.
- Livre escolha: o indivíduo pode escolher aquilo que quer fazer uso, a exemplo do tipo de escola, de advogado, dos produtos de consumo.

Percebe-se que há um conjunto muito bem estruturado e forjado pelo Estado para se apresentar diante da sociedade como aquele que está para o bem de todos. Ele está muito mais para os grupos de poder, as classes dominantes, entretanto:

o aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode integrar, dominar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominadas (FALEIROS, 1991, p.47).

Assim, o Estado liberal democrático é dialeticamente “ajudador” daqueles mais desfavorecidos e parceiro dos grupos dominantes; é apaziguador dos conflitos de classe e repressivo por ação brutal. Em outras palavras, ele age conforme a situação se apresenta. De maneira geral o discurso ideológico do Estado é fundamentado na igualdade de direitos, de oportunidades e se o indivíduo sofre com

algum problema social, o Estado o estimula a solucionar esse problema, ao invés de resolver a questão social que afeta a maioria.

Para Demo (1995), o *Welfare State* escamoteia uma série de dilemas, a saber:

- A propalada social democracia esconde a principal chaga do sistema capitalista: mercado como maior determinação para todos os benefícios sociais.
- Esconde que o bem estar às vezes exuberante convive dialeticamente com uma pobreza periférica.
- Quando a pobreza é tratada, acontece só de maneira residual.
- A dita democracia é contraditória à medida que, por vezes, escamoteia guerras, conflitos raciais, depredações ambientais.
- Escamoteia a ideologia neoliberal que coloca as relações de mercado acima de tudo, inclusive das relações humanas.
- Desvirtua o papel da educação, pois esta, no Estado do Bem Estar, está para formar mão de obra para o mercado.

Off (1984) coloca a questão de como entender uma definição funcional do que é Estado. No centro da sua discussão sobre a teoria do Estado, estão as seguintes questões: “como surge a política estatal (social) a partir dos problemas específicos de uma estrutura econômica de classes, baseada na valorização privada do capital e no trabalho assalariado livre e quais as funções que lhe competem”? (IBID, p.13,14).

Como uma sociedade histórica se reproduz, como estabelece suas identidades, (des) continuidades? Para tanto, é preciso entender o contexto societário e suas questões estruturais que são respondidas à medida que se entende o funcionamento regulador e ideológico do aparelho estatal. Como tese, Off (1984) defende que a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado. Isso decorre devido ao processo de crise do trabalho, na qual cada vez mais pessoas, seja nas cidades ou no campo, se encontram em condições de desemprego estrutural. Para inseri-los (ou mantê-los) no sistema do consumo, é necessário fortalecer a oferta de políticas sociais.

É nesse contexto de sociedade em que cada vez mais se percebe a segregação social e a pobreza deflagradas, que o Estado se apresenta como um ente nada neutro. Muito pelo contrário, o Estado que está posto é um aliado dos interesses capitalistas burgueses, que está para atender àquilo que é necessidade do sistema e não da sociedade como um todo. Afinal, ele passa longe de estar voltado para o bem social e comum, pois se assim fosse não haveria tanta carência material e mendicância escancaradas a olhos nus. Classista e opressor é sua condição, pois privilegia interesses particulares de uma minoria em detrimento da exclusão e indignidade dadas à maioria. Apesar disso, ele, o Estado, continua posto como aquele que está para todos, até porque assim é apregoada naquela que rege as leis superiores brasileiras, a Constituição Federal. Enquanto existir uma sociedade regida e condicionada por um sistema que prisma pela riqueza e poder individual, não haverá um Estado capaz de atender as necessidades da coletividade humana.

1.2 No quadro da economia brasileira, a natureza do Estado

Sobre a construção do Estado no Brasil, Costa (2006) afirma que: o Brasil recebe de fora (Portugal) para dentro uma estrutura administrativa que veio para exaurir os recursos naturais sem ao menos respeitar a população e a cultura nativas já existentes. Foi a dominação dos povos europeus para com os indígenas e logo mais, os negros escravizados, os pobres imigrantes.

Já ao nascer, a nação brasileira foi construída pela lógica do personalismo e dos favores, dos desmandos dos poderosos e da ausência do poder de influência dos trabalhadores coletivos, na administração pública e na repartição interna da renda (IBID, p.110).

Percebe-se que essa formação do Estado brasileiro não difere muito do que é hoje (nem no Brasil nem por quase todo o mundo), onde os interesses de uma minoria representada pela elite econômica prevalece sobre os interesses da população em geral. A base do Estado brasileiro permanece a mesma do período colonial, marcada pela “cultura” de favorecer os pequenos grupos e, esses pequenos grupos, são representados pela mesma classe, a dos latifundiários donos de grandes extensões de terra. É nesse contexto que está pautado a origem do Estado brasileiro.

No período do império (segunda metade do século XIX), a administração pública era comandada pela burguesia mercantil, mas o caráter subalterno frente ao poder do capital inglês permanecia. Foi com a criação do exército nacional que o Estado brasileiro passou a ser visto como nação, contudo isso não mudou as condições de vida da população brasileira, que continuava sofrendo as consequências da concentração da renda e da terra e com regime de trabalho ainda escravocrata (COSTA, 2006). Foi no regime republicano que o trabalho escravo tornara-se “livre” e assalariado, isso pelas próprias exigências do sistema capitalista, que, com a crescente demanda no mercado, passa a necessitar de uma mão de obra dedicada ao trabalho.

Nada parece mudar no quesito ao regime político, pois mesmo já no período militar, ele parece manter-se o mesmo: os militares assumem o poder, mas “o pacto republicano no Brasil não criou uma esfera pública voltada para os interesses coletivos, sustentada por ideais democráticos” (IBID, p.115). Ao contrário, o Estado permanece o mesmo, reforma-se somente o que lhe é permitido para não mexer na estrutura. É a velha máxima, “mudar para manter”.

Após a crise do café (1929) o Brasil se apresentou como um país que precisava “desbravar” novos rumos para que a investida do capital continuasse. Assim é que o governo Vargas instaura o Estado Novo (década de 1930) visando unificar o mercado nacional (com baixas nas barreiras aduaneiras entre os estados) e conquistando sua independência para exercer o poder intervencionista do Estado. Poder esse que estava disposto a atender os interesses da burguesia industrial emergente.

Na Era Vargas, o Estado Novo deu continuidade ao crescimento econômico, criando uma infraestrutura necessária, como por exemplo, intensificar a exportação e importação, a criação de leis trabalhistas, obras públicas e favorecimento ao setor privado em investimentos de infra estrutura. Nesse período do Estado Novo, o Estado brasileiro já dependia de capital externo para investir na economia (COSTA, 2006).

Ainda de acordo com Pereira (1972), o intervencionismo no/para o desenvolvimento fazia parte da luta ideológica que o país passava na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira (por volta de 1930 a fins da década de 1950). Essa luta era travada contra o liberalismo e defendia o intervencionismo de Estado como

condição para um rápido desenvolvimento econômico pela via da industrialização. O planejamento econômico e os investimentos diretos foram às formas adotadas pelo Estado brasileiro para assumir seu papel de interventor. O planejamento baseado na política fiscal, monetária, creditícia cambial, deveria racionalizar, através do equilíbrio, o processo do investimento público privado. Quanto aos investimentos diretos, cabia ao Estado controlar o monopólio e a concorrência com a iniciativa privada e certos setores da economia (serviços públicos, transportes, indústria do petróleo) (IBID, 1972).

Esse Estado desenvolvimentista estava pautado na ideia de alterar a posição subalterna de países da América Latina através da industrialização. Para tanto, o Estado intervinha com a infraestrutura necessária, sistema de transportes, energia elétrica, incentivos fiscais; afinal, a pobreza era vista como consequência do não desenvolvimento, por isso era preciso promover o crescimento econômico do país, ou, o crescimento do bolo, para em seguida reparti-lo, erradicando a pobreza (COSTA, 2006).

É dentro desse contexto de superar o subdesenvolvimento via a industrialização, que a ONU criou a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), em 25 de fevereiro de 1948.⁸ Além da Cepal, mais quatro comissões foram criadas para abranger todo o globo e assim, todos (ou quase todos) os países serem “beneficiados” com o plano do progresso e do desenvolvimento via crescimento industrial. A Cepal abrange América Latina e Caribe, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), para a região da Ásia e Pacífico, a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA), para os países do oeste da Ásia, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA), para o continente africano e a Comissão Econômica para a Europa (ECE), destinada aos países europeus. Assim, a ONU regionalizou o mundo em cinco comissões responsáveis em ajudar a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países a partir da industrialização.

⁸ A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. (disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/about>).

O Estado nesse contexto atuou como um parceiro, dando concessão às comissões no avanço do que acabou por ser o modelo liberal e posteriormente neoliberal da economia capitalista. A ideia que a ONU visava transmitir para os países da Cepal era a de que era possível avançar rumo ao desenvolvimento a partir da implementação da indústria e rompendo com o velho modelo agrário exportador. E, para tanto, era preciso a intervenção financeira do Estado, para conseguir romper com a estrutura arcaica pautada na economia agroexportadora.

Esse mesmo Estado foi o responsável pelo processo de financiamento da industrialização no Brasil, uma vez que disponibilizou ao setor privado da economia recursos financeiros para a investida necessária, e, dessa maneira, assumindo uma forma de “capitalismo de Estado” com o objetivo de articular a classe empresarial com o poder público; eis aí o Estado intervencionista (PEREIRA, 1972).

Parece que seguindo uma simples receita de modelo de industrialização seria possível avançar de subdesenvolvido a país desenvolvido. Conforme ressalta Colistete (2001), uma das implicações centrais da teoria cepalina é exatamente essa, a de que a diversificação industrial constituiria o principal meio através do que seria possível a reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportadora na América Latina.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e o slogan dos 50 anos em 5, é característico desse período de intervenção estatal e crescimento da indústria no Brasil. Mesmo promovendo um crescimento interno no país com a abertura de rodovias e incentivo ao mercado interno, é certo que o desenvolvimento propalado de acabar com a pobreza e conceituar o Brasil como um país “desenvolvido” não chegou.

O período do governo JK foi marcado pela ameaça da crise de infraestrutura no país, pois se investiu pesado ao processo industrial com a entrada do capital internacional, mas houve concomitante a isso um avanço na infraestrutura (em especial rodoviária e ferroviária). Essa situação é colocada por Pereira (1972, p.43) como uma ameaça ao desenvolvimento do país, afinal “todo o desenvolvimento ocorrido até então fora realizado sem maior planejamento, ao sabor de estímulos externos”. Assim, “era de esperar, portanto, que os investimentos de infraestrutura não houvessem acompanhado esse desenvolvimento a agora se apresentassem como verdadeiros pontos de estrangulamento da economia” (IBID, p.45).

Foi nesse contexto que o governo de Juscelino Kubitschek abriu as portas para a industrialização brasileira (com destaque para a indústria automobilística) e transformou de fato, o Estado brasileiro em um instrumento eficiente de desenvolvimento do país. Um fator que facilitou essa abertura industrial foi a liberação e incentivos (cambiais, tarifários, fiscais) por parte do governo à entrada de capital estrangeiro, que visavam instalar indústrias automobilísticas e navais, por exemplo.⁹

Dentro dessa história de crescimento econômico está todo o apoio e atuação do Estado, que nesse caso interviu diretamente na abertura para o capital estrangeiro atuar no desenvolvimento industrial do Brasil.

Os governos não só cada vez interferem mais na economia de forma indicativa, planejando seu desenvolvimento, estabelecendo prêmios e punições de ordem fiscal e creditícia aos investimentos privados, controlando o crédito, como também realizam eles próprios uma parte cada dia maior dos investimentos necessários (PEREIRA, 1972, p.56).

Mas, rapidamente o Brasil passou de uma pujança econômica (década de 1950) para uma crise também econômica (década de 1960). “Esta crise assumiu fundamentalmente um caráter econômico e político” (IBID, p.122). O caráter econômico foi refletido no desemprego industrial que ocorreu, na suspensão de investimentos estrangeiros por parte dos empresários industriais, grandes liquidações das lojas varejistas e bancos oferecendo crédito (IBID). Assim é que se pode afirmar que “durante o primeiro semestre de 1965, portanto, o Brasil passou por um período de violenta redução da atividade econômica, registrando-se então a mais grave crise por que passou a economia industrial brasileira” (PEREIRA, 1972, p.125).

O caráter político dessa crise, segundo Pereira (1972), é marcado pela falta de representatividade política e o militarismo intervencionista. Nesse período da crise, na década de 1960, o então presidente Jânio Quadros, representativo de classes e

⁹ Esses investimentos estrangeiros, como já é sabido, não são condição *sine qua non* de desenvolvimento no país, pois se assim fosse, as condições sociais e econômicas do país seriam outra.

grupos sociais renuncia, deixando a presidência a cargo do então vice, João Goulart, o popular Jango.

Essa conjuntura de crise e a instabilidade do governo de Goulart parece ter favorecido ao golpe militar ocorrido em 1964. Tomando o poder, “o governo de Castelo Branco, portanto, era um Governo apenas e basicamente de militares e tecnocratas. [...] Era um governo em que os demais grupos, e particularmente a classe de empresários industriais e financeiros, estavam ausentes” (PEREIRA, 1972, p.163). Esse governo, como ressalta Pereira (1972), era conservador por preservar o *status quo*, moralista pois acreditava que a solução para os problemas do Brasil estava na honestidade dos políticos, anti comunista e colonialista, por acreditar que o desenvolvimento do país só poderia acontecer com o auxílio financeiro do exterior.

No período da Ditadura Militar, o Estado autoritário (meados do século XX, décadas de 1960, 1970 e 1980 mais precisamente), era combatido por uma sociedade minoritária (grupos como feministas, trabalhadores rurais, estudantes faziam protestos). Foi nesse período que, no Brasil, a população começou a perceber mais claramente seu lugar subalterno frente ao Estado. Contudo, esses grupos representados pela minoria, lutavam apenas pelos próprios interesses - no caso das mulheres, o respeito e a luta por direitos iguais. O que explicou a demora na aglutinação desses movimentos particulares, de acordo com Martins, foi a “heterogênea intervenção espoliativa ou repressiva do Estado ditatorial nos diferentes setores da sociedade, da economia e da política” (2000, p.76).

O Estado brasileiro colocou-se como o defensor da ordem e controlador do poder. Segundo Costa (2006), o período do regime militar pode ser dividido em duas linhas, de 1964 a 1974, que marca a grande força do capital internacional e de 1974 até 1979, período em que buscou atingir os índices de crescimento econômico registrado no período do milagre brasileiro (1967-1973). Esse Estado ditatorial causou na sociedade uma “rachadura” atendendo a interesses de grupos separados e a ideia de Estado para todos passou a ser questionada. Esse quadro de questionamento das ações do Estado ditatorial militar levou-o a realizar mudanças. Conforme informa o autor:

O Estado brasileiro tomava consciência das mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e se propunha a reconstituir a

hegemonia do Estado, mediante a abertura política, de modo a incorporar a nova vitalidade social como um fator politicamente positivo e administrável (IBID, p. 78).

Nesse momento inicia-se um processo de transição para um período de Estado liberal.

Na sequência, na década de 1980, o projeto do Estado brasileiro estava pautado na abertura econômica, em privatizações e em cortes nos gastos públicos, tudo em nome do controle e tentativa de pagamento da dívida externa. O resultado disso foi o aumento da pobreza.

Esse período marca a dita democracia do Estado brasileiro. Junto com ele surge a esperança de um novo país em que a igualdade (social) se fizesse presente. Entretanto, como lembra Silva (2010, p.143), “mudamos de regime de governo sem mudar a estrutura de concentração de rendas e riquezas dentro da sociedade. Construimos um novo pacto político assentado sobre a mesma velha estrutura social”.

Em fins da década de 1980 a palavra de ordem dos conservadores e suas ideias liberais era a privatização. Dentre as mudanças dessa década, afirma-se a força da Constituição Federal (CF) de 1988, que tem por objetivo “uma mudança no Estado com ênfase na proposta de democratização e todas as suas nuances”. A proposição de uma CF mais democrática traz à tona um conjunto de modificações que se constituíam pauta dos movimentos progressistas do país, que envolviam movimentos sociais, organizações da sociedade civil, partidos de esquerda, intelectuais. A bandeira da descentralização do poder, a municipalização, a criação de conselhos gestores em diferentes setores era a resposta para esses movimentos que lutaram por direito de participação. Nesse conjunto de mudanças, a ampliação de direitos sociais, inclusive com a aprovação da assistência social como uma política pública, inserida no conceito de Seguridade Social, “constitui-se um importante avanço do ponto de vista da assistência às camadas mais pobres” (COSTA, 2006, p. 148).

Na década seguinte (1990), no governo de Fernando Collor de Melo, ficou óbvio que o objetivo do Estado com as mudanças constitucionais era assegurar a abertura necessária, no sentido de se adequar a nova conjuntura internacional, com a abertura econômica irrestrita. A reforma do Estado a caminho do projeto liberal foi

estimulada pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e começou pela Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, Chile, México e Argentina foram os primeiros países da América Latina a iniciar as medidas referentes à reforma do Estado.

Dentre as mudanças na reforma estão a legislação trabalhista, inovação na gestão da força de trabalho com terceirizações, etc (COSTA, 2006). A chamada inovação na gestão da força trabalhista a partir da terceirização acaba por transferir aquilo que até então lhe competia, para empresas privadas. É uma prestação de serviços básicos (como limpeza e processamento de dados, por exemplo), agora oferecida pelo setor privado da economia, muitas vezes, mediante contratos.

Percebe-se que essas reformas alteram a condição de trabalho e de vida da sociedade, uma vez que para alterar o padrão de acumulação (com o objetivo de fortalecer o sistema do capital), não há como “livrar” a classe trabalhadora, pois é esta que gera o acúmulo de riqueza a partir do seu trabalho. Consequências como perda de direitos trabalhistas e do seguro previdenciário também fazem parte do projeto liberal que tem como grande mentor o Estado.

A reforma do Estado brasileiro, iniciada no governo Collor teve seu auge no governo subsequente, de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A crise apresentada era culpa do modelo desenvolvimentista (de acordo com os apologistas do neoliberalismo) e para superá-la foi adotada uma discussão técnica e administrativa, sem conteúdo político (COSTA, 2006). Para a mesma autora, “o governo Fernando Henrique Cardoso colocou a reforma do Estado como condição imprescindível para a retomada do crescimento econômico e a melhoria do quadro social do país [...]” (IBID, p.165).

O ideário da reforma do Estado implementado no governo FHC teve como modelo de experiência o governo Thatcher, a partir da privatização de empresas até então sob o comando do Estado, corte de investimentos e contenção dos salários reais. Tudo isso, em nome do ingresso do país na “modernidade globalizada” (COSTA, 2006).

Como coloca Costa (2006, p.167), “a reforma do Estado não foi colocada como um ponto necessário para uma reforma social, ou um ajuste no padrão perverso de desigualdades sociais do país, mas como um elemento de ampliação da lógica da economia de mercado para o conjunto da sociedade”. Ao contrário, a reforma foi

essencial ao crescimento econômico e logicamente, ao fortalecimento do sistema do capital. Foi uma reforma pautada a atender as necessidades do modelo de economia neoliberal que vinha sendo implantado no país e para tanto, Estado e mercado são instituições centrais e altamente necessárias a essa implantação e seu crescimento.

O governo FHC priorizou o crescimento econômico defendendo a tese de que com ele, ocorreria como consequência o desenvolvimento social, como se um processo fosse consequência e resultado do outro. Na prática, ocorre o inverso, pois o acúmulo de capital num país a partir do crescimento da economia nada tem a ver com a área social, a não ser que o “bolo” do setor econômico fosse repartido com toda a sociedade, em especial àqueles que mais necessitam. Essa situação hipotética permanece apenas no plano do imaginário. Afinal, “segundo a proposta liberal, o Estado deve ficar menor na área social e mais forte na organização das condições gerais para a manutenção do lucro privado” (IBID, p.176).

As organizações multilaterais são instituídas para regulamentar ações de interesses do capitalismo. Estas são criadas por alguns países (ricos) do mundo com o objetivo (no plano teórico) de trabalhar para o desenvolvimento das nações de todo o mundo. Contudo, é sabido que essas organizações, a exemplo da ONU, regula o ajuste estrutural do sistema e acaba por solapar as economias dos países pobres em detrimento dos interesses de mercado dos países capitalistas desenvolvidos. Conforme destaca Lisboa, (2007, p.88),

O projeto de desenvolvimento dessas agências passava pela transformação das economias de base agrícola para economias de base industrial. Para tanto, o papel do Estado era de captar capitais privados, nacionais e estrangeiros, facilitando a institucionalização dos grupos nacionais, assim como a entrada de grupos estrangeiros.

Caberia ao Estado, portanto, somado às instituições multilaterais, estimular e realizar a mudança no modelo da economia brasileira, para enfim, vencer a pobreza e o subdesenvolvimento. Era preciso erradicar as formas conservadoras e consideradas arcaicas do modelo de economia do campo brasileiro; a modernização da agricultura e a implementação com força total da indústria no país eram as medidas necessárias para alcançar o tão sonhado desenvolvimento. O Estado, ainda é o responsável por ações que possam ser capazes de realizar o

desenvolvimento econômico. Para tanto, ele deve pensar os espaços articulados, principalmente em períodos de crise do capitalismo, quando este mesmo Estado precisa articular a expansão geográfica, por exemplo, como possibilidade de reestabelecimento da sua economia.

Todavia, esse desenvolvimento almejado por ele não diz respeito a um desenvolvimento homogêneo, capaz de atender a todos, ao contrário, é um desenvolvimento desigual e combinado, pois esse Estado que é planejador das ações capitalistas, não poderia atender as demandas sociais à todos de igual modo, mais ainda, chegar ao topo da superação trivial do capitalismo, que é a pobreza e a riqueza.

Além disso, o Estado por ser braço forte do sistema do capital, a esse deve sempre se dispor. Foi com a crise da dívida na década de 1990, que, de acordo com Lisboa (2007), os planos nacionais e regionais de desenvolvimento nacional foram perdendo cada vez mais prioridade em detrimento da elaboração de políticas de desenvolvimento regional.

Sobre a reforma do Estado no contexto do pós-neoliberalismo, Boron (2003) ressalta que as consequências desta perpassam pela derrota das forças populares e por profunda reestruturação produtiva e ainda se manifestam em quatro dimensões: a primeira dimensão diz respeito à “mercantilização de direitos” (p. 09), em que “a saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadorias “intercambiadas” entre “fornecedores” e compradores” [...] (p. 09). A segunda dimensão perpassa pela mudança existente entre a visão preponderante de que o Estado é mau e ineficiente e o mercado é bom e eficiente. A terceira refere-se ao poder neoliberal de manipular e transformar as mentes humanas em pura aceitação daquilo que lhe provém (medidas neoliberalizantes). Por fim, foi possível incutir a ideia de que o modelo do neoliberalismo é o que há, sem chance alguma de mudança. Assim é que

os dolorosos e cruéis processos de ajuste foram naturalizados concebidos como resultados espontâneos e naturais de uma ordem subjacente [...] onde, se existem ganhadores e perdedores, isso é devido a fatores “meta-sociais” e não às iniquidades intrínsecas ao capitalismo (BORON, 2003, p.11).

Aquilo que fora criado estrategicamente pelo sistema capitalista no momento de explosão do neoliberalismo, foi naturalizado como condição primária de sobrevivência humana. Não é exagero falar que esse modelo de economia tão articularmente esquematizado foi capaz de naturalizar fatos, tais como a exploração do trabalhador e a privatização de direitos inalienáveis como saúde e educação, a tal ponto de reduzir a quase zero contestações da sociedade. Vive-se a era da naturalização dos fatos não naturais.

Ainda nesse contexto, Boron (2003) diz que o FMI e o BM foram criados para, além de desempenhar o papel de orientação das políticas econômicas, convencer a humanidade de que fora do neoliberalismo [...] “só existe loucura, o erro ou o mais obcecado dogmatismo, com o qual se coloca em mãos das classes dominantes uma poderosíssima ferramenta de controle político e social” (p. 95).

Para Martins (2000), o Estado brasileiro tem se mostrado cada vez mais “imobilizador” da sociedade, à medida que de forma indireta, impossibilita que a mesma avance no esclarecimento dos seus direitos, na militância política. Deste modo, percebe-se que o Estado ditatorial causou na sociedade uma “rachadura” de heterogeneidade, atendendo a interesses de grupos separados, ou seja, a ideia de Estado para todos passou a ser questionada por um grupo maior de trabalhadores. Isso estava causando um estranhamento; pois como pode o representante de toda sociedade (o Estado) responder somente aos anseios de alguns grupos minoritários?

A partir dessa problemática o Estado se propôs a mudar. Ainda no fim do regime militar, buscou uma nova forma de reger a sociedade. Conforme assevera Martins (2000),

O Estado brasileiro tomava consciência das mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e se propunha a reconstituir a hegemonia do Estado, mediante a abertura política, de modo a incorporar a nova vitalidade social como um fator politicamente positivo e administrável (IBID, p. 78).

Nesse momento o Estado brasileiro passa por uma transição de ditatorial para Estado liberal. Entretanto, isso não trouxe mudanças significativas para a sociedade que havia se tornado corporativista, à medida que continuava a buscar os interesses particulares.

Furtado observa que “o Estado tem ampla participação nas decisões econômicas e constitui, de longe, a fonte principal do processo de acumulação” (1978, p.07). Essa assertiva de Furtado serve de base para o entendimento da atuação do Estado no tocante ao crescimento econômico do país no período do governo de Getúlio Vargas.

Todo esse *boom* de mudanças gerou uma série de consequências, desde volume de desempregos, excesso de gasto público que acarretou num surto inflacionário e crise social com aumento na demanda pelos seguros sociais (COSTA, 2006).

No plano dos direitos sociais (...) passou-se para um processo de reformas nas funções do Estado, com a quebra dos direitos previdenciários, redução dos gastos na área social, mudanças nas leis trabalhistas e diminuição da regulação, permitindo o livre fluxo de capitais (IBID, p.74).

Para Tavares (1978), o Estado no Brasil age solidariamente junto ao capitalismo internacional, pois ambos participam no investimento e produção dos principais setores dinâmicos da economia. E, à medida que a economia cresce, maior se torna o núcleo integrado de expansão econômica e a participação dos setores dinâmicos controlados pelo Estado. É esse papel assumido pelo Estado que faz Demo (1994), afirmar que o Estado brasileiro é um super Estado,

porque manipula mais da metade dos investimentos produtivos; porque é em muitos lugares, sobretudo nos mais pobres, o maior empregador; [...]. No entanto, a característica de super Estado se vislumbra, sobretudo, no fato de que escapa à sociedade civil, embora seja por esta sustentado. É uma criatura que ficou maior que seu criador e já o domina (DEMO, 1994, p. 60/61).

Desta feita, o Estado como algo superior e fora do alcance da sociedade é bastante antigo no Brasil.

Essa perspectiva de Estado, criticada por Demo, a partir da realidade brasileira, expõe uma visão construída pela ideologia liberal, presente no Brasil, sobretudo, no contexto do nacional desenvolvimentismo e destacável no imaginário popular, no senso comum. Entretanto, Mészáros (2002), ao analisar o Estado na sociedade capitalista deixa bem claro seu papel e afirma que:

O Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais (MÉSZAROS, 2002, p. 98).

Contudo, por trás do discurso teórico, havia o interesse em manter os pobres “quietos”, sem qualquer tipo de manifestação contra sua condição de explorado, afinal, como afirma Lisboa (2007), a batalha anticomunista, era preciso transmitir a ideologia de que o modelo de industrialização era a solução ao processo de crescimento econômico. Segundo Lisboa (2007, p.74), as ideias da Cepal eram: “a industrialização pela substituição de importações; a deterioração dos termos de troca; a necessidade de proteção do mercado interno; o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento.” Deste modo, para os países aderirem um progresso de crescimento econômico e atingir o desenvolvimento bastava seguir a cartilha do processo de industrialização. A superação do subdesenvolvimento latino americano estava baseada na industrialização via apoio do Estado.

Foi nessa lógica que o Estado se adequou à nova realidade após a inserção de mudanças no padrão de acumulação de capital e na dinâmica social do país, já nas décadas de 1960 a 1980. Nesse contexto, Costa (2006) diz que o Estado teve que modernizar a estrutura administrativa, incorporando políticas públicas nas áreas social e de saúde, afinal o trabalho assalariado passou a exigir isso. Por outro lado, fortalecendo o “mudar para manter”, “as condições de vida das camadas populares continuavam precárias, pois a transformação da ordem política não foi acompanhada por mudanças na estrutura interna da distribuição da renda nacional nem mesmo pela alteração da estrutura agrária” (IBID, p.117).

Por um lado, o Estado precisa manter sua estrutura de dominação e continuar atendendo aos interesses da classe dominante. Para manter a alienação, acaba por atender determinadas demandas sociais reivindicadas pela sociedade. Ou seja, ao tempo em que a sociedade conquista, por meio de mobilizações, alguns atendimentos básicos, direitos e alguma forma de bem estar, o Estado aparece como um ente que está acima dos interesses de classe, atendendo a todos. Ele procura sanar algumas necessidades da comunidade para manter a aparência de árbitro neutro, e dessa maneira, manter a estrutura dominantes/dominados.

1.3 O Estado no cenário contemporâneo

A maneira do Estado se estabelecer como o ente superior acima da sociedade pode ser vislumbrada da forma como Harvey analisa o convencimento para a aceitação social do neoliberalismo. Harvey (2012) chama atenção para a forma como o neoliberalismo foi sendo imposto às sociedades por meio do consentimento. Fundamentado em Gramsci, esse autor afirma que o senso comum de uma população é construído a partir de práticas de socialização cultural de longa data, que deixa profundas raízes de tradições nacionais e/ou regionais. Assim, coube ao senso comum da população aceitar o neoliberalismo, pois em muitas partes do mundo, esse modelo foi aceito “como uma maneira necessária e até completamente natural de regular a ordem social” (IBID, p.50).

No estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, o estágio da internacionalização do capital, o Estado nação parece perder sua autonomia, visto que o sistema financeiro mundial exerce o comando do sistema econômico internacional. Sabe-se que “quando se modificam as condições históricas do processo de acumulação capitalista, modificam-se ao mesmo tempo as funções e atribuições do Estado moderno, que nunca deixou de ser essencialmente burguês” (COSTA, 2006, p.97).

Cabiam as elites de classe e as cooperações criar no senso comum uma “cultura populista neoliberal”, em que a tarefa ideológica era enfatizar a liberdade ideológica do consumidor tanto na escolha de produtos particulares quanto no estilo de vida, nas formas de expressão e nas práticas culturais (HARVEY, 2012).

Na América Latina, o projeto neoliberal se efetivou a partir do Consenso de Washington (1990). O objetivo do consenso, (no plano teórico), era propor ideias neoliberais que fossem capazes de equacionar a crise econômica na periferia capitalista, com o discurso de estabilizar a economia a partir das medidas de privatização e liberalização, para que o país voltasse a desenvolver sua economia. Na prática, o Consenso de Washington nada mais foi que um plano de ajuste econômico idealizado pelo FMI e o Banco Mundial para promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e visando reduzir o Estado, uma vez que a política de privatização é fortemente adotada (PEREIRA, 1991).

De acordo com o Consenso de Washington, as causas da crise latino americana dizem respeito basicamente ao excessivo crescimento do Estado e seu protecionismo e o populismo econômico com sua incapacidade de controlar o déficit público (PEREIRA, 1991). Para solucionar tal problema, o próprio consenso propõe “estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la para que o país retome o desenvolvimento” (p. 06). Contudo, essa proposta parece não resolver a situação, pois países como a Bolívia e o México empreenderam reformas liberalizantes, todavia não retomaram o crescimento (IBID).

Como objetivos do Consenso de Washington, se destacam a abertura da economia para o exterior, a liberalização dos mercados, as atividades produtivas, controle e a estabilização dos preços (SILVA, 2010). Contudo, como é típico do sistema capitalista, o projeto fracassou, pois como assinala o próprio Da Silva,

o projeto neoliberal revelou-se inteiramente contrário à perspectiva de ampliação da cidadania social no continente latino americano. E parece ter se esgotado enquanto estratégia para a pretendida revitalização do sistema econômico, ao bloquear o crescimento e aprofundar a dependência e a vulnerabilidade em face do capital estrangeiro (IBID, p.114).

As mudanças proposta pelo Estado neoliberal afetavam, sobretudo, cinco grandes áreas: a reforma econômica visava dinamizar o investimento privado nacional e internacional. A reforma política. Outro grupo de mudança era o da Seguridade Social que envolvia mudanças referentes a questão da gestão quanto as fontes de recursos, arrecadação e administração; a quarta mudança seria no quesito reforma tributária, a qual também não houve consenso sobre medidas a serem tomadas. Por fim, a mudança referente a reforma administrativa, que apresentou a possibilidade de perda da estabilidade por insuficiência de desempenho, criação de teto de remuneração para o setor público, etc.

Para Harvey (2012), são características do neoliberalismo, a privatização, a mercadificação, a financialização, a administração, a manipulação de crises e redistribuições via Estado. Em relação a essa última, será dada atenção especial em virtude da relação com a pesquisa em tela. Essas redistribuições dizem respeito a esquemas de privatização e cortes nos gastos públicos, o que acaba por favorecer os setores privados da economia. Além disso, o Estado neoliberal também redistribui

renda e riqueza a pessoas jurídicas, como subsídios e isenções fiscais (HARVEY, 2012). Àqueles menos favorecidos também são contemplados com esse Estado, o qual os insere no circuito da economia financeira facilitando o acesso à moradia e automóvel, por exemplo, aumentando com isso, o poder de barganha dessa esfera produtiva chamada financeirização da economia.

O neoliberalismo, de acordo com Costa (2006, p.77) é

um movimento político e ideológico que busca criar legitimidade e manter os avanços da globalização econômica, justificando a desigualdade social a partir da ideia de diferenças naturais. O Estado está no centro da disputa neoliberal, pois como movimento político ideológico visa essencialmente usar o poder político para dar liberdade de ação para o grande capital.

A grande mobilidade geográfica do capital e as enormes demandas pela produtividade têm espoliado muitos trabalhadores. Em países como China e Taiwan, trabalhadores se dedicam por longas horas ao seu ofício sem um mínimo de garantias trabalhistas, em especial as mulheres. Conforme adverte Harvey (2012), trabalhadores descartáveis sobrevivem num mercado de trabalho flexível a contratos de curto prazo, com inseguranças no emprego, perda de proteção social e trabalho debilitante. E tudo isso em meio ao desmonte das instituições coletivas que lutavam em defesa do trabalhador. Esse trabalho descartado e desvalorizado reflete a própria dinâmica do capitalismo, pois a produtividade e a concorrência têm aumentado junto com a precarização e a exploração da força de trabalho.

Sua ajuda ao sistema do capital se expande a medida que mais necessidades surgem pois, [...]

as funções econômicas do Estado se organizam e ele passa a atuar como empresário, nos setores básicos, na assunção do controle de empresas em dificuldades financeiras, e como fornecedor de recursos públicos ao setor privado por meio de subsídios, empréstimos com juros baixos etc (MOTA, 2011, p.57).

É notável o quanto o Estado atua diretamente no campo econômico e interfere nas tomadas de decisões e mudanças necessárias ao favorecimento do sistema do capital. Com isso, esse Estado que deixa a desejar no tocante as necessidades da comunidade precisa ao menos amenizar essas lacunas de benfeitorias sociais que estão por toda parte. É diante dessa realidade de não atendimento às necessidades

(tão exposta por todas as áreas, seja educação, saúde, lazer, segurança, etc), que esse mesmo Estado que exclui precisa incluir (claro que não na mesma proporção de sua exclusão). Essa inclusão tem se mostrado a partir de políticas sociais mínimas e emergenciais insuficientemente capazes de sanar todas as demandas sociais criadas por esse mesmo Estado.

2 - O CAPITAL FINANCEIRO E O SISTEMA DE CRÉDITO COMO MECANISMOS DE CONTROLE DA RIQUEZA

Pensar a contínua construção e desconstrução do espaço geográfico é tarefa da Geografia. Essa metamorfose espacial é fruto essencialmente das relações sociais juntamente com o metabolismo do sistema do capital. Este se apropria do espaço territorializando aí todas as nuances de exploração e domínio capitalistas. Dentro desse contexto está o capital financeiro e seu fruto, o crédito consignado que cada vez mais se expande no espaço rural a partir da figura do aposentado rural.

2.1 O capital financeiro e o controle do espaço

O espaço geográfico visto na totalidade do sistema capitalista o torna preponderante. Nos momentos de crise do sistema, o espaço sofre profundas alterações, pois a geografia da acumulação do capital destrói estruturas espaciais até então rígidas e reconstrói novas configurações geográficas capazes de novamente expandir o fluxo de capital e melhor “acomodar” a força de trabalho e o capital. Afinal,

a acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político (HARVEY, 2005, p.193).

Harvey (2005) aborda que a organização espacial e a expansão geográfica são produtos necessários para o processo de acumulação capitalista. Para tanto, os meios de transporte e de comunicação precisam se aperfeiçoar para fomentar e acompanhar tal processo. Com o inevitável avanço dos meios de transporte e comunicações, o capital passa a conquistar todo o mundo e a causar a chamada anulação ou compressão do espaço pelo tempo. Parece contraditório, mas ao mesmo tempo em que o capital deseja expandir seu poderio conquistando todos os espaços geográficos ele também, ao conquistar “todos os espaços” trabalha na medida de anulá-los em relação ao tempo, tendo em vista a voracidade que cada vez mais se faz necessária para que o circuito do capital se realize por completo.

O “encurtamento” do espaço pelo tempo parte de uma racionalização geográfica em que o processo produtivo faz uso de uma estrutura mutável das matérias primas, dos transportes, das demandas do mercado em relação à indústria, da inovação tecnológica e da própria concentração de capital (HARVEY, 2005). Assim, todo o aparato necessário à elaboração e construção da mercadoria no circuito de produção é pensado dentro da lógica do espaço, a partir da compressão pelo tempo. Afinal, “a expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital” (IBID, p.52/53).

Harvey (2005) propõe que seja feita uma “teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo”, pois só assim é possível entender como são formadas as alianças de classe e as configurações territoriais, como os territórios perdem ou ganham poder econômico, etc (HARVEY, 2005). Mas, Marx não estava equivocado, pois como ressalta o próprio Harvey (IBID), “do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada”. Para essa barreira ser superada, é preciso organizar o espaço. Logo, aparece a contradição: construir uma organização espacial adequadamente capaz de romper a barreira do espaço ao desenvolvimento do sistema do capital.

Para Harvey (IBID, p.145), “a tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas”. O espaço, através das relações espaciais (criadas pelo capitalismo), vive constantes reduções pelo tempo através das comunicações e dos meios de transporte.

A territorialização do capital tem se tornado cada vez mais evidente, mesmo que seja contraditoriamente cada vez menos visível e palpável, pois os seus limites estão transpassando fronteiras e, mais que isso, a construção do território pelo capital não se dá apenas pelo espaço concreto e material, sua expansão vai além, as redes, os sistemas de informação e o alcance do próprio sistema do capital são a prova disso.

O território é, portanto, manifestação da apropriação do espaço que é limitado a partir das tessituras que o definem. Esses limites na atual conjuntura de mundialização do capital estão cada vez mais abstratos, pois esse sistema tem se expandido a tal ponto que nem sempre é possível mensurar seu “tamanho” do território ou mesmo seu limite territorial. Ocorre que o capital também se territorializou. Não mais apenas o Estado nação é território, ou um indivíduo ou grupo social constrói e faz uso do (s) território (s).

Na visão de Raffestin (1993), o espaço antecede o território uma vez que o segundo se forma a partir do primeiro, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. “Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Essa territorialização do capital se estabelece de formas diversas. Com a mundialização do capital o espaço geográfico aparece ainda mais fragmentado. Com essa fragmentação, o espaço passa a ser coordenado por velocidades e ações diferenciadas. O território capturado pelo capital deve ser entendido como produto de relações sociais estabelecidas numa sociedade de classes, cujos interesses divergem. Interesses e conflitos que representam as classes antagônicas. Na realidade do campo sergipano (e brasileiro), por exemplo, é disputado de um lado por trabalhadores camponeses que lutam pela terra de trabalho e de outro, por proprietários de terra e empresas agropecuárias que disputam a terra de negócio. Essa disputa contínua faz do território um processo de construção, transformação e destruição contínuos.

Falar em mundialização do capital é referir-se a atual configuração do capitalismo mundial e seus mecanismos de desempenho e regulação. Para Chesnais (1996), parece que o triunfo do capitalismo é tão grande que ele passou a dominar o planeta. E é no interior da esfera financeira que seus gigantescos capitais tem se multiplicado a partir dos fundos mútuos e de pensão. A dinâmica de crescimento da esfera financeira tem sido um dos fenômenos mais marcantes da história do modo de produção capitalista.

É a força crescente do sistema do capital que lhe permite adentrar nos países e fazer “uso” da parte que lhe interessa para a sua expansão. Assim, “é preciso que a sociedade se adapte [...] às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo” (CHENAIS, 1996, p.25). Essa adaptação fica a cargo do próprio sistema que cria “facilidades” para a população a partir do chamado fetiche da financeirização.

Esse processo de mundialização acaba por agravar a polarização (típica do modo de produção capitalista), pois cada vez mais o distanciamento entre os países do oligopólio e os países da periferia aumenta. Estes últimos, como adverte Chesnais (1996, p.37),

não são mais apenas subordinados [...]. São países que praticamente não mais apresentam interesse nem econômico, nem estratégico (fim da Guerra Fria), para os países e companhias que estão no centro do oligopólio. São países mortos, pura e simplesmente. Não são mais países destinados ao desenvolvimento, e sim áreas de ‘pobreza’ (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial).

Nesse contexto lamamoto (2012, p.111) defende a tese de que “o capital internacionalizado produz a concentração da riqueza em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potencializando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista” [...].

É no campo financeiro que o capital cresce de maneira bastante atuante, em que é possível atingir proporções gigantescas de lucratividade. Como aborda lamamoto (2012), esse universo crescente da mundialização tem como suporte instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), que atreladas a grandes grupos industriais apoiados pelo Estado nacional e o espaço mundial têm assumido o comando do processo de acumulação, mediante “processos sociais que envolvem a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais” (p. 107).

Contudo, vale frisar que esse sistema financeiro não “caminha” sozinho, sua autonomia é relativa, uma vez que o capital que se valoriza na esfera financeira é

originário do setor produtivo. “A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada” (CHESNAIS, 1996, p.241). É o fetiche do capital financeiro que cria a ideia de que o capital na esfera financeira se reproduz sem mais-valia, sem a exploração do trabalho. A esfera financeira na verdade nutre-se do capital criado pelo investimento produtivo que através do capital transnacional e de investimentos financeiros juntamente com o apoio dos Estados fortalecem o “boom” do processo de financeirização do capital.

Para Castro (2009), o capital financeiro foi o grande beneficiário e usuário do avanço tecnológico aplicado às telecomunicações. É esse capital que se alimenta da velocidade das transações, da possibilidade de fluir, da não necessidade de um espaço físico para realizar seu objetivo. O capital financeiro comprime a relação espaço tempo, pois a volaticidade com que se desloca rompe as tradicionais fronteiras físicas de um território a partir das relações que ocorrem por meio das redes informacionais mundiais de computação.

Assim, o capital financeiro não necessita por via de regra, de um espaço construído para realizar seu ciclo da produção e se reproduzir. Para melhor clareza, Castro (2009, p. 231), diferencia capital financeiro de capital produtivo: “enquanto o primeiro requer o máximo de liberdade para circular, mesmo se ele não circula no vazio, o segundo precisa, para se instalar, de normas claras que lhe garantam o direito de propriedade, a segurança e a aquiescência às rotinas do trabalho viabilizadas pela disciplina da mão de obra”.

2.2 O sistema de crédito e o controle da renda do trabalhador

O trabalho de campo que foi realizado nos municípios de Salgado, Lagarto, Itabaiana, Estância, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Propriá, no período de dezembro/2015 à abril/2016 trouxe à tona o peso do sistema de créditos no processo de instrumentalização da territorialização do capital entre uma faixa da população vulnerável ao endividamento. O sistema de crédito financeiro permite que

um número cada vez maior de aposentados seja capturado pelo endividamento por meio do empréstimo consignado ocasionando no espaço rural, uma característica até então mais marcante no espaço urbano, que é o consumo através do endividamento via créditos. Em especial os idosos que tem o crédito facilitado devido à seguridade da aposentadoria (ou pensão), acabam entrando nessa nova lógica do capital financeiro.

Em pesquisa de campo foi possível perceber o quanto os idosos aposentados rurais são reféns do sistema financeiro a partir do crédito consignado. Dos idosos entrevistados (total de 40), todos estão pagando ou já pagaram algum empréstimo consignado.

Ao perguntar sobre como esses aposentados rurais tiveram conhecimento da existência e possibilidade do crédito, houve até um certo estranhamento por parte de alguns, isso por acharem a pergunta de certo modo óbvia, visto que o empréstimo parece estar naturalizado no espaço rural sergipano:

“Como eu soube? Isso não é novidade não, todo mundo sabe” (Sr^o G., 71 anos de idade).

“Ah moça, aqui quando a gente vai receber o dinheiro do mês o povo do banco fica falando pra gente, sem contar que tem umas mocinhas que ficam na porta chamando a gente pra pegar dinheiro e resolver nossos problemas” (Sr^a A., 66 anos de idade).

“Por aqui muita gente já pegou, aí um fala pro outro e todo mundo sabe” (Sr^a R. 62 anos de idade).

Na maioria dos casos o dinheiro do empréstimo é utilizado para reforma de casa ou questões de saúde (quando não é utilizado por familiares). Dentre esses casos de reforma de casa, alguns chamaram mais atenção, como o caso de um casal, ambos aposentados. Cada um fez o seu empréstimo e juntaram os dois valores para investir na reforma, o que acaba comprometendo as duas rendas da família.

Mesmo sendo o empréstimo feito em prol de um benefício duradouro e de bem estar para os próprios idosos e toda a família (no caso a reforma da casa), a senhora V. (64 anos de idade), afirmou enfaticamente que o empréstimo,

“Não vale a pena, porque a gente fica cativo por muitos anos”.

O ficar “cativo” retrata exatamente o quanto o sistema financeiro aprisiona o idoso a partir da consignação. Ao passarem cinco anos pagando, a Srª V. (64 anos de idade) e o Srº J. (78 anos de idade), disseram que:

“O empréstimo é ruim, porque a gente faz o empréstimo, fica tudo subindo e o dinheiro não sobe, só faz é abaixar”.

O espaço de morada e de reprodução do trabalhador rural, do aposentado, do camponês, tem sido capturado pelo sistema de créditos. A aposentadoria vem para suprir as necessidades do idoso (e por vezes da sua família), e passa a ser fundamental no comprometimento de parte da renda do aposentado que é direcionada aos bancos e prestações.

Esse comprometimento da renda tende somente a aumentar, pois alguns aposentados acham a possibilidade do crédito consignado uma boa escolha, afinal, para eles, o crédito possibilita àquilo que a renda mensal não pode fazer.

“Com o crédito, eu reformei minha casa e comprei um terreno”. Afirma o Srº E. (73 anos de idade), que está no seu segundo contrato de crédito consignado. Ao perguntar se depois de terminar de pagar essa dívida pensa em fazer outro empréstimo, ele prontamente respondeu:

“Sim, assim que terminar de pagar esse daqui a três anos, pego outro pra começar a construir no meu terreno”.

Semelhante a esse caso é o do Srº G. (71 anos de idade), que vê a facilidade do crédito como uma coisa boa,

“Porque o dinheiro da gente não dá pra fazer tudo de uma vez, então pega do banco e faz logo uma coisa de uma vez”.

Mesmo esses exemplos que mostram aposentados afirmando positivamente a importância do crédito consignado no campo, há um reconhecimento da dependência e do lucro que os bancos conseguem barganhar:

“Eu não quero mais pegar não, mas no futuro a depender da necessidade pego mais um”. Sr^a M. (68 anos de idade).

Em relação ao lucro que o banco auferi, a mesma entrevistada afirma: “O empréstimo na hora foi bom, só é ruim o juro”.

Esses exemplos denotam que o crédito consignado no campo sergipano tem alterado a produção do espaço, uma vez que com o dinheiro do empréstimo acontecem reformas de casas, compra de moto e carroça, por exemplo, o que consequentemente resulta em alterações na paisagem geográfica. Com a aquisição de uma moto por exemplo, o trabalhador rural se desloca para o espaço urbano do município para trabalhar ou o dono da carroça a utiliza para compra de insumos e adubos para a produção agrícola do quintal da sua casa. Conforme afirma M. (40 anos de idade):

“Pedi a minha mãe pra tirar um dinheiro no banco pra mim pra poder comprar uma moto, porque aí eu pude ir trabalhar lá na cidade” (funcionário de um supermercado que fica no perímetro urbano do município, se desloca todos os dias de moto para trabalhar).

“Eu comprei uma moto com o dinheiro que meu pai conseguiu no empréstimo do banco, agora eu sou motoboy e quando ele precisa levo ele na cidade de moto também”, diz J.A. (42 anos de idade).

Alguns filhos fizeram uso do empréstimo para melhoria na produção agrícola:

Meu pai e minha mãe depois que se aposentaram pararam de trabalhar na roça, estão cansados. Então eu e minha mulher que trabalhamos lá agora, aí tava precisando de um dinheiro pra melhorar a safra e como a gente não tinha, meu pai pegou um dinheiro no banco e comprei uns adubos na cidade, até ajudou a ganhar mais um dinheirinho e vender mais na feira (F., filho de aposentados rurais que trabalha com a produção agrícola e reside com os pais, 32 anos de idade).

“Minha mãe pegou empréstimo no banco pra poder aumentar um puxadinho de roçado” (C., filho de aposentada rural que trabalha com a produção agrícola, 42 anos de idade).

Assim, pode-se dizer que o espaço rural é produzido/reproduzido (também) a partir da inserção do crédito consignado no campo.

Nesse contexto de liberalização do capital, os bancos não são mais os únicos detentores do poder de angariar crédito e acumular capital a partir das altas taxas de juros. Junto a eles e concorrendo entre si têm-se os grandes fundos de investimento (seguro de vida, seguro de acidente de trabalho), fundos de pensão (previdência privada) e os empréstimos consignados que, todos eles, são poderosos aliados do capital financeiro, pois a partir de parte da renda do trabalhador destinada a um desses fins (seguro, pensão...), é possível transformar dinheiro em capital altamente rentável. Por outro lado, esse jogo é mais uma amarra do sistema que endivida o trabalhador e o aposentado e a partir do próprio endividamento o presenteia como protagonista da manutenção da esfera financeira do sistema capitalista.

Ainda sobre os bancos, é interessante destacar uma de suas principais funções, que é a de juntar o dinheiro de todas as outras classes e colocar a disposição da classe capitalista, ajudando o capitalista com seu crescimento econômico, uma vez que esse capital vai ser utilizado no sistema produtivo do capitalista e, ainda, retira a “ociosidade” do dinheiro dos terceiros, que é para os bancos atraído, devido, principalmente, à concessão da taxa de juros (mesmo sendo essa sempre muito baixa) (HILFERDING, 1985).

“O crédito se apresenta de imediato como simples resultado da função alterada do dinheiro como meio de pagamento. Quando o pagamento só é feito algum tempo depois de efetuada a venda, o dinheiro devido será creditado durante esse tempo” (IBID, p. 85). Um dos instrumentos “iniciais” do sistema de crédito é a promissória, que se constitui como um mecanismo favorável ao processo de circulação e consumo da mercadoria, pois o consumidor pode adquirir a mercadoria sem necessariamente ter o dinheiro no momento da compra. A promissória aparece como um incentivo ao consumo, e como “prova” de que o sistema de crédito (juntamente com os bancos) é o grande aliado do crescimento do capitalismo.

Para Harvey (2013), o dinheiro creditício é peculiar, não é comparável à moeda, pois esta, sempre permanece em circulação; diferente do primeiro, que quando a dívida é saldada, o dinheiro creditício desaparece. Mais ainda, o dinheiro creditício quando não pago, ou seja, quando a dívida não é quitada, é diretamente desvalorizado ou depreciado. Em outras palavras, é como se o dinheiro creditício não vivesse em constante circulação (como a moeda) e quando não pago, ele deixa de existir no sistema capitalista.

Então, nessa lógica, pode-se afirmar que contraditoriamente o dinheiro creditício é um grande poder de barganha para alimentar o sistema do capital (por ter o poder de atrair um alto consumo), mas, ao mesmo tempo, é sempre um risco para esse mesmo sistema, pois uma vez não pago, ele é desvalorizado e deixa de “existir”. Como expressa Harvey (2013, p.322), “o sistema de crédito é um produto dos próprios esforços do capital para lidar com as contradições internas do capitalismo”.

O dinheiro creditício ou o sistema de crédito é alimentado pela taxa de juros que nele está incidida. A esse respeito, Harvey (2013, p.342) diz que o “capital que rende juros pode ser então definido como qualquer dinheiro ou equivalente a dinheiro emprestado pelos proprietários de capital em troca da taxa de juros vigente”. O propósito do crédito é então, fazer gerar lucro, aumentar o poder de barganha do montante de capital do capitalista. Pensando nessa lógica, para o sistema de crédito, quanto mais empréstimos melhor, podendo compará-lo à realização dos ciclos do capital, em que o consumo realiza plenamente o sistema capitalista.

O consumo está para o sistema do capital assim como o empréstimo está para o sistema creditício, para o capital financeiro. Assim “como os proprietários de dinheiro estão principalmente preocupados em aumentar o seu dinheiro com os juros, eles são supostamente indiferentes a quem, e por que propósitos, o dinheiro é emprestado, contando que o retorno seja seguro” (HARVEY, 2013, p.342).

No sistema de crédito o dinheiro pode ser mobilizado como capital. Por exemplo, os bancos fazem uso das transações monetárias e as convertem em capital de empréstimo (IBID, 2013). Em outras palavras, o dinheiro da poupança de

milhões de trabalhadores é convertido, pelo banco, em capital disponível para empréstimo, o que se transforma no sistema de crédito. Assim, o dinheiro que aparentemente está “guardado” pelo banco ainda com o benefício do juro mensal, da poupança rentável, na verdade está sendo utilizado pelo sistema bancário para angariar lucro através do empréstimo creditício. Por isso, o dono da poupança (no Brasil), caso deseje realizar um saque do seu dinheiro precisa informar previamente ao banco para que o mesmo se programe e providencie a retirada do dinheiro.

Harvey (2013), afirma que o sistema de crédito ajuda a promover a eficiência da circulação monetária no ciclo natural do capital. O sistema de crédito ajuda a remover a barreira da circulação da mercadoria e facilita o fluxo do capital, pois foi através dele que o comércio de longa distância, consumo de mercadorias de alto valor (como imóveis, automóveis), por exemplo, tiveram um acelerado crescimento no mercado. “O crédito também facilita o consumo individual de mercadorias que têm vida longa – automóveis e casas são bons exemplos -, enquanto o governo pode proporcionar bens públicos mediante o financiamento da dívida” (IBID, p.352). Um produto de fabricação/produção chinesa por exemplo, pode ser vendido a consumidores brasileiros a partir da rede informacional via o sistema de crédito. Parece que o sistema de crédito veio acelerar o circuito até então natural do capital: produção-distribuição-circulação-consumo (P – D – C – C), pois a distribuição e a circulação parecem ser suprimidas e a relação espaço/tempo “sofre” encurtamento. Nesse contexto, Harvey (2013, p.350) diz que

a necessidade de manter a continuidade dos fluxos de dinheiro e reduzir os tempos de circulação em face da miríade de movimentos das mercadorias, da proliferação da divisão do trabalho e da produção e dos tempos de circulação extremamente divergentes é um estímulo poderoso para a criação de um sistema de crédito. Sem crédito, todo o processo de acumulação estagnaria e afundaria.

Por outro lado, esse mesmo sistema de crédito pode propiciar uma crise no capitalismo, pois sua facilidade de aquisição permite relações de compra e venda cada vez mais dispersas e separadas tanto no espaço quanto no tempo (IBID).

Agora se explora a partir dos empréstimos, dos créditos. A geração da riqueza (financeira) não explora o trabalho vivo, não precisa mais da relação capital trabalho para se obter a mais-valia e acumular capital. Eis o mito e o fetiche do capital

financeiro, pois na verdade esse capital tem sua raiz na esfera do capital produtivo, visto que ele abstrai lucro do capital produtivo num super lucro a partir do processo da financeirização. Logo, a mais-valia é duplamente explorada e a exploração do trabalho vivo está mais do que nunca ativa, pois é a esfera financeira o maior campo de atuação do processo de mundialização do capital. Nesse contexto, Hilferding (1985, p.227) diz que “o capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento D-D’, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento de capital”.

O sistema de crédito faz parte de toda trama do sistema maior chamado financeiro, pois,

o sistema financeiro está envolto em um mistério que se origina da sua absoluta complexidade. Ele abrange o mundo intricado do banco central, das instituições internacionais remotas (o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional), de todo um complexo de mercados financeiros interligados (bolsas de valores, mercados futuros de mercadorias, mercados hipotecários, etc.), de agentes (corretores de valores, banqueiros, atacadistas etc.) e de instituições (fundos de pensão e seguros, bancos mercantis, associações de crédito, bancos de poupança etc). (HARVEY, 2013, p.411).

Os capitalistas monetários, conforme Harvey (2013) chama os banqueiros, financistas, corretores de ações, são capitalistas que vivem em competição um com o outro (não que os outros não vivam), em prol de conseguir capturar o maior número de capital social “possível”.

As instituições financeiras se congregam em torno da necessidade de encontrar maneiras eficientes para coletar, concentrar e, se necessário, converter excedentes na forma de dinheiro preparatória para lançá-lo em circulação como capital que rende juros” (Harvey, 2013, p.361). Contudo essas instituições devem ser variadas, pois “os bancos de poupança, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo, uma rede nacional de poupanças, sociedades beneficentes, fundos de pensão e seguros etc., podem ser apropriados para os trabalhadores, mas essas instituições não estão bem adaptadas para lidar com os poupanças dos Rockefellers ou dos xeiques árabes ricos em petróleo. As poupanças das grandes corporações e dos governos também requerem um manejo especializado (HARVEY, 2013, p.363).

Assim, empréstimos do crédito agrícola, financiamento de casas e automóveis diferem em muito de, por exemplo, créditos concedidos a corporações

multinacionais. Essas “diferentes necessidades” demonstram que não existe apenas um mercado financeiro, mas muitos que diferem em relação as taxas de juros e diferentes taxas de empréstimos e tipos de atividades (HARVEY, 2013).

“Entendido como um todo integrado, o sistema de crédito pode ser encarado como uma espécie de sistema nervoso central por meio do qual a circulação total do capital é coordenada” (IBID, p. 374). Algumas características do sistema de crédito são: realocação do capital monetário entre as atividades, firmas, setores, regiões e países; divisão incipiente do trabalho e redução nos tempos de rotação; facilita a equalização da taxa de lucro; ajuda a coordenar as relações entre os fluxos de capital fixo e capital circulante (HARVEY, 2013).

No processo de acumulação, o sistema de crédito pode servir para acelerar ou intensificar tal processo; ele pode acelerar simultaneamente a produção e o consumo (IBID, 2013). Afinal, ele reduz o tempo “natural” do processo de acumulação, pois a partir do crédito, o tempo necessário da circulação e da distribuição são em parte suplantados pelo acelerado “tempo creditício”.

Diferentemente de outros intermediários financeiros (como os fundos de pensão e seguros, sociedades de crédito imobiliário), que apenas mobilizam poupanças com uma quantidade de valores existentes, ou seja, não fictício, os bancos dão crédito e criam valores monetários fictícios e os substituem por letras de câmbio para que assim o crédito possa circular (pois até então era fictício, mas torna-se real, sendo emprestado como capital) (HARVEY, 2013).

Ao passo que os bancos são o melhor caminho para o crescimento do capital a partir do crédito, ele também é dono do maior risco dentro do sistema financeiro, pois os valores fictícios são convertidos em capital (a partir do crédito concedido) e convertido em formas fictícias de capital até que ocorra o pagamento (devolução) da dívida bancária (IBID). Então até que o pagamento (devolução do crédito com altas taxas de juros) seja efetuado junto ao banco, a ameaça a “eficácia bancária” é real.

O sistema de crédito para Harvey (2005, p.51), “possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma. A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode, em parte, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito”. Assim,

o sistema de crédito vem para “facilitar” a expansão e mudanças geográficas, para reordenar o território, uma vez que através da concessão do crédito o espaço geográfico pode sofrer alterações em sua construção.

Com relação a intervenção estatal no tocante ao estímulo e permissão do sistema de crédito vinculado a bancos, Harvey (2013) diz que o Estado pode estimular alguns fluxos de créditos por razões econômicas ou sociais, afinal “o Estado pode até estabelecer instituições de crédito com propósitos especiais (para crédito agrícola, desenvolvimento de projetos em áreas carentes, empréstimo para pequenos negócios, empréstimos para estudantes, etc)”. (IBID, p.370/371). E assim tem sido, pois em relação ao crédito consignado destinado a aposentados e pensionistas por exemplo, tem-se 39 bancos e instituições financeiras diferentes em todo o país, que são formalmente credenciadas junto à Previdência Social a concederem o crédito ao aposentado/pensionista, conforme site do Ministério da Previdência (2015).

Contudo, além dessas instituições formalmente credenciadas, tem-se um crescente número de pequenas agências de crédito consignado vinculadas aos bancos que atuam em seus respectivos municípios. Parece um negócio bastante rentável para pequenos e médios empresários, até porque em visita a campo, foi possível perceber o “monopólio” de algumas financeiras no estado (o que será tratado com mais detalhe no capítulo 4).

A seguir, seguem informações acerca dos bancos e instituições financeiras cadastrados junto ao INSS para concessão do crédito (quadro 1).

Quadro 1: Bancos e instituições financeiras vinculados à Previdência Social (valores em 2015), 2015.

BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	TAXAS DE JUROS (%)				
	De 1 a 15 meses	De 16 a 30 meses	De 31 a 45 meses	De 46 a 60 meses	De 61 a 72 meses
Banco do Brasil S.A.	1,10 a 1,95	1,96 a 2,02	2,02 a 2,05	2,05	2,05
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	1,06 a 1,98	1,98 a 2,11	2,11 a 2,14	2,14	2,14
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo	1,50 a 1,75	1,75 a 1,98	1,95	1,95	1,95
Banco Santander (BRASIL) S.A.	1,29 a 2,05	2,05 a 2,08	2,08 a 2,10	2,10 a 2,14	2,14
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL	1,40 a 2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco do Estado do Sergipe S.A. – (BANESE)	0,80 a 1,45	1,45 a 1,60	1,60	1,60 a 1,78	1,78
BRB – Banco de Brasília S.A.	1,30 a 1,69	1,30 a 1,69	1,69 a 1,99	1,99	2,19
Caixa Econômica Federal	0,94 a 1,79	0,94 a 1,79	1,79	1,79	1,79
Banco Gerador S.A.	0,88 a 2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Arbi S.A.	1,99	1,99	1,99	1,99	1,99
Banco Cifra S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Bradesco S.A.	0,99 a 2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Paraná Banco S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Cacique S.A.	0,84 a 2,07	2,07 a 2,14	2,07 a 2,14	2,07 a 2,14	2,07 a 2,14 ^a
Banco BMG S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Itaú Unibanco S.A.	0,89 a 2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
Banco Mercantil do Brasil S.A.	1,69 a 2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Safra S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Industrial do Brasil S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Pan S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Ficsa S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Daycoval S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco BGN S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Cooperativo Sicredi S.A	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Cooperativo do Brasil S.A.	1,60 a 1,80	1,80 a 2,12	2,12	2,12	2,14
Sul Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Banco Intermedium S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Parati Credito Financiamento e Investimento S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Santinvest S.A. - C.F.I.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
SOCICRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor LTDA	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Cetelem Brasil S.A. - Credito Financiamento e Investimento	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Crediare S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
LECCA - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos	1,69 a 2,14	2,14	2,14	2,14	2,14
Gazincard S.A. Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento	0,99 a 1,99	1,99	1,99	1,99	1,99
Agiplan Financeira S/A - CFI	2,10	2,10	2,10	2,10	2,10
Facta Financeira S.A Credito, Financiamento e Investimento	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14

Fonte: Ministério da Previdência Social, 2015.

Organização: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Destes, além do Banco do Estado de Sergipe (BANESE), os bancos nacionais como o Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Bradesco, entre outros disponibilizam ofertas de crédito consignado e de crédito rural aos aposentados rurais do campo sergipano.

Conforme o quadro 1, as taxas de juros variam entre 0,80 (Banco do Estado de Sergipe - BANESE) e 2,19 (Banco de Brasília S.A. – BRB), onde cujos empréstimos podem ser divididos entre 1 e 72 meses.

Além dos idosos que se tornam (e se sentem) reféns do capital financeiro, existe um outro lado, que é o do trabalhador vinculado a essas agências financeiras. Esses também são reféns, de uma empresa capitalista que os obriga a bater metas diárias/mensais de créditos feitos. Em muitos casos, esses trabalhadores ficam na porta dos bancos abordando os idosos para oferecer as “vantagens” do consignado.

Em uma visita de campo, realizada em dezembro de 2015 a uma agência financeira na tentativa de conseguir informações acerca do crédito consignado, uma funcionária nos atendeu. Em uma conversa que durou cerca de duas horas, a funcionária afirmou que a meta diária individual é de R\$6.000,00 em contratos realizados, sejam eles de empréstimos novos, de refinanciamento e/ou com os “cartões novos”, o chamado cartão consignado.

O refinanciamento trata de idosos que ainda tem um contrato financiado em andamento e decide pegar outro por “cima” daquele. Nesse caso ele consegue pegar àquilo referente ao que está pago e incluso na margem dos 30% permitido. Além disso, quando o aposentado se insere num refinanciamento, aquele valor referente aos meses do primeiro contrato é anulado e a dívida começa a ser paga novamente. Exemplo: um aposentado fez um empréstimo para pagar em 36 meses e quando ele chegou ao pagamento da 11ª parcela, ele resolveu fazer um refinanciamento e a que seria sua 12ª parcela, será a 1ª novamente feita a partir do cálculo dos dois contratos. Ao que parece, cada refinanciamento é mais um super lucro no jogo do capital, que expropria do trabalhador rural aposentado aquilo que lhe foi conquistado como um direito social.

Quanto ao cartão consignado, este é mais um meio fácil da expropriação do benefício, uma vez que oferece mais 5% do total de sua renda (além da margem dos 30%) para ser utilizado com crédito ou empréstimo. Esse cartão,

“Todos podem pegar e usar, analfabetos e até quem tem o nome sujo. E o dinheiro sai em dois dias” (funcionária da financeira).

Segundo a funcionária, raros são os idosos que utilizam o cartão consignado como crédito,

“Quase todos fazem uso da margem de 5% do cartão pra pegar mais dinheiro” (funcionária da financeira).

Ainda em conversa com outra funcionária de agência financeira, perguntamos sobre a procura por empréstimos. As respostas são bastante elucidativas:

“Sai bastante, todo dia a gente faz empréstimo”.

“Eles querem, não tem jeito. É por isso que tem que ter os 30%, se não eles ficavam sem nada no fim do mês”.

“Se não houvesse o limite dos 30%? O povo pegava era tudo, comprometia era todo o salário”.

Esse limite ou margem dos 30% é bem articulado por dois motivos: primeiro porque o sistema precisa convencer a população de que o empréstimo é um bom negócio, mas, além disso, o idoso não pode comprometer toda sua renda, afinal ela é necessária no mínimo, à sua subsistência. O Estado e o sistema do capital precisam fazer a população acreditar que eles se preocupam com isso. Mas, acima de tudo, em segundo lugar, comprometer “apenas” 30% da renda permite manter o idoso “alimentado e vivo”, pois assim ele irá se reproduzir e “criar” sempre novas necessidades para a realização do empréstimo. Dentro dessas “novas necessidades” se inclui a possibilidade de que cada benefício pode adquirir seis empréstimos por vez, logo se o idoso for aposentado e pensionista ele pode realizar até doze empréstimos por vez (sejam eles no mesmo banco ou em agências bancárias diferentes).

O interesse pelo dinheiro é tão grande, que:

“Muitos idosos vem pegar o empréstimo escondido, sem seus filhos saberem, por que eles dizem que os filhos pegam o dinheiro e eles nem veem a cor, depois ficam pagando todo mês” (funcionária de agência financeira).

Nesse contexto está a aposentada Sr^a L. (84 anos de idade) que ao perguntar se ela realizou algum empréstimo, ela lamenta:

“Não sei nem lhe dizer como, mas meu filho pegou um dinheiro lá no banco e depois disso minha aposentadoria parece que ficou menor”.

Outro caso semelhante é o do Sr^o J. (78 anos de idade). Ele relata que passou cinco anos pagando um empréstimo sem saber de onde veio:

“Fui no banco, ninguém sabia, vou fazer o quê? Tive que pagar”.

Ele lamenta ter passado cinco anos recebendo somente R\$500,00 de aposentadoria sem saber sequer o motivo disso.

O aposentado rural muitas vezes sofre devido à falta de conhecimento e o aproveitamento por parte de alguns (inclui-se aí funcionários de banco ou mesmo de agências financeiras, e em alguns casos, até filhos), que acabam por impor ao idoso a pegar um empréstimo. Nessa relação, o trabalhador muitas vezes omite informações acerca do contrato do empréstimo e o idoso acaba aderindo ao contrato sem ao menos conhecer suas cláusulas.

Nesse contexto, em conversa com funcionária de uma outra agência ela relatou que houve alguns casos em que idosos agem de má fé com interesse de ser beneficiado. Conta de um caso em que um aposentado foi até a agência e fez um empréstimo no valor de R\$10.000,00. Mas, esse mesmo aposentado colocou a empresa financiadora na justiça alegando que um dia chegou um ônibus, colocou muitos aposentados dentro, levando-os até a agência e os obrigou a assinar um papel de empréstimo. Segundo palavras dela mesma,

“Aí o juiz nem quer saber se é verdade ou não, ele ganhou R\$20.000,00 de indenização sem contar com os R\$10.000,00 que tinha pego”.

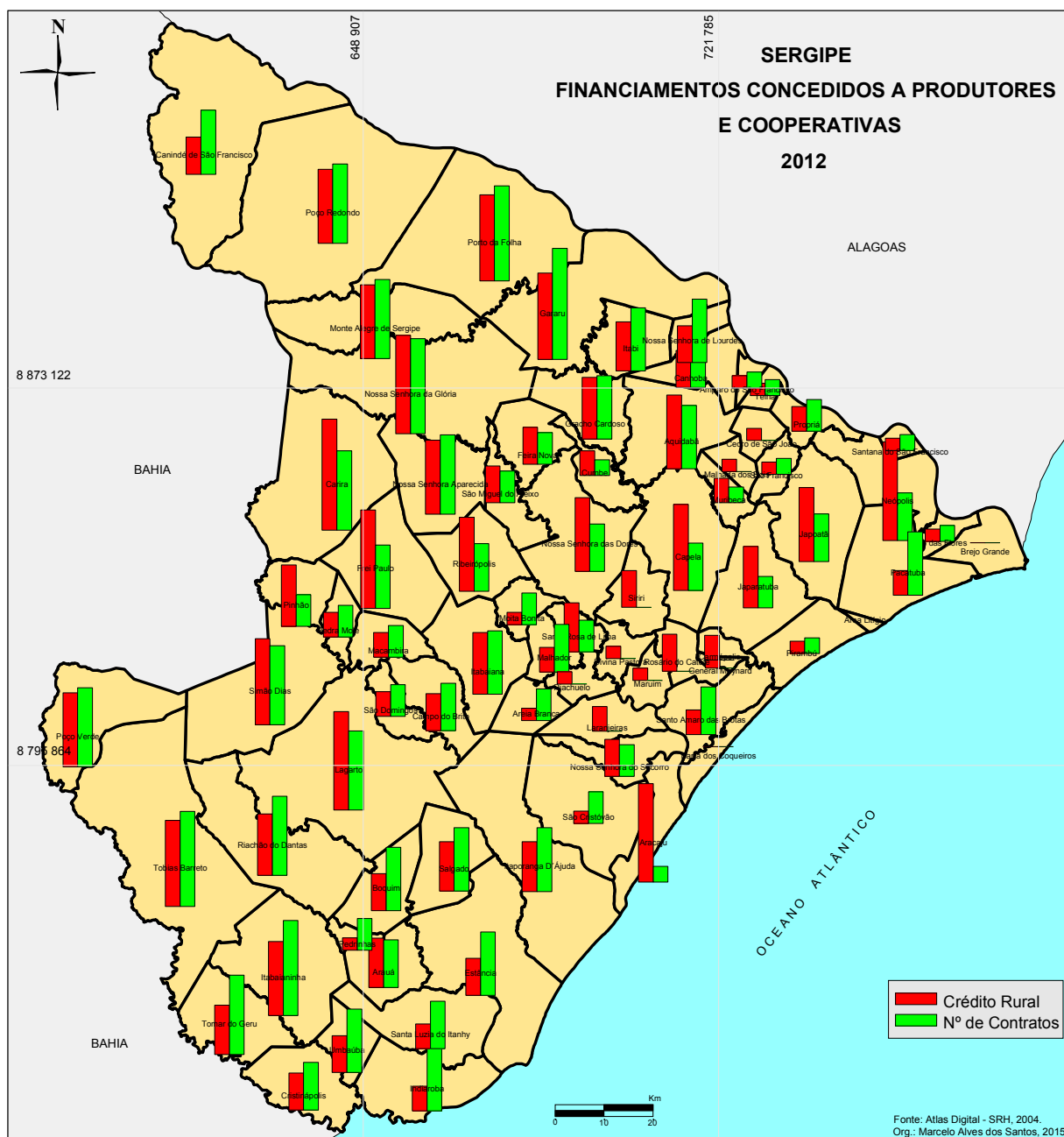
Fatos como esse demonstram uma “cultura” brasileira pautada na desonestidade e na esperteza de sempre levar vantagem, sem contar que o fato do

“Juiz nem quer saber se é verdade ou não”, aponta para que ele tem uma certa compreensão de que o capitalista (materializado aqui como a agência), tem a capacidade de fragilizar – ainda mais – o fragilizado trabalhador (neste caso o aposentado rural). Mesmo que em raríssimas exceções (como o exemplo acima) ocorra a desonestidade por parte do idoso também, conforme relato da funcionária. Nessa pesquisa não foi checado a informação da funcionária.

O mapa a seguir apresenta dados que se referem aos valores em reais concedidos em crédito rural e ao número de contratos efetuados no referente ano por município (Figura 4). O crescimento no número de contratos referente ao crédito rural nos anos de 2012 é notório no estado de Sergipe, confirmando a assertiva de Harvey, de que “o capitalismo não poderia sobreviver muito tempo na ausência de um sistema de crédito, que diariamente se torna mais sofisticado nas coordenações que permite” (2013, p.376).

Embora não se trate do crédito consignado, convém mostrar a presença forte do sistema de crédito no estado de Sergipe, como uma realidade consolidada entre trabalhadores do campo. A figura mostra um número expressivo de crédito e de contratos, apesar desses contratos não estarem especificando sua origem, entende-se que aí se refere aos mais variados créditos, entre eles o do PRONAF. A imagem somada ao quadro 2, mostram o quanto produtores e cooperativas estão endividados na trama do crédito.

FIGURA 4 - Sergipe, financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 2012.



Segue quadro como suporte para análise e cruzamento dos dados referentes aos valores em reais concedidos em crédito rural e ao número de contratos efetuados no referente ano, por município.

Quadro 2– Sergipe, Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas, 2012.

Nº	Municípios	Valores em R\$ relativos a crédito rural	Municípios	Número de contratos concedidos
01	Carira	25.515.492,83	Gararu	3.175
02	Nossa Senhora da Glória	19.238.128,36	Tobias Barreto	2.882
03	Neópolis	18.898.017,86	Porto da Folha	2.502
04	Aracaju	17.508.588,99	Nossa Senhora da Glória	2.220
05	Lagarto	15.989.310,64	Itabaianinha	2.053
06	Frei Paulo	15.122.489,98	Carira	1.982
07	Capela	14.268.115,12	Poço Redondo	1.966
08	Simão Dias	12.141.151,31	Monte Alegre de Sergipe	1.943
09	Gararu	12.040.550,42	Nossa Senhora Aparecida	1.567
10	Porto da Folha	11.398.208,35	Riachão do Dantas	1.500
11	Tobias Barreto	10.432.002,05	Lagarto	1.423
12	Ribeirópolis	9.413.467,39	Poço Verde	1.398
13	Monte Alegre de Sergipe	9.269.327,27	Simão Dias	1.194
14	Nossa Senhora Aparecida	9.240.704,90	Tomar do Geru	1.124
15	Nossa Senhora das Dores	8.904.524,56	Pacatuba	846
16	Japoatã	8.072.726,58	Itabaiana	808
17	Itabaianinha	7.903.276,37	Boquim	785
18	Poço Verde	7.348.646,86	Graccho Cardoso	763
19	Poço Redondo	6.504.493,54	Nossa Senhora de Lourdes	753
20	Aquidabã	5.528.381,17	Itabi	737
21	Japaratuba	4.916.078,57	Frei Paulo	668
22	Pinhão	4.910.582,84	Itaporanga D'Ajuda	656
23	Riachão do Dantas	4.462.082,83	Aquidabã	650
24	Itabaiana	4.455.127,24	Umbaúba	615
25	Graccho Cardoso	4.257.010,49	Estância	598
26	Salgado	3.959.899,69	Salgado	529
27	Itabi	3.423.275,54	Canindé do São Francisco	520
28	Itaporanga D'Ajuda	3.420.681,78	Indiaroba	514
29	Santa Rosa de Lima	3.247.772,00	Nossa Senhora das Dores	476
30	Tomar do Geru	3.139.643,74	Malhador	472
31	Araúá	3.138.613,36	Neópolis	447
32	Nossa Senhora do Socorro	2.810.404,00	Santo Amaro das Brotas	439
33	Nossa Senhora de Lourdes	2.802.519,07	Ribeirópolis	422
34	Siriri	2.609.794,81	Araúá	407
35	Canhoba	2.529.092,75	Capela	406
36	Feira Nova	2.487.951,40	Santa Luzia do Itanhy	391
37	Estância	2.412.580,77	Campo do Brito	389
38	Rosário do Catete	2.379.309,87	Cristinápolis	327
39	Cristinápolis	2.369.982,36	Japoatã	312
40	Umbaúba	2.315.220,34	São Domingos	283
41	Boquim	2.217.214,31	Santa Rosa de Lima	258
42	São Miguel do Aleixo	2.189.045,55	Pedra Mole	253
43	Campo do Brito	2.123.713,41	Moita Bonita	246
44	Canindé do São Francisco	2.120.748,13	Macambira	239
45	Pedra Mole	1.898.367,20	Pinhão	218
46	Malhador	1.836.312,89	São Miguel do Aleixo	217
47	Laranjeiras	1.681.447,56	Japaratuba	210
48	Cumbe	1.594.238,23	Canhoba	209
49	Macambira	1.471.968,27	Pedrinhas	194
50	Muribeca	1.462.014,18	Propriá	176
51	Propriá	1.405.302,39	Nossa Senhora do Socorro	142
52	Pacatuba	1.390.549,50	Feira Nova	132
53	Indiaroba	1.340.335,61	Areia Branca	131
54	Carmópolis	1.339.195,53	São Cristóvão	129
55	São Domingos	1.135.000,15	Santana do São Francisco	96
56	Santa Luzia do Itanhy	1.068.830,98	Cumbe	81
57	Santo Amaro das Brotas	1.035.919,58	Telha	77
58	Moita Bonita	890.573,29	Ilha das Flores	72
59	São Cristóvão	820.781,53	Muribeca	70
60	Maruim	657.515,50	Amparo do São Francisco	67
61	Telha	554.953,41	Pirambu	57
62	General Maynard	554.582,00	Aracaju	48
63	Cedro de São João	520.875,38	São Francisco	43
64	Riachuelo	473.865,22	Cedro de São João	38

65	São Francisco	429.908,97	Siriri	34
66	Areia Branca	391.164,58	Laranjeiras	33
67	Pedrinhas	377.438,86	Barra dos Coqueiros	31
68	Ilha das Flores	316.375,24	Malhada dos Bois	31
69	Amparo do São Francisco	292.504,29	Maruim	26
70	Divina Pastora	175.150,00	Riachuelo	26
71	Pirambu	168.021,83	Brejo Grande	21
72	Malhada dos Bois	145.597,55	Rosário do Catete	18
73	Santana do São Francisco	118.000,00	Carmópolis	11
74	Brejo Grande	82.479,75	General Maynard	11
75	Barra dos Coqueiros	44.650,00	Divina Pastora	8

Fonte: Atlas Digital, SRH, 2004.

Organização: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

O quadro apresenta algumas diferenças no tocante aos valores em reais (R\$) relativos ao crédito rural e o número de créditos concedidos. A exemplo de Aracaju, que ocupa a 4ª posição no ranking de valores em reais relativos ao crédito rural e por sua vez, no número de contratos concedidos está na 62ª colocação, tendo apenas 48 contratos estabelecidos no ano de 2012. Esses 48 contratos representam um montante acima de 17 milhões de reais, expressando a situação diferenciada de Aracaju em relação aos empréstimos e ao tipo de atividade que detém, podendo ser, sobretudo para atividade agroindustrial.

Os municípios de Carira e Lagarto, respectivamente ocupam a 1ª e 5ª posição em relação aos valores em R\$ relativos ao crédito rural e 6ª e 11ª no número de contratos concedidos. Ou seja, denota-se que os municípios citados têm uma grande procura pelo crédito rural, uma vez que o número de contratos concedidos é alto em ambos e, além disso, por serem municípios eminentemente rurais, como se pode ver nos dados de ocupação, em que a população residente no campo é de 8.840 habitantes em Carira e 45.994 em Lagarto (segundo dados do IBGE, Censo Demográfico, 2010), o que representa, respectivamente, 44% e 48% da população total do município. Esse quadro expõe a realidade de demanda de créditos pela parcela da população que reside e produz no rural brasileiro.

Na parte 2 dessa tese será desenvolvido o debate sobre o crédito consignado e seus efeitos na vida do aposentado rural. Na sequência, por sua vez, será necessário discorrer sobre o contexto das políticas sociais e como elas se espacializaram como políticas públicas na história do capitalismo brasileiro. Suas definições, objetivos e como elas estão inseridas no interesse do Estado em propagar a ideia de combate à pobreza e a inserção dos menos favorecidos na lógica do sistema, bem como uma análise do sistema de Seguridade Social.

PARTE 02

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”.

(Os ninguéns/Eduardo Galeano)

3 - POLÍTICA SOCIAL E O SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

À medida que o capitalismo avança, a questão social mais se avoluma de “questões”. Ao mesmo tempo, o sistema de Seguridade Social como um todo, vem como tentativa de amenizar as tensões sociais, resultantes das questões/problemas da sociedade. Nesse contexto é que se insere a aposentadoria, como um direito e uma conquista para responder a esse problema. De quem é a responsabilidade de cuidar do idoso? Cabe ao Estado amparar àqueles que durante boa parte da vida contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento do capital, a partir do seu trabalho.

3.1 A política social em sentido genérico

A política social como política pública em seu sentido mais geral, de acordo com Pereira (2009), diz respeito a temas clássicos como eleição, partido, governo. Em sentido mais restrito, política social se refere às ações do Estado no tocante às demandas e necessidades sociais da sociedade. Para essa autora,

A política compõe-se, ao mesmo tempo, de atividades formais (regras estabelecidas, por exemplo) e informais (negociações, diálogos, confabulações) adotadas num contexto de relações de poder e destinadas a resolver, sem violência, conflitos em torno de questões que envolvem bens e assuntos públicos (IBID, 2009, p. 91).

O termo política pública surgiu no pós-guerra na Europa e nos Estados Unidos, quando pesquisadores procuravam entender as relações entre governos e cidadãos além da tradicional dimensão normativa do funcionamento das instituições governamentais. A *policy science* (política social) se concentra no que os governos efetivamente fazem (e não no que eles podem ou não fazer).

Como assevera Pereira (2009, p.94),

política pública, como já foi indicado, não é sinônimo de política estatal. A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos) e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade.

Assim, política pública (logo, política social), diz respeito ao público, ela deve ser para todos.

No tocante a origem das políticas sociais, Behring e Boschetti (2011) afirmam que não há com precisão um período específico das primeiras tentativas de seu surgimento. Fundamentadas em Pierson (1991), as autoras afirmam que geralmente sua origem está associada aos movimentos de massa, social democratas e o estabelecimento dos Estados Nação na Europa ocidental (fim do século XIX). Para Piana (2009), a sua origem remonta o século XIX e está relacionada aos movimentos de massa socialmente democráticos, as mobilizações operárias e a formação dos Estados Nação na Europa Ocidental.

Nas sociedades pré-capitalistas havia legislações seminais com um relativo caráter social e tinham como intuito manter a ordem social. Por outro lado, tinham um caráter mais repressivo que protetor. A Lei de *Speenhamland* de 1795 é um exemplo. Ela garantia ao empregado (ou desempregado) que recebesse como rendimento até determinado valor, um abono financeiro (baseado no preço do pão). Em contrapartida, o beneficiário dessa lei era obrigado a manter-se no seu local de trabalho, sendo proibido de exercer mobilidade (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

As políticas sociais devem estar associadas às dimensões histórica, econômica e política das manifestações da sociedade. Do ponto de vista histórico, a política social deve estar relacionada às expressões da questão social; no econômico é preciso relacionar a política social com as questões estruturais da economia, pois cada fase do modo de produção pode demandar determinado caráter de política social. Do ponto de vista político, faz-se necessário entender o papel do Estado e das forças políticas em atuar junto às demandas da sociedade (BEHRING E BOSCHETTI, 2011). Essa análise das políticas sociais está pautada no enfoque dialético e deve considerar os seguintes elementos: a natureza do capitalismo e seu grau de desenvolvimento, o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e o papel das políticas sociais (IBID).

Como definição, a política social pode ser considerada como uma luta contra a diferença e a desigualdade sociais pautadas na sociedade capitalista e fruto da própria dinâmica social. Assim, a política social tem relação com reivindicações sociais, com aquelas necessidades aparentemente visíveis da população, em que o

Estado por vezes “seleciona” a necessidade mais latente e “aplica” uma política social voltada para dirimir (ou contornar) determinado problema social. Conforme expressam Behring e Boschetti, (2011, p. 51),

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

A política social, como o próprio nome sugere, deve auxiliar na efetivação do atendimento às necessidades de cunho social. Na prática, as políticas sociais são quase restritas ao suprimento das necessidades vitais do ser humano, uma vez que elas, em sua maioria, são paliativas. Os valores pagos aos seus beneficiários são revertidos no suprimento de necessidades básicas da população.

Behring e Boschetti (2011) observam que o debate da política social se faz pelo viés descritivo sustentado por um grande volume de dados técnicos e vazios de análise. Por outro lado, há também a política social projetada naquilo que ela deveria ser. Outros ainda se debruçam em modelos e tipologias de política social existentes. Porém, a análise da política social a partir da contribuição marxista permite situá-la dentro das relações que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, a partir dos conflitos e luta de classes que se erguem na própria produção e reprodução do capitalismo.

A questão social só passou a ser considerada como algo necessário à intervenção estatal no momento em que a sociedade industrial se sentiu ameaçada (enquanto poderio político e econômico) e passou a criar um enfrentamento da questão social. Foi o *Welfare State* o benfeitor que veio regular a economia e ofertar proteção social ao trabalhador e, ao mesmo tempo levá-lo a manter a ordem no trabalho, sem reclamações e protestos.

Entre fins do século XIX e início do século XX, os fatores econômicos, sociais e políticos favoreceram a construção de um conceito de proteção social, bem estar,

cidadania – quando se inicia o *Welfare State* (PEREIRA, 2011)¹⁰. O *Welfare State* surgiu a partir do avanço do capitalismo no tocante a modernização industrial na Europa e os problemas sociais que surgiram pós-industrialização. A Grã Bretanha aparece como destaque, criando em 1942 uma série de providências nas áreas de saúde e escolarização. Assim, as origens do Estado do Bem Estar Social estão atreladas ao aumento dos problemas sociais inerentes ao avanço do capitalismo. Tanto é produto das contradições do capitalismo, que são nos períodos de crise do capitalismo que a política social ganha maior visibilidade e “investimento”, pois é preciso buscar artifícios para superação das crises.

Nesses contextos o Estado age para assegurar a inserção daqueles até então excluídos do mundo do consumo no sistema de produção, seja para alavancar o consumo, seja para amenizar as possibilidades de tensões e conflitos de classes. Behring (2002) chama esse fato de estratégia anticíclica, uma vez que é a estratégia adotada para combater os ciclos normais do capital (que são crise e crescimento), sendo o Estado o gestor das medidas anticrise.

Para a autora acima citada, o ano de 1929 marca a evolução dessa estratégia, pois foi nessa crise que mais usualmente buscou-se recurso à caridade e a beneficência privada ou pública a partir dos seguros sociais. “Contudo, a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores” [...] (IBID, p.169). Pois nesse sentido, ela atua como uma atenuadora de conflitos, uma vez que a partir do suprimento mínimo das necessidades sociais de uma comunidade, pressupõe-se que o conflito dê lugar a harmonia (isso não quer dizer que política social, qualquer que seja ela, tenha a capacidade de acabar com os conflitos, até porque estes são inerentes ao capitalismo).

Pereira (2011) faz uma análise acerca da política social (PS) e do *Welfare State* (WS). Ela observa que para diferentes estudiosos a política social e *Welfare State* seriam a mesma coisa. Por exemplo, para Marshall (1963), o *Welfare State* é

¹⁰ Por definição, o *Welfare State* pode ser compreendido como um conjunto de benefícios sociais promovidos pelo Estado e com alcance universal. Sua finalidade foi atender as necessidades sociais da população e tentar minimizar os efeitos deletérios da produção capitalista com benefícios sociais minimamente capazes de permitir um padrão de vida “digno” a todos.

fruto de um longo processo que culminou com a Seguridade Social no período da Segunda Guerra Mundial. Heidenhimer (1987) considera a lei dos Pobres (*Poor Laws*) do século XV como a pré história do *Welfare State*.

Ao contrário, Pereira (2011) a partir de estudos de Mishra (1991), discorda dessa ideia de simultaneidade entre PS e WS. Para ele, enquanto o *Welfare State* decorre da própria dinâmica do modo de produção capitalista no pós segunda guerra, com normativa específica, a política social é a intervenção estatal presente em demandas sociais. A política social pode ser identificada “[...] com um perfil de relação entre Estado e sociedade antes inexistente, posto que determinado por mudanças estruturais e políticas produtoras de novas arenas de “conflitos de interesses” [...] (p. 27). Ela não é um “*continuum* que começa com a caridade privada, passando pela beneficência e assistência” [...] (IBID, p.28). Assim a PS nada tem de concomitante ao WS, pois seus objetivos são mais focalizados atendendo a interesses específicos.

Para Off (1984), a política social não é mera “reação” do Estado aos “problemas” da classe operária, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. “A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarianização” (IBID, p.22). Para o autor, os componentes da política social do Estado são:

- Preparação regressiva e socializadora da proletarianização;
- Estabilização por medidas da coletivização compulsória dos riscos;
- Controle quantitativo do processo de proletarianização.

Essas políticas também almejam reduzir os efeitos da distribuição e concentração da riqueza, frutos da acumulação capitalista, logo elas têm caráter compensatório, uma vez que não é objetivo seu produzir a igualdade. Sobre essas ações públicas, Harvey (2005, p.92), assevera que os benefícios previdenciários e assistencialistas são exemplos da parceria entre Estado e capitalismo, pois “a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido”.

As políticas sociais, muito mais que a garantia de um direito assistido ao trabalhador, são “mecanismos eficazes de sustentação do poder aquisitivo mínimo

das classes trabalhadoras, evitando-se a ruptura do processo produtivo e da acumulação capitalista” (FALEIROS, 1991, p.159). Desta forma, essas políticas não se resumem ao interesse por parte do Estado e das empresas de amparar o trabalhador, muito mais que isso, elas servem para manter os processos de acumulação capitalista e produtivo, a partir da aposentadoria ou benefício.

Mas, mesmo sabendo que elas (as políticas sociais) fazem parte de um esquema estruturado do Estado para manter a condição de consumo e sobrevivência de boa parte da população, não é pretensão deste trabalho negar o benefício que essa política representa para a sociedade, afinal é com a aposentadoria que o beneficiário usufrui do seu direito ao descanso a partir dos 55, 60 anos de idade. É um direito garantido e assistido pela Constituição Federal, o qual não pode apenas ser considerado como uma política assistencialista ou compensatória, pois se assim fosse, estaria negando até mesmo uma conquista social da história brasileira.

3.2 As políticas sociais no Brasil

Sobre a origem da política social, Behring e Boschetti (2011) dizem que ela foi gestada da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e da intervenção estatal. Segundo as autoras, as leis que primeiro surgiram como antecedentes da política social são inglesas, a saber:

Estatuto dos Trabalhadores, 1349; Estatuto dos Artesãos (Artífices), de 1563; Leis do Pobres elisabetanas, que se sucederam entre 1531 e 1601; Lei do Domicílio (*Settlement Act*), de 1662; *Speenhamland Act*, de 1795; Lei Revisora das Leis dos Pobres ou Nova Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment Act*), de 1834 (IBID, p.48).

Baseadas em Polanyi (2000), as autoras dizem que essas leis tinham um caráter punitivo e o princípio delas era obrigar o exercício do trabalho, pois assim os auxílios mínimos (como alimentação) eram garantidos.

Parece que o nascedouro da política social é excludente e perverso, uma vez que não permite ao cidadão exercer o direito de suas garantias sociais. Até por que

essas legislações estabeleciam distinção entre pobres ‘merecedores’ (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres ‘não merecedores’ (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa (IBID, p.49).

No Brasil, a política social não “chegou” no mesmo tempo histórico que nos países de capitalismo central. Mas sua criação é fruto da luta de classes e de manifestações da classe trabalhadora.

A questão social já existente em nosso país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade (...) só se colocou como questão política a partir da primeira metade do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BERHING e BOSCHETTI, 2011, p.78).

Os marcos iniciais de constituição de um sistema de proteção social no Brasil datam de 1930 e 1940. Esse período é marcado pela passagem do modelo agroexportador para o urbano industrial (SILVA, YASBEK e GIOVANI, 2012). É nesse contexto que o Estado passa a assumir funções das áreas de educação, saúde previdência, etc. Apesar de ser a mola propulsora ao desenvolvimento do capitalismo, esse Estado [...] “se constitui também numa fonte de solidariedade social, assumindo o papel de promotor da comunidade de interesses e de responsável pela promoção do bem estar social” (IBID, p.26).

Oliveira (2009, p.112) afirma que outras características da política social brasileira:

são as práticas clientelistas, nas quais o acesso dos usuários aos bens, recursos e serviços se realiza por meio de relações pessoais entre eles e representantes do poder público a quem passam a dever favores frequentemente pagos através de fidelidade e lealdade políticas, sobretudo, em momentos eleitorais.

Na verdade, essa característica não corresponde apenas à política social, mas a todo contexto da política brasileira. O contexto ao qual é referido acima diz respeito a uma sociedade em que a política é tratada por clientelismo, em que a cultura da sociedade é regida por ações políticas de amizade, favorecimento, e a lei

não é vista como vontade pessoal, e sim como vingança, punição ou mesmo “compadrios” políticos.

Algumas características dos interlocutores do liberalismo em relação às políticas sociais devem ser reconhecidas para se compreender o fundamento da negação das políticas sociais: o Estado deve assumir o papel de “neutro” e de apenas legislador, desenvolvendo ações que estejam ligadas ao mercado; por outro lado, as políticas sociais representam o desperdício, pois desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, sem contar que cada indivíduo deve buscar seu bem estar a partir do trabalho, aqueles que não conseguem é porque são incapazes. Além de tudo isso, a pobreza e a miséria são compreendidas como fraqueza e imperfeição humana, e não como resultado do acesso desigual à riqueza.

Assim, foi em fins do século XIX e início do século XX, que o Estado capitalista passou a realizar ações sociais de forma mais ampla e com obrigatoriedade. Vai emergindo um “reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.63). Contudo,

o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (IBID, p.64).

As políticas sociais brasileiras são, a grosso modo, um sistema de proteção social composto de programas setoriais cuja eficácia e eficiência dependem muitas vezes da ação conjunta entre governos federal, estadual e municipal. Ainda, essas políticas “servem” apenas para àqueles mais marginalizados e carentes, que no jogo do sistema capitalista, perderam o direito ao trabalho, ao lazer, a democracia. Assim, as políticas públicas sociais têm por objetivo imediato suprir as necessidades emergenciais de uma parte da população.

Oliveira (2009) afirma que o Estado brasileiro começou a enfrentar o problema da pobreza com medidas pontuais, a exemplo da legislação sobre acidentes de trabalho (1919) a das Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, através da Lei Eloy Chaves (1923). “Assim, até a Constituição de 1988, uma característica da política social brasileira é o acesso a algumas medidas de proteção social apenas pela parcela da população que se encontrava formalmente no mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2009, p.112). Pode-se concluir então, que a política social no Brasil

nasceu segregadora e seletiva, à medida que favorecia apenas os já “favorecidos” (trabalhadores inseridos no mercado de trabalho) e excluiu desempregados, logo, estes são duplamente excluídos.

O sistema de proteção social no Brasil avançou mais nos períodos de 1970 e 1980, sob a orientação dos governos militares, como se o atendimento aos serviços sociais fosse responsável por sanar a represália ocasionada por este governo (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Para Mota (2011), no pós 64, o Estado brasileiro privilegiava a expansão do capital, mas era preciso que os governos militares demonstrassem uma imagem social do Estado, por isso funcionalizou a política social. As características dessa política foram

expansão seletiva de alguns programas sociais, o favorecimento ao setor privado, principalmente nas áreas de saúde, previdência, habitação e educação, a centralização político-administrativa e a supressão dos mecanismos de participação dos trabalhadores e dos beneficiários no controle dos sistemas até então existentes (MOTA, 2011, p. 149).

A assistência social é assegurada pela Constituição (1988) como uma política social não contributiva que atende (ou deve atender) àqueles que não são assegurados por meio do trabalho, aos idosos e aos que necessitam de assistência devido as condições físicas e mentais.

Contudo, no período do neoliberalismo (década de 1990) com a precarização do trabalho, o desemprego, a assistência social “sofre” o que Mota (2008) chama de fetiche social, em que a classe dominante transfere aquilo que é resultado do próprio capitalismo como responsabilidade da Assistência Social. Cabe agora a ela resolver a típica consequência do modo de produção capitalista: a desigualdade social. Assim, o Estado e a classe dominante “ampliam” o campo de ação da Assistência Social, pois além dos pobres e dos inaptos para produzir, os desempregados também fazem parte da demanda pela assistência. “Mas, até quando as classes dominantes e o seu Estado poderão tratar a pobreza como uma questão de Assistência Social?” (MOTA, 2008, p.16).

Há nessa direção uma clara opção pela negação de que a pobreza, ou seja, a questão da ampliação de uma questão social no Brasil é produto do sistema de

acumulação. Não se menciona a distribuição de riquezas, ou o modelo de produção. A ampliação da questão social está sempre associada à necessidade de assistência aos mais pobres.

Essa forma de ler a questão dos problemas sociais no Brasil se reflete na década do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos 1990, com um conjunto de políticas sociais, como o crescimento da previdência social, dos programas de transferência de renda e de saúde (criação do Sistema Único de Saúde – SUS) e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, criados em 1988 com a Constituição Federal e em 1993, respectivamente.

3.3 As políticas sociais no contexto das mudanças do Estado: universalização X focalização no pós 1990

A questão social no Brasil é vista a partir de três movimentos e conjunturas distintas. O primeiro momento data de 1970 a 1980 e foi marcado pela força da retórica do sindicalismo e dos movimentos sociais, que conduziram o processo de luta democrática e abertura política. As demandas apresentadas por esses grupos resultaram na promulgação da Constituição de 1988, e em avanços significativos no âmbito dos direitos civis. A segunda etapa, na década de 1990, representa uma interferência autoritária por parte do Estado para com os trabalhadores.

Esse período representa uma vivência controvertida da democracia, no qual, ao mesmo tempo em que a democracia reafirma-se como valor moral, na prática, ela é vivenciada pela ‘negação’ dos direitos sociais [...]. Ao invés de possibilitar maior integração social, gera, na prática, mais exclusão [...]. (IVO, 2006, p.66).

A terceira etapa, de fins dos anos 1990, é marcada pela urgência de ações que facilitem a integração e coesão social, sendo necessário contar com a ação imperiosa e autoritária do Estado.

A política neoliberal de proteção social a partir desse último período trás consigo uma “reorientação da concepção de universalidade das políticas sociais para a implementação de diferentes programas estratégicos e compensatórios da assistência focalizada na linha da pobreza, segundo diferentes ‘públicos-alvo’” (IVO, 2006, p.65).

Segundo Theodoro e Delgado (2003), as políticas sociais com caráter mais universalizantes, podem ser agrupadas em três níveis:

- As que respondem pela garantia dos direitos sociais básicos estruturados pelo aparelho do Estado;
- As que apesar de estarem garantidas pelo ordenamento constitucional, dependem da iniciativa dos governos por meio de ações e programas temporais para serem efetivadas;
- As que correspondem a situações emergenciais e projetos transitórios são geralmente ligadas a mandato de dirigente político.

Esse paradigma de universalização, mesmo tendo como referência a Constituição Federal de 1988, numa base de perspectiva universalista e inclusiva, não se efetiva nos moldes do Estado neoliberal. Diz-se como referência da constituição porque ela apregoa que serviços como educação, saúde e assistência social, por exemplo, compõem o grupo dos deveres do Estado e devem estar disponíveis a toda à população, não prevendo nenhum tipo de contribuição prévia para liberar tais serviços.

Entretanto, mesmo que constitucionalmente as políticas sociais devam ser de caráter universalizante; este, não se efetiva por que encontra um modelo de economia (neoliberal) com reduções de custos para a área social.

É a política focalizada que, segundo Ivo (2006), enfatiza a diferenciação do acesso, pois nessa política criam-se necessidades sociais diferentes, à medida que existe a política para o negro, a mulher, a criança e, com isso gera seu novo paradigma que é o “fortalecimento da capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza” (IBID, p.69). Há uma reconversão da política social, pois a mesma passa a ser fragmentada e deixa de ser uma atuação única do Estado passando a contar com o apoio da sociedade.

O centro da política social deixa de ser redistribuição da riqueza e passa a ser a assistência compensatória fragmentada, uma vez que não atende a todos de igual modo, mas, passam a atender a partir de grupos individualizados, por raça, gênero, idade, por faixa de renda, entre outras.

Essa funcionalidade da política social focalizada responde a um cenário de rebatimento mais forte da crise estrutural do capitalismo, que na década de 1980 expõe um Estado endividado e sem condições de prover políticas sociais. Evidentemente, associado às orientações emanadas dos gestores econômicos, como o Banco Mundial (BM), principal agente financeiro do Estado brasileiro neoliberal, que propugnou a redução do Estado no atendimento de demandas universalizadoras.

Como é sabido, o Banco Mundial atua na direção de fortalecimento do mercado e tem como principal fundamento o crescimento econômico. Em contraponto à esses objetivos, estão às demandas sociais por políticas que atendam às necessidades de boa parte da população brasileira (e mundial) que encontra-se na linha da pobreza (ou abaixo). Como ele mesmo justifica em seu relatório:

No Brasil, assim como em qualquer outro país latino-americano, reformas orientadas pelo mercado foram implementadas com o objetivo de promover o ajuste estrutural na economia. Estas reformas buscaram liberalizar as relações comerciais, desregulamentar as economias e promover políticas de privatização. [...] As reformas orientadas pelo mercado colocam, no curto prazo, altos custos para as populações urbanas e tendem a acentuar problemas sociais, dado que estas quase sempre implicam reduzir cortes significativos nos gastos públicos e perda de empregos em diversos setores [...]. Os ganhos sistêmicos de eficiência resultantes da exposição à competição internacional deverão surgir no longo prazo. (Banco Mundial, 2000, p. 16).

Assim, pode-se afirmar que essas reformas fortalecem a economia e em contrapartida geram altos custos negativos a população, visto que aumentam os problemas sociais e contraditoriamente as políticas sociais são reduzidas. Elas são somente focalizadas, pois como citado, o objetivo principal do BM é fortalecer o mercado, logo, não é possível atender a todas as demandas sociais criadas pelo próprio capitalismo, apenas àquelas mais emergenciais.

Para Theodoro e Delgado (2003), a discussão acerca das políticas sociais pautada na focalização tem sido bastante defendida e acaba por transferir um debate que deveria estar pautado na esfera da ótica do Direito para a ótica do gasto social. Estando o argumento financeiro como principal norteador das políticas sociais, o discurso da política social focalizada recai sobre quatro premissas: os recursos destinados à política social são suficientes, cabendo apenas focalizá-los

corretamente; a política social deve ser concebida como política de focalização da pobreza; a formatação da política social é um problema técnico de ajuste associado à eficiência alocativa e a eficácia das ações; a política social deve atuar nas franjas advindas do pleno funcionamento da lei.

A ideia de focalização tem como alvo atender os indivíduos em mais desvantagem na esfera da sociedade. Essa nova forma de pensar às políticas sociais é recorrente a um cenário em que o Estado aparece como pobre e incapaz de atender à todos, tendo em vista seu momento de crise financeira, conforme discutida no item anterior (essa é a explicativa que justifica a redução de gastos para essa área). Nessa direção, a política passa a ser focalizada para àqueles considerados menos favorecidos.

Fica evidente que no geral, as políticas sociais no Brasil buscam focalizar, uma vez que são políticas voltadas para um público previamente “selecionado” a partir das necessidades sociais e/ou econômicas. Obviamente que o maior obstáculo à universalização das políticas é a alocação de recursos destinados para tal fim, em vista que se seu caráter é universal, ela precisa contemplar toda uma população, o que demandaria muito mais recursos.

Kerstenetzky (2006) aponta que no Brasil o debate acerca das políticas sociais focalizadas tem pelo menos três segmentos, a saber:

- Focalização como residual, pois incide sobre os segmentos que estão à margem dos processos econômicos integradores, a focalização é como um componente da racionalidade do sistema.
- Focalização como condicionalidade em que o sentido da política busca atingir a solução de um problema previamente especificado.
- Focalização como ação reparatória – neste ângulo a focalização viria para restituir a grupos sociais o acesso efetivo a direitos universais que foram perdidos em virtude de injustiças e desiguais oportunidades que foram historicamente construídas.

Percebe-se que esses três segmentos das políticas sociais focalizadas deixam a desejar no tocante à assistência social. Todos eles estão como uma reparação

pontual, uma solução paliativa de um problema que parece não haver solução nos moldes vigentes do sistema.

Mesmo com a Constituição Brasileira de 1988 definindo a universalidade do caráter das políticas sociais, as políticas adotadas pelos governos são focalizadas. Conforme consta no Art.194, parágrafo único, Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social fundamentada em sete princípios, dentre eles está o da Universalidade da cobertura e do atendimento. O qual trata, “de um lado a universalidade da cobertura, segundo a qual a Seguridade Social deve atender a todas as situações de necessidade, por outro lado, a universalidade do atendimento, significando que todas as pessoas, indistintamente, têm direito à proteção social” (SPITZCOVSKY E MOTA, 2008, p.306).

Cohn (1995), ao analisar as políticas públicas sociais brasileiras, considera que elas têm alto grau de centralização (pelo governo federal), são onerosas, pela superposição de programas; privatizada por boa parte dos serviços serem prestados pelo setor privado; discriminatória e injusta porque é o nível de renda que define o acesso aos serviços prestados; fontes instáveis de financiamento provenientes de recursos fiscais complementados por outros de variada natureza. Percebe-se que as políticas públicas sociais são elaboradas e/ou implantadas no Brasil visando à contenção de gastos, com o discurso da racionalização do dinheiro público.

Vê-se que o Estado, a partir da compreensão de que há uma carência material de milhões de brasileiros, tem “premiado” aqueles que lhe cabem em sua política social, com direitos que por lei lhes são constitucionalmente garantidos. Então, o que aparentemente parece (e é propalado) como um avanço, na verdade é um retrocesso. Por outro lado, como adverte Iamamoto (2009), há uma crescente mercantilização das questões sociais, uma vez que o capital privado tem ganhado espaço no suprimento e prestação dos serviços sociais.

Para a autora supramencionada, a política social nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva emergiu por programas sociais que tentavam compensar aquilo que estava sendo agravado pela ausência de reformas significativas no tocante a questões sociais e pela política econômica. Ela observa ainda que na órbita do capital, as manifestações da questão social tem sido objeto de ações filantrópicas e a política social pública se privatiza à medida que suas

ações passam a ser delegadas por organismos privados da sociedade civil, o chamado Terceiro Setor.

Nesse contexto, pode-se afirmar que esses governos se negaram a fazer reformas estruturais e mantiveram a compensação como centralidade de suas ações sociais. Sem garantias de renda a partir de mudanças estruturais, mudanças de base, não é possível haver impactos positivos significativos no tocante a questão social brasileira. Além disso, o pouco que se fazia/faz no que concernem as políticas sociais focalizadas, não tem a capacidade de atender a todos que dela necessita. Logo, o próprio Estado apoia ações de empresas privadas e de filantropias para “ajudar” a minimizar o efeito colateral do capitalismo, que é a pobreza e sua carência material.

Há uma nova tendência no tocante a formas de gestão social em que o Estado, sociedade civil¹¹ e mercado se “somam” para fomentar ações na seguridade social.

Sobre a sociedade civil, Fontes (2010, p.226/227) ressalta,

enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e difusão dos aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social.

Parte dessa sociedade civil brasileira fez nascer as Organizações Não Governamentais (ONG's) as quais, Fontes (IBID) as considera como aparelhos privados de hegemonia e seu papel – seja de transformação ou de conservação -, deriva de sua atuação com as classes sociais em luta. Entidades do Terceiro Setor, as ONG's são de caráter privado e surgem devido a também ausência de um Estado capaz de atender às demandas da sociedade.

¹¹ Sobre sociedade civil, Fontes (2010) afirma que na reflexão social brasileira, essa expressão se difundiu tardiamente. E ainda que tardiamente (por volta da década de 1970), uma das contraposições é que civil parece opor-se a militar, até porque segundo o Dicionário Aurélio, o termo civil refere-se ao que “não é militar, nem eclesiástico nem religioso” (p. 223) e também pelo fato de o país está passando por um processo político de regime militar. Fundamentada em Gramsci, a autora enfatiza que a sociedade civil procura dá conta da organização dos interesses coletivos e da produção social. Assim, a sociedade civil sempre está em busca de uma luta de interesses que são respondidos (ou não) pelo Estado.

Silva (2010) considera três modalidades de organizações privadas prestadoras de serviços sociais, a saber: as Organizações Sociais (OS), Organizações Filantrópicas e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou o chamado Terceiro Setor. Estas foram promulgadas por leis em 1998 e 1999 e são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.¹² No caso da OS, há o repasse de recurso do setor público para a iniciativa privada configurando certa privatização, haja vista a combinação entre o estatal e o privado na realização de serviços de interesse público. Mas, por trás da privatização aparece a retórica de Estado fraco e pobre. Sem “recursos para financiar as políticas sociais e uma desqualificação do público, fato que exige a ampliação do privado e a assunção de medidas solidárias” (SANTOS, 2008, p.152).

No tocante a essa questão de público e privado, Santos (2008, p.140) é categórica afirmando que “[...] a relação público/privado sempre foi alicerçada no controle da esfera pública para a viabilização de interesses privados, marca do Estado patrimonial”. Assim, os serviços públicos são por vezes de difícil acesso em tempo hábil à necessidade de quem o procura, eis o Estado burocratizado. Ainda pode-se dizer que a OS se configura como privatização por repassar recursos públicos a instituições privadas, por permitir a contratação de servidores sem concurso público e pela desobrigação de cumprimento da Lei de Licitações, aplicável aos órgãos públicos (SILVA, 2010).

A crescente presença do Terceiro Setor no Brasil no que concerne ao atendimento de políticas sociais tem sido objeto de controvérsias. Contudo, para Silva (IBID, p. 150), isso não substitui “o Estado em sua missão intransferível de gestor de políticas públicas sob a perspectiva da justiça social”. Além de não substituir o Estado, esse Terceiro Setor acaba por criar um falso ideário de realidade, tendo em vista que suas ações mascaram o lado perverso do Estado que é excludente e segregador e faz (ou tenta fazer) acreditar que o empresariado

¹² As OS prestam serviços de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde. As organizações filantrópicas, por sua vez, atendem a assistência social beneficente e gratuita. Enquanto as OSCIPs ou o terceiro setor atende aos mais variados serviços, desde a assistência social até tecnologias alternativas (SILVA, 2010). O Terceiro Setor (ou as OSCIP) faz uso da parceria entre órgãos de poder público e organizações privadas, laicas, confessionais na prestação de serviços. Este pode prestar serviços previstos na lei, desde que observe os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. O Terceiro Setor abrange instituições filantrópicas, filantropia empresarial, organizações de defesa de direitos específicos e trabalho voluntário.

capitalista tem consciência social, que é possível “viver bem” numa sociedade regida pelo modo de produção capitalista.

A filantropia (que significa amor à humanidade) abarca o papel da benemerência e da caridade e o Estado transfere à sociedade as obrigações que lhes são inerentes. Além disso, a filantropia parece muitas vezes fazer uso deste termo, visando justificar isenção fiscal (SILVA, 2010). A ação da filantropia (somada à ação do Estado), até poderia contribuir para atender as demandas/necessidades do público em geral, caso o Estado não a visse como sua “salvadora”, à medida que esse se vê desobrigado a cumprir com seu papel de provedor das necessidades sociais, tendo em vista o crescente número de filantropias agindo na sociedade.

Como se sabe, o Estado tem suas mudanças temporais a partir das necessidades de sua manutenção na estrutura de poder. Deste modo também se apresenta a política social, afinal ela não é estática, pois “as instituições de política social não são, como se sabe, rígidas, mas estão sujeitas a um desenvolvimento e inovações constantes” (OFF, 1984, p.32). Desenvolvimento e inovações que estão atrelados às necessidades do sistema do capital em criar novas políticas ou manter as existentes.

Ainda segundo o pensamento de Off (1984), não se pode explicar o desenvolvimento da política social somente a partir das necessidades e exigências, pois se assim fizer está se negando a participação do sistema político na tomada de decisões; e este último, é quem mediatiza, através das estruturas internas, as necessidades, se elas podem ou não ser admitidas na política social. Logo, entende-se que é o sistema do capital quem determina a política social e suas mudanças. Afinal,

a política social pura e simplesmente não dispõe de um volume adequado de ‘alavancas’ sociais, cuja manipulação pudesse assegurar o êxito da estratégia preventiva; por isso essa política depende dos resultados de estratégias conflituosas de avaliação entre classes sociais e grupos, os quais decidem sobre o êxito da política social estatal (OFF, 1984, p.43).

Cada vez mais a ideia de Seguridade Social, do bem estar, é passada como dever de todos; zelar/promover a satisfação da sociedade é papel de cada indivíduo. Deste modo, naturalmente o “peso nos ombros do Estado diminui”, pois não cabe

mais apenas a este, aquele papel. Assim, a seguridade social é “projeto coletivo, solidário, universal, de interesse público, a ser equacionado na esfera comum a todos (...)” (SILVA 2010, p.138).

É o deslocamento do Estado para a sociedade civil, em que

observa-se uma clara tendência de restringir ou modificar a ação do Estado seja pela transferência de responsabilidades para instituições privadas, consideradas de interesse público, embora não sejam estatais, mas com o aporte de recursos do orçamento público (IBID, 2010, p.141).

Nota-se que exatamente nesse contexto de agravamento da pobreza, dados os rebatimentos do caos gerado pela mundialização capitalista, o Estado usa a retórica do aumento dos benefícios sociais, informando-nos que está minimizando a pobreza, sem, no entanto, resolver o problema de fundo, que é a produção da pobreza. As políticas sociais, nessa direção, são pontuais e segregadoras à medida que não solucionam o problema da pobreza e não atendem a todos os necessitados por igual.

Para Mota (2011), as medidas de proteção social como uma política social do Estado adquiriram perfis diferenciados em cada país, fruto do desenvolvimento do capitalismo e da luta dos trabalhadores. No geral, pode-se dizer que países periféricos (a exemplo do Brasil), tem sua rede de proteção social fincada basicamente no assistencialismo para o pobre e na previdência do assalariado.

3.4 A Seguridade Social nos marcos da Constituição Brasileira de 1988

Entende-se como Seguridade Social o conjunto de ações que visam atender aos direitos sociais dos cidadãos. Esse conjunto é composto por três pilares: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, que, uma vez integrados, constituem a base legal que dá direito a todo cidadão brasileiro ser assegurado de suas necessidades sociais.

Ibrahim (2012) afirma que a Seguridade Social nasceu na família. Deste modo até que as primeiras conquistas de direitos sociais comesçassem a ser atuadas junto à sociedade (Lei dos Pobres em 1601 na Europa), era à família a quem cabia assistir e zelar pelos mais idosos, sobretudo, aos aptos para o trabalho. Desta

maneira, de certa forma, o Estado acabava se eximindo da obrigatoriedade de amparo e proteção aos idosos, uma vez que à família na qual estes estão inseridos cabia esse papel. Sobre essa questão, Mito (2009, p.143/144) observa:

Mesmo com os avanços advindos da Constituição de 1988, a regulamentação das diferentes políticas sociais, com exceção da saúde, ainda pautou a família como ator importante na provisão de bem estar. Particularmente, pode ser citado o exemplo da LOAS que no seu artigo 2º, item 5º, prevê a “garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Percebe-se que o Estado de fato, coloca a família como a mantenedora (principal) daqueles que necessitam de uma assistência ou um amparo especial. Observa-se que somente na ausência dela é que o Estado age em favor dos que necessitam¹³.

Entre os países latinos, o Brasil foi o que conseguiu construir um sistema de Seguridade Social mais abrangente, o que não quer dizer que ele seja eficaz e contemple às demandas sociais. Exemplo disso é a unificação da previdência social com a cobertura dos trabalhadores rurais, que na maioria dos países latinos permanece excluído. Nesse contexto, Marques (2003) diz que de toda a América Latina, o Brasil é o único país que adotou o conceito de Seguridade Social e como consequência disso, o único também que universalizou o sistema de saúde. Se bem que vale contestar até onde a população brasileira é “assegurada pela Seguridade”?

¹³ Marques (2003) faz uma análise dos diferentes tipos de proteção social que existem no mundo. Para ela, existem três tipos: a liberal, típica dos Estados Unidos, apresenta poucos benefícios universais, o mercado atua através de Fundos de Pensão e planos de saúde. Os casos de risco, como velhice, invalidez, desemprego são considerados isoladamente e não fazendo parte do todo da Assistência. O segundo tipo é a chamada corporativista que tem como característica a imposição dos trabalhadores via sindicatos, partidos, em busca da proteção social. Esse tipo de proteção tem um conceito de proteção social mais abrangente, pois trata dos casos de invalidez, doença, desemprego e velhice como partes do todo. A França é o exemplo de país com esse tipo de proteção social, em que 30% da renda disponível das famílias francesas vem de transferências do sistema de proteção social. O outro tipo de proteção social baseia-se na universalidade e seu exemplo bastante típico vem da Inglaterra. É basicamente formado por três pilares: um básico, que atende a todos, formado pelo Estado, um contributivo que provém da contribuição do empregado e do empregador e o facultativo e complementar, que é formado pelos Fundos de Pensão. Percebe-se, pelo menos no que se vê aqui, que a proteção social com um caráter mais igualitário e democrático é a corporativista que atende mais claramente a todos e ainda transfere parte da renda para os trabalhadores (mesmo que isso tudo seja fruto de luta via sindicatos e partidos).

O Estado tem atendido às demandas previdenciárias, assistenciais e de saúde da população? É certo que não.

A Seguridade Social no Brasil baseia-se num Estado distributivo de serviços sociais básicos a toda população e, segundo a Constituição de 1988, a assistência social tem por objetivos a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes e a promoção da integração no mercado de trabalho. Conforme assevera Salvador (2010, p.27), "a Seguridade Social é uma das principais conquistas sociais da Constituição Federal (CF) de 1988, designando um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

Somente com a CF de 1988 que a Seguridade Social surge no Brasil.¹⁴ "Hoje, no Brasil, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações do Estado, no sentido de atender às necessidades básicas de seu povo nas áreas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde" (IBRAHIM, 2012, p.03).

Segundo a Constituição Federal em seu art. 194, do capítulo II, que trata a Seguridade Social:

Art.194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;

¹⁴ Nos Estados Unidos, o termo era adotado desde 1935 e em 1940, na Europa capitalista.

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Diante desses objetivos fica claro que (pelo menos no campo teórico), todo brasileiro, exceto os trabalhadores ativos, estão amparados pela proteção da assistência social. Assim, tem-se uma grande demanda por assistência social no Brasil. Contudo, contrariando a Constituição de 1988, na realidade desigual da sociedade brasileira algumas categorias de trabalhadores estão distanciadas das políticas sociais, pois,

dificilmente se reconhece no catador de lixo, no recolhedor de sucata, na criança que dorme ao relento, um brasileiro portador de direitos sociais. Na naturalização da miséria ainda a conserva no mundo da ralé monárquica ou da 'coisificação' da escravatura (SPOZATI, 1995, p.13).

Caracterizando a Seguridade Social brasileira, Boschetti (2009, p.180), afirma que “[...] a previdência social ainda é condicionada a uma contribuição prévia, enquanto a saúde é uma política social universal e a assistência social é uma política não-contributiva, destinada a quem dela necessitar, conforme preconiza a LOAS”. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é criada em 1993, com o objetivo de assegurar os princípios de universalidade dos direitos e o processo descentralizado e participativo da política pública de assistência social.

Dentro da Seguridade Social têm-se os ramos da Previdência e Assistência Social que, apesar de dialogarem bastante no tocante a sua assistência, tem suas administrações separadas, tendo o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério da Assistência Social (MAS) (artigo 25). Dentro do sistema previdenciário brasileiro existem dois regimes, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Complementar de Previdência (RCP); sendo o regime geral mais amplo, o responsável pela massa de trabalhadores brasileiros e organizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a Seguridade Social passou a ser considerada um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo a Saúde, a

Previdência e a Assistência Social. No quesito saúde, a CF criou o Sistema Único de Saúde (SUS) que tinha por objetivo universalizar e integralizar o atendimento ao usuário, descentralizando o poder dos estados e dos municípios.

No tocante as contribuições e valores destinados à seguridade, Salvador (2010, p.43), destaca que

[...] apesar do crescimento das contribuições sociais ao longo do tempo (...), o governo retira por meio da DRU (Desvinculação de Receitas da União) os recursos dos fundos sociais que integram a seguridade social para enfrentar o desequilíbrio fiscal e financeiro do Tesouro Nacional.

Referente a esse assunto, o artigo 195 da CF diz que:

A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I- do empregador, da empresa e da entidade e ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita;
- c) o lucro”.

A saúde enquanto um pilar da Seguridade Social é assegurado direito de atendimento médico hospitalar a qualquer cidadão brasileiro; possua ele condições ou não de ser assistido por uma unidade privada de saúde.

A saúde é segmento autônomo da Seguridade Social com organização distinta. Tem o escopo mais amplo de todos os ramos protetivos, já que não possui restrição à sua clientela [...] e, ainda, não necessita de comprovação de contribuição do beneficiário direto (IBRAHIM, 2012, p.08).

As ações nesta área são de responsabilidade do Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu financiamento provém de recursos de orçamento da Seguridade Social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos

municípios. Enquanto projeto de sistema público de saúde, o SUS é considerado um dos maiores planos de saúde pública do mundo.

Assim como a saúde, o benefício da Assistência Social enquanto parte do sistema de Seguridade Social, independe de contribuição direta, ou seja, qualquer que dela necessitar pode ser amparado. Pois, como diz no Art.203 da CRFB/88, “A assistência social será prestada a quem dela necessitar”.

Foi por volta das décadas de 1930 e 1940 que o Estado parece reconhecer a “solidariedade” que, de início, em 1941 criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Na década de 1980 havia uma multiplicidade de programas vinculados a Assistência Social que prestavam serviços relacionados a alimentação, lazer, saúde, educação e assistência jurídica. Da década de sua criação, a Assistência Social no Brasil pode ser dividida em duas categorias: benefícios em dinheiro para pessoas com idade avançada, invalidez com renda mensal vitalícia e benefícios assistenciais, a exemplo de creches, que podem ser executados através do governo federal, estadual ou municipal. Mas, é na Constituição de 1988 que a Assistência Social é posta como um direito da população independente de contribuições. Contudo, na prática, ela se restringe a prestar assistência aos desamparados e necessitados.

Quanto a Constituição de 1988 que assegura o direito da Seguridade Social brasileira fundamentado em três pilares (Saúde, Previdência e Assistência Social), Mota (2011) adverte dizendo que apesar dessa conquista equiparar o Brasil aos sistemas securitários de países desenvolvidos, suas condições objetivas de implementação em muito diferem. Para tal, não basta a existência de estatutos legais, mas é preciso estabelecer relações de forças entre as classes, pois nessa contradição é possível perceber a “estreita” [...] e distante “vinculação entre a definição de direitos sociais e a garantia de mecanismos de proteção social” (p. 143).

Um outro ponto contraditório do avanço da seguridade é a busca pela universalização dos direitos, em que de um lado trabalhadores vinculados ao mercado informal não tem acesso ao benefício previdenciário e de outro, uma parte, cada vez maior dos trabalhadores assalariados com melhor poder aquisitivo tem adentrado na mercantilização da saúde e da previdência privada (MOTA, 2011).

Logo, os dois lados, sejam trabalhadores formais ou informais, têm sofrido o impacto de um sistema de seguridade visivelmente inoperante no quesito de atender às demandas sociais do Brasil.

Foi com a ação sindical e a luta da classe operária no período de transição do capitalismo concorrencial para a fase monopolista que legislações trabalhistas, acidentária e sanitária junto à regulamentação dos seguros sociais começaram a se fazer presentes na vida dos trabalhadores, a partir da intervenção do Estado e de empresas privadas (MOTA, 2011).

As medidas adotadas nas décadas de 1960 e 1970 no tocante a Seguridade Social e para atender às necessidades dos impactos da expansão do assalariamento, assistência médica e as demandas sociais das classes subalternas, foi implementada a privatização da assistência médico social, criação da previdência complementar privada em meio da burocratização e centralização das decisões através do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS (1967), Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS (1974) e o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (1977) (MOTA, 2011).

Diante do contexto de “crise” econômica, a partir da década de 1980 a questão da Seguridade Social apresenta dois conjuntos de vetores: as mudanças no mundo do trabalho e as mudanças na intervenção do Estado. Em relação ao mundo do trabalho, o que se verifica é a grande concentração e expansão do grande capital que favorece o surgimento de conglomerados industriais, financeiros e comerciais que acaba por fracionar a classe trabalhadora em dois grupos: os trabalhadores para o grande capital e os demais trabalhadores, excluídos do mundo do trabalho (IBID).

Mota (2011) ainda afirma que a chamada “crise” da seguridade foi marcada num período brasileiro de deflagração da dívida externa, esgotamento do crescimento econômico e surgimento de movimentos de massa em defesa de eleições diretas e de uma nova constituição. Essa observação dá mais veemência àquela negação de crise da seguridade, pois essa “crise” está além, ela é uma crise do próprio modo de produção e da sociedade, esta, como reflexo daquele, que lhe impôs regras e convenções a serem estabelecidas num convívio social.

Ainda para a autora, o sistema de Seguridade Social brasileiro sofreu reformas de cunho liberal entre os anos 1980 e 1990 e teve como atuantes organismos financeiros internacionais, grandes empresários e a burocracia estatal com metas como redução de gastos públicos, ampliação do setor privado e redução das contribuições por parte das empresas privadas. A ideia parte da proposta de privatizar os programas de previdência e saúde para assim, reduzir os gastos e as obrigações estatais com a questão social e focar mais apenas no assistencialismo para os mais pobres.

Em sua obra *Cultura da Crise e Seguridade Social*, Mota (2011) fala sobre a crise do capital que ocorreu no cenário brasileiro na década de 1980 e perdura ainda hoje, o que (talvez pelo tempo de duração), se tornou uma “cultura”. A cultura da crise tem como vetores básicos a defesa do processo de privatização como meio de reduzir a intervenção estatal e a constituição do cidadão consumidor (sujeito político da sociedade regulada pelo mercado). Nesse atual contexto de sociedade e sistema econômico em crise, a Seguridade Social apresenta suas particularidades como alvo prioritário das reformas sociais. Nos planos material e político, a Seguridade Social representa a valorização do capital a partir dos custos da reprodução da força de trabalho e a conquista social por parte dos trabalhadores para com seus direitos sociais.

A década de 1980 foi o período da crise orgânica onde ocorreram mudanças nos âmbitos da ordem econômica, no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva e nas bases política e cultural a partir da rearticulação da burguesia internacional. Dentro desse contexto, a Seguridade Social aparece com o discurso da cultura da crise “marcada pelo pensamento privatista e pela constituição do cidadão consumidor” (MOTA, 2011, p.42).

[...] as mudanças no sistema de Seguridade Social brasileiro constituem o maior destaque da agenda das reformas liberais, que têm como principais formuladores os organismos financeiros internacionais, os empresários vinculados ao grande capital e a burocracia estatal a eles associada (IBID, p. 42/43).

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados por um período denominado de crise da dívida; crise essa fiscal e econômica em que o Estado fragilizado pela dívida, foi

“obrigado a acabar” com seu modelo de economia nacional desenvolvimentista. Para Lisboa (2007), essa fase é fruto do próprio capitalismo que em meados dos anos 1970 decorre na transição do modelo de economia fordista para a acumulação flexível em escala internacional. Foi com a crise de superprodução (fruto do modelo fordista), que a direção dos investimentos passou da esfera produtiva para a esfera financeira, promovendo a abertura dos mercados financeiros. Os grandes bancos agora assumem o poder de decisão valorizando-se o capital fictício.

Este novo modelo, alcançou a década de 1980, nos países em desenvolvimento, desvendando as contradições do sistema, à medida que houve uma redução dos empréstimos, em consequência ocorreu uma eclosão da crise da dívida nesses países. Os novos empréstimos que passaram a ser realizados junto ao FMI (recursos de bancos privados) exigiram dos países tomadores, as Cartas de Intenção, agravando em muito a conjuntura (LISBOA, 2007, p.141).

Nesse contexto, a crise da dívida acaba por colocar o país na dependência econômica e financeira do FMI, que, como consequência, permitiu a reestruturação e a liberalização da sua economia.

A conjuntura da crise dos anos 1980 é marcada por práticas sociais de classes, porque os mecanismos de enfrentamento da crise implicam relações de domínio, exploração e subordinação entre conflitos de interesses de classes. Neste aspecto, para a classe burguesa, as práticas sociais de classe se fundamentam na defesa do neoliberalismo como ideário político e econômico, na regulação estatal mínima e na cultura de que a liberdade política é de igual modo, a liberdade mercantil. Por outro lado, para a classe trabalhadora, essa crise repercute numa fragmentação de uma postura anticapitalista que se dá através dos movimentos sociais das classes subalternas (MOTA, 2011).

No tocante a essa nova esquerda, Harvey (2009) afirma que ela “abraçou novos movimentos sociais que eram eles mesmos agentes de fragmentação da política da velha esquerda” (p.319). Fracionada por questões de gênero e de raça, por exemplo, essa nova esquerda que emerge no momento da crise dos anos 80 “perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação” [...] (p.320).

Pode-se dizer que a crise que se deu nos anos 1980 e 1990 no Brasil promoveram mudanças nos planos econômico e político brasileiro a partir das reformas liberais, o que implica diretamente na reestruturação da base produtiva, na desvalorização da força de trabalho com a penalização do trabalhador e em cortes de despesas com a Seguridade Social.

A soma dos gastos com a previdência, medicina previdenciária e o assistencialismo, fez o Estado buscar novos parâmetros para a sustentabilidade estrutural da previdência. Daí surge a terceira reforma datada das décadas de 1980 e 1990, marca as resistências à instituição da Seguridade Social. Cria-se as Leis 8.112 e 8.113/90 que tratam dos benefícios e custeios da previdência social. Nesse momento o Ministério da Saúde assume o pilar da saúde proposta no plano da seguridade.

Contudo, nessa fase o modelo liberal começa a ganhar força no país, e, com isso, ajustes estruturais são necessários em nome do crescimento econômico, logo, objetivos econômicos passam a prevalecer sobre os sociais e é nessa ciranda que órgãos internacionais passam a propagar a ideia de que os sistemas privados de poupança e capitalização são mais eficazes para a economia do país e para o empregado. Assim é que o BIRD em 1994 em reunião com 39 países latino americanos (entre eles o Brasil) lança a propaganda: “Envelhecimento sem crise: políticas para a proteção dos idosos e promoção do crescimento” (ANDRADE, 2003).

Mas não demora muito o Estado começa a dar os primeiros sinais de “crise financeira da previdência”, alegando haver mais beneficiários (aposentados, pensionistas) do que contribuintes. A pretensão aqui não é negar tal fato, mas é questionar a dita “crise”, pois se trata de um benefício assegurado pela constituição e cabe ao Estado amparar e atender as demandas necessárias que não foram atendidas pela contribuição dos empregados/empregadores.

O que acontece é que esse Estado é aquele mesmo que prioriza o crescimento econômico para manter em funcionamento o sistema do capital, logo o social não está em primeiro plano. A não ser que seja uma necessidade do próprio sistema de incentivo ao consumo, por exemplo. Nesse caso, parece haver uma

preocupação com a qualidade de vida da população e, para melhorar, incentiva-se o consumo, seja de automóvel, imóvel, eletrodomésticos baixando o preço dos impostos, etc.

No governo Collor (1990), começou-se a quebrar com a tríade que envolve a Seguridade Social brasileira (Previdência, Saúde e Assistente Social), dividindo suas atribuições em áreas separadas. A saúde e a assistência “ganharam”, cada uma, um ministério e a previdência passou a ser comandada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). O então ministro da previdência social no mandato do governo Collor, Antônio Britto ressalta que a previdência nos anos de 1990 e 1991 viveu três crises, a saber: a conjuntural, com redução dos salários médios e aumento de desemprego e informalidade na economia; a gerencial, com descontrole na arrecadação, concessão e manutenção de benefícios, e a estrutural, caracterizada pela inexistência de um conceito claro de seguro social.

Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, através da Emenda Constitucional (EC) nº33/95, lançou a proposta de reforma da previdência social com a justificativa de necessidade de ajuste fiscal – reduzir os gastos do governo, equilibrar o orçamento público em busca da quitação da dívida externa e privatizar a previdência a partir da permissão da iniciativa privada atuando neste setor. Com a EC 20/98, o governo FHC promoveu mudanças na previdência social do Brasil. Dentre elas, as mais importantes foram: “aumentar o tempo de contribuição e a idade para aposentar, criar um sistema de previdência complementar privado, privatizar o seguro de acidentes do trabalho, quebrar o conceito de Seguridade Social” (COSTA, 2006, p.198).

O governo Lula com a EC nº41/2003 deu continuidade às propostas de reforma, tendo como alvo a previdência do setor público. Tanto no governo FHC quanto no Lula, o debate de reforma da previdência girava em torno do funcionalismo público. Alegava-se que esse setor onerava os cofres públicos administrativos, o que não se enquadra no perfil de elevados custos salariais. Ao contrário, como se sabe, as esferas do Poder Judiciário que detém boa parte da barganha dos cofres públicos através dos seus altíssimos salários, não sofreram alterações de reforma envolvendo a parte financeira.

As mudanças em curso relacionadas à Seguridade Social estão atreladas, obviamente as mudanças no mundo do trabalho em que, para Mota (2011), decorrem da periferia dos países centrais, aumento do número de trabalhadores autônomos e agravamento do quadro dos países periféricos. Fundamentada em Mandel (1986), a mesma autora diz que para essa situação de “crise”, o capital cria a sociedade dual, que está dividida no grupo do proletariado, que continua a vender sua força de trabalho e produzir mercadoria, e o grupo dos excluídos desse processo que sobrevive sem vender força de trabalho, seja por assistência social, atividades independentes ou mesmo camponeses.

Até o conceito de Seguridade Social foi alterado a partir das reformas da Previdência que, com a EC 20/98, o princípio do orçamento integrado da Seguridade Social foi “esquecido” e os recursos para o sistema de saúde e assistência passaram a ser definidos por lei (COSTA, 2006).

Para Soares (2003), o modelo de Estado neoliberal para efeito da Seguridade Social proposto pelo Banco Mundial tem três pilares. O primeiro refere-se a previdência básica, de caráter assistencialista e gerenciada pelo Estado. O segundo pilar diz respeito a seguros sociais, os fundos de pensão, que são poupanças individuais ou planos ocupacionais gerenciados pelo sistema privado. O terceiro pilar seria uma poupança adicional ao seguro que através do fundo de pensão privado, a renda pode ser complementada. Esse é voluntário, cabendo ao próprio indivíduo aderir ou não.

Com essas mudanças, o Estado deixa de ser o principal órgão responsável pela seguridade, e sua função de financiador e administrador direto da seguridade agora é função dos fundos de pensão privados. Esse modelo de reforma previdenciária foi aprovado por vários países da América Latina: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Em relação às crises do capital e como os sistemas de Seguridade Social se relacionam com elas, Mota (2011) afirma que na passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, as formas de proteção social podem ser definidas como o embrião da Seguridade Social. Essa proteção estava pautada na

ajuda aos pobres, desocupados, órfãos e solidariedade mútua. É com o desenvolvimento do trabalho assalariado que essas proteções sociais evoluem para a formação de instituições previdenciárias, primariamente por iniciativa dos próprios trabalhadores, dos empregadores e, por conseguinte, do Estado.

Os impasses que compõem a chamada crise da previdência social são: crescimento da informalidade do trabalho, que acaba por diminuir o número de trabalhadores inseridos no mercado formal logo, contribuintes, baixo nível de crescimento econômico, aumento dos juros e da dívida pública. Estes são fatores que dizem respeito ao próprio momento em que o Estado vivencia, logo não se deve justificar essa realidade como crise da previdência, pois se há crise, ela está numa escala bem mais ampla, seria uma crise da conjuntura estatal (COSTA, 2006). Com isso, não está se negando aqui o problema de uma grande parcela da população não contribuir com regime da previdência enquanto está inserido no mercado de trabalho, em especial os trabalhadores rurais e os informais. O que não deve acontecer é justificar a realidade de “crise” em nome desses grupos não contribuintes.

E, como não é possível alterar os grandes setores da economia e do Estado (empresários, Poder Judiciário), coloca-se a culpa da crise na população, a exemplo da alegação do peso que o crescimento do número de idosos tem causado nos “ombros” da previdência. Assim, sem alterar o padrão de desigualdade na apropriação da renda, na concentração de riqueza, na estrutura tributária do país e sem retomar o crescimento econômico, a reforma da previdência social configura-se como um ajuste financeiro com a quebra dos direitos conquistados pelos trabalhadores. E com a abertura da esfera privada, como mais um espaço para exploração e acúmulo de capital.

As mudanças que afetam a Seguridade Social brasileira são frutos de atuações dos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BIRD), bem como também refletem as práticas sociais dos trabalhadores via sindicalismo e o empresariado vinculado ao grande capital, estando todas elas, diretamente relacionadas às mudanças no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva (MOTA, 2011). “Nesse sentido, a previdência e a assistência social são consideradas como mecanismos que compõem o conjunto das práticas institucionais

que interferem no processo de constituição do trabalhador coletivo e na gestão estatal e privada da reprodução da força de trabalho” (IBID, p.47).

Além de atender (mesmo que seja parcialmente), as demandas do trabalhador, as políticas de Seguridade Social também estão vinculadas às necessidades da grande indústria e do grande capital. Nesse contexto Mota (2011, p.129), afirma que essa vinculação apresenta três níveis: “na organização do mercado de trabalho, na reprodução ampliada da força de trabalho e na construção de pactos entre o grande capital e os grandes sindicatos de trabalhadores” [...]. Ainda [...] “os sistemas de Seguridade Social, objeto de reivindicação dos trabalhadores, também favorecem a estabilização do salariedade e contribuem para a eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento da grande indústria capitalista” (IBID, p.130).

Assim, não se deve negar o lado social e “humano” da Seguridade Social, ela assegura direitos ao trabalhador e “assiste o pobre”. Contudo, também não se deve negar o outro lado, o da estratégia do capital em assegurar a força de trabalho com pelo menos o mínimo possível para mantê-la ativa e disposta ao exercício do labor. Quando, menos que isso, garantir ao pobre não segurado uma mínima assistência que lhe permita estar inserido no mundo do consumo, mesmo que esse consumo esteja vinculado apenas à sua sobrevivência vital. Quanto a esse aspecto, Mota (2011) adverte que ao considerar as políticas de Seguridade Social somente pelo viés da “validação do consumo não sancionado pelo salário direto” (p.131), corre-se o risco de restringir a conquista dos direitos sociais no campo da mercantilização e das necessidades de reprodução da força de trabalho. Assim, cabe ao pesquisador conciliar visão crítica e bom senso da realidade.

O capítulo que segue trás o debate acerca do idoso no Brasil, a aposentadoria rural e o crédito consignado para esses aposentados. Um histórico sobre a previdência social se faz necessário, para elucidar o contexto econômico/político e social em que estava inserido o país enquanto avançava rumo à conquista de direitos sociais garantidos na constituição.

4 - PREVIDÊNCIA, APOSENTADORIA E CRÉDITO CONSIGNADO NO CAMPO

O idoso residente do espaço rural brasileiro modifica sua história enquanto sujeito de direitos a partir da proteção previdenciária. Mais especificamente, a aposentadoria rural trás ao campo brasileiro uma nova configuração, ainda que tardia, a da proteção social. Contudo, essa “proteção social” parece se perder quando adentra no jogo do capital financeiro e seu fruto, o crédito consignado que cada vez mais se expande no espaço rural a partir da figura do aposentado rural.

4.1 O sistema previdenciário e a aposentadoria

A previdência é um dos pilares da Seguridade Social e a aposentadoria um de seus benefícios. A previdência social é o único pilar da seguridade que se estrutura com um sistema de seguro social, o que significa dizer que a percepção do benefício depende do custeio. Ou seja, diferente da assistência social que é um benefício assegurado à todos que dela necessitam, a previdência depende da contribuição do trabalhador para de fato ser efetivada como um benefício social.

A previdência social, juntamente com a assistência social e a saúde formam os pilares da Seguridade Social. Esta se diferencia pelo seu caráter contributivo, em que para garantir o direito à previdência, faz-se necessário contribuir (empregador e empregado) junto ao sistema da previdência.

A previdência social é tradicionalmente definida como seguro *sui generis*, pois é de filiação compulsória para os regimes básicos (RGPS e RPPS), além de coletivo, contributivo e de organização estatal, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais (IBRAHIM, 2012, p.28).

A previdência brasileira é composta por dois regimes básicos, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS).

Na área previdenciária, a CF de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos urbanos, reduziu o limite de idade para aposentadoria dos trabalhadores rurais e definiu o salário mínimo como o piso dos benefícios. Suas principais fontes de

financiamento são as contribuições do trabalhador, as contribuições do empregador e subsídios da sociedade por meio do Tesouro.

O regime geral da previdência brasileira apresenta 13 modalidades de benefícios: aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio doença, salário família, salário maternidade, pensão por morte, auxílio reclusão, auxílio acidente, reabilitação profissional, abono anual e renda mensal vitalícia (PIMENTEL, 2003). A aposentadoria especial diz respeito a aposentadoria rural, que se refere aos trabalhadores rurais que podem se aposentar sem contribuição, apenas pela idade; os professores da educação básica que tem tempo de contribuição reduzido se comparado aos demais profissionais, e os trabalhadores expostos a atividades insalubres ou perigosas.

Pimentel (2003) aponta que a previdência brasileira tem dois grandes objetivos: garantir a reposição da renda dos seus contribuintes quando não puderem mais trabalhar e atender/amparar aquelas pessoas que por algum motivo (seja biológico ou acidental), não puderam mais se inserir no mercado de trabalho.

No Brasil, a primeira expressão da previdência social ocorreu em 15 de março de 1879 quando surgiu o Decreto nº 2827 que versava sobre a locação de serviços rurais e trabalhos relacionados à atividade agrícola, inclusive parcerias rurais e previa por lei a locação de serviços aplicados a agricultura. Apesar de nesse período o modelo de economia ser escravista (logo não era possível, ainda, se falar em proteção ao trabalhador rural), o decreto foi mantido enquanto um avanço a questão da instauração da previdência rural, tendo em vista tratar-se da 1ª lei regulamentadora do trabalho agrícola na seara do direito positivo brasileiro (KERBAUY, 2009).

O sistema previdenciário brasileiro pode demonstrar como exemplo mais antigo as santas casas (1543), o montepio para a guarda de D. João VI (1808), o Plano de Benefícios dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha (1795) e o Montepio Geral dos Servidores do Estado.

O surgimento do sistema previdenciário brasileiro foi favorecido pelo processo de assalariamento, uma vez que na folha de salário do trabalhador assalariado urbano, vinha o desconto referente a contribuição do sistema previdenciário

brasileiro (contribuição essa feita através de empregados e empregadores). Nesse ponto, segundo Salvador (2010), o fundo público previdenciário se transformou num dos mais importantes “sócios” da União, devido ao seu volume e ao montante investidos. Ainda, para o mesmo autor, a estruturação do que gera o fundo público no Brasil não reduz as desigualdades sociais porque se assenta nas seguintes características: financiamento regressivo, onde quem sustenta são os trabalhadores e os mais pobres, não há redistribuição de renda, políticas sociais restritivas sem universalização dos direitos e distribuição desigual dos recursos.

De início o seguro social não teve a efetiva atuação do Estado, uma vez que fora criado em meio aos trabalhadores, às empresas, como seguros coletivos visando atender uma possível necessidade advinda de algum infortúnio da vida. Foi a partir da construção do *Welfare State* ou o Estado do Bem Estar Social (EBES) que o Estado passou a atender outras demandas da sociedade, dentre elas, a previdência social.

A previdência social pode ser entendida a partir de três fases, sendo a fase inicial (até 1918), com a criação dos primeiros regimes previdenciários e proteção limitada a acidentes de trabalho e invalidez; a fase intermediária (1919 a 1945), quando houve a expansão da previdência pelo mundo e uma maior intervenção do Estado; e a fase contemporânea (a partir de 1946) acontece à proteção de todos contra qualquer tipo de risco social, logo há um aumento no número de beneficiados (IBRAHIM, 2012).

Braathen (2003) faz uma análise dos tipos de aposentadorias que são utilizadas nos países nórdicos e, no geral, chega a conclusão de que 35% dos gastos sociais desses países são destinados aos serviços e bens públicos universais. O que difere, por exemplo, do Brasil que além de destinar bem menos de 35% dos seus recursos à área assistencial, o que destina é geralmente em espécie, não investindo em serviços capazes de atender toda a demanda populacional que necessita. Segundo o autor, existem quatro modelos de aposentadoria pública nos países nórdicos.

O primeiro modelo é baseado somente num tipo de aposentadoria e em uma avaliação sócio econômica. Exemplo desse modelo são a Suécia e a Irlanda. O segundo modelo apresenta uma aposentadoria mínima (baseada em avaliação sócio

econômica), que pode ser complementada por outra, a depender da renda. Em países como Bélgica, França, Itália, Estados Unidos, Alemanha e Japão vigora esse modelo. O terceiro é o modelo universal único, adotado pela Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Dinamarca. E o quarto modelo, o modelo universal dual escolhido pela Suécia, Noruega, Finlândia e Holanda, é baseado numa aposentadoria básica para todos e uma outra, com base na renda (BRAATHEN, 2003).

Como exemplo prático, o caso da Noruega: desde o nascimento à aposentadoria o cidadão norueguês é assistido pelo Estado. Existe a seguridade da criança, dos jovens, inclusive com bolsa de estudos, para os desempregados há toda uma rede de apoio com avaliação sócio econômica, das mães solteiras, dos divorciados, auxílio doença, enfim, até para os que completam 62 anos de idade existe a aposentadoria voluntária, sendo que a aposentadoria universal é oferecida ao se completar 67 anos, tanto para homens como para mulheres. Esse sistema de Seguridade Social teve início em 1969, foi implementado pelo Partido dos Trabalhadores da Noruega que permaneceu no poder por 30 anos. Esse regime consome 30% do orçamento público e 16% do PIB do país (IBID, 2003).

Para Braathen (2003), ainda há quatro pilares que permitem que os países nórdicos apresentem modelos de aposentadorias diferentes do restante do mundo: 1. O Estado é a instituição central, ele organiza e financia; 2. Provê serviços e bens públicos provenientes do Estado para a maioria da população; 3. Administração descentralizada pelos governos municipais e o quarto pilar, é a política pública de pleno emprego. O que fundamenta essas políticas de aposentadoria é que a política social é a hegemonia ideológica e cultural do socialismo democrático.

No caso da América Latina houve o reverso; falta de políticas sociais capazes de atender as demandas da população e o desmonte do Estado, o que levou à deteriorização de algumas conquistas anteriores ao Estado mínimo, à propósito do Estado nos diferentes contextos econômico e o regime de Seguridade Social. Exemplo disso é a saúde pública brasileira que tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como parte integrante da Seguridade Social e que deve atender a todos. Todavia, o que se vê são cada vez mais pessoas em busca de serviços privados,

àqueles que não podem pagar pelo serviço particular, ficam a mercê da precariedade da saúde pública brasileira.

Para Silva (2010), o sistema de seguro social na América Latina pode ser dividido em três períodos:

1. Data do início do século XX com iniciativas da Argentina, Brasil, Cuba, Chile e Uruguai;
2. Criação de regimes no Equador, Peru, Venezuela, Panamá, Costa Rica, México, Paraguai, Colômbia, Guatemala, República Dominicana, todos impulsionados pela Lei de Seguridade Social americana;
3. Fundamentado por leis que estabeleceram princípios para regulamentação, com os regimes de El Salvador, Bolívia, Honduras e Nicarágua.

No que concerne ao seguro social, há sempre necessidade de se realizar reformas tendo em vista os desequilíbrios econômicos, de dívidas, inflação, envelhecimento da população, crescimento na taxa de desemprego, defasagem da relação entre contribuintes e beneficiários, crescimento do trabalho informal, entre outros.

A expressão aposentadoria aparece pela primeira vez, no Brasil, somente na Constituição de 1891, sendo concedida apenas para os funcionários públicos em casos de invalidez. Apesar dos primeiros antecedentes do sistema previdenciário brasileiro datarem ainda do final do século XVIII e início do XIX quando surgiram para beneficiar os oficiais da marinha e do exército, a Previdência Social teve uma expansão significativa no meio rural brasileiro somente no final do século XX. Surgida em 1920 no Brasil, o seguro previdenciário só foi estendido à classe rural a partir dos anos de 1970.

O sistema de aposentadoria surgiu entre as grandes empresas com o objetivo de manter a mão-de-obra estável, pois só tinha direito as Caixas de Aposentadorias aqueles trabalhadores com vários anos de serviço e boa conduta (aos olhos do patrão). Contudo, esse sistema ainda se apresentava com grande fragilidade, tendo em vista que ele era pago pela própria empresa privada, ou seja, não havia a intervenção estatal para arcar com o pagamento.

Desta forma, a garantia das caixas pagas ao trabalhador era o bom funcionamento da empresa (caso houvesse falência, a aposentadoria também era

automaticamente encerrada). Essa condição de certa forma fazia com que os trabalhadores se empenhassem bastante no trabalho, afinal a empresa deveria crescer e se manter em estabilidade, pois só assim havia a garantia das aposentadorias. Nesse jogo, o trabalhador muitas vezes aumentava suas horas de trabalho, ocorrendo assim o aumento da produção e, conseqüentemente, da extração da mais-valia, pois de certa forma era isso que garantiria seu seguro. Era a exploração capitalista em nome do bem estar e seguridade do trabalhador.

De acordo com Faleiros (1991), na Constituição da Primeira República (1881), foi validada a aposentadoria para os funcionários em caso de invalidez. Foi em 1907 que houve o reconhecimento oficial dos sindicatos dos trabalhadores que reivindicavam direito a aposentadoria.

Somente mais tarde, por volta de 1920, o Estado intervém e torna as aposentadorias obrigatórias. Algumas empresas temiam a perda do controle da mão-de-obra de seus trabalhadores, pois esse controle era garantido através das Caixas de Pensão.

Foi a partir do Decreto-Lei nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923 que se deu o pontapé inicial do sistema previdenciário brasileiro com a chamada Lei Eloi Chaves que determinava a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões nas empresas ferroviárias da época. Seu objetivo era determinar os instrumentos legais para a formação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados das empresas ferroviárias da época. Sendo que o pagamento das rendas previdenciárias ficava a cargo dos empregadores e empregados e não do Estado, como nos moldes atuais (FAVONI, 2001, SCHWARZER, 2000 *apud* AQUINO e SOUZA, 2007).

O setor trabalhista dos ferroviários ter conseguido as CAPs é explicado pelo fato do café nesta época (década de 1920) ser o produto mais exportado do país que enriquecia de forma abundante os grandes fazendeiros e era através das ferrovias que ele era exportado. Logo, os ferroviários representavam uma mão-de-obra bastante importante para o enriquecimento de parte do país e o interesse das oligarquias representantes do Estado era bem mais que beneficiar o trabalhador.

No governo de Getúlio Vargas, década de 1930, as CAPs foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ainda na Era Vargas o trabalhador rural estava excluído do direito de receber qualquer tipo de benefício social, isto porque o grupo dos chamados trabalhadores rurais não apresentou, não

impôs pressão popular frente ao governo (SIMÕES, 2004). Eles não eram vistos como grupo social, menos ainda, eram vistos como grupo social integrado que representava pressão e exigências de programas sociais ao Estado brasileiro.

A partir de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que estendia cobertura previdenciária aos trabalhadores urbanos. Nesse momento, o Estado assume mais estreitamente essa função. Houve ainda a substituição das Caixas pelos Institutos, o que deu ao governo federal uma maior centralização.

Para Mota (2011), as CAPs representaram o mecanismo institucional de proteção social referente ao capitalismo industrial. Trata-se da proteção social na empresa privada, que, num primeiro momento, privilegiou trabalhadores vinculados a atividade exportadora (ferroviários e marítimos).

Segundo Kerbaux (2009), de 1930 até meados dos anos de 1960, o país vivia reivindicações de segurados segmentados por categorias profissionais. Os Institutos de Aposentadorias (IAPs) tinham suas lideranças sindicais que reivindicavam apenas em nome de sua categoria. Segundo Faleiros (1991), os primeiros trabalhadores a serem beneficiados com as aposentadorias foram os ferroviários (1923), funcionários públicos (1931), marítimos (1933), bancários (1934), comerciários (1934), industriários (1936), trabalhadores de transportes (1938), portuários (1938).

Contudo, cada categoria profissional tinha seu valor de contribuição que era determinado a partir do salário. Somente com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) em 26 de agosto de 1960 que as disparidades entre as contribuições devido as diferentes categorias profissionais acabaram, pois a LOPS determinava haver uniformização dos contribuintes e planos de benefícios dos diversos institutos.

Somente a partir da década de 1960 todos os Institutos foram integrados ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) o que visava principalmente reduzir os custos dos empresários. Em 1966 foi criado o INPS e a partir daí houve uma expansão das categorias até então marginalizadas de benefícios previdenciários, o que possibilitou abranger a quase totalidade dos trabalhadores brasileiros oficialmente inseridos no mundo do trabalho.

Em 1967 a lei dos acidentes de trabalho foi integrada aos seguros sociais (lei nº 5.316 de 14 de setembro 1967). Todavia, essa lei era assegurada apenas aos

trabalhadores industriais, o que mostra a marginalização sofrida pelos trabalhadores rurais por parte do Estado.

No quadro 3, pode-se observar de maneira cronológica o conjunto das políticas sociais e aposentadorias no Brasil.

Quadro 3: Conjunto das políticas sociais e aposentadorias no Brasil

Ano	Ocorrências
1930	Estabilidade de emprego após 10 anos de serviço para pessoal de força, luz, bondes, telefone [...] (lei 5.109 de 1926).
1931	Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1931	Suspensão dos benefícios dados, por tempo de serviço (Decreto 19.810).
1931	Extensão dos seguros a empregados em serviço de água e esgotos.
1932	Regulamento sobre aquisição de casas.
1932	Extensão da previdência aos empregados em serviços de mineração.
1933	Começa a era dos institutos, agora por setor e não por fábrica. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos – IAPM (Decreto 22.872 de 29/6/33) [...].
1934	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC (Decreto 24.273 de 22/5/34).
1934	Caixa de aposentadoria e pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café.
1934	Idem para operários e estivadores.
1934	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (Decreto 26.615 de 9/7/34).
1934	Nova Constituição – consagra o direito à previdência.
1936	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPI (lei 367 de 31/12/36) [...].
1938	Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores dos Transporte e Carga – IAPETEC [...].
1940	1º de maio: lei que fixa o salário mínimo a todo o país.
1963	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural com a Lei nº4.214 de 02 de março
1972	Empregados domésticos

- 1973 Regulamentação de autônomos em caráter compulsório
- 1974 Amparo aos maiores de 70 anos de idade e aos inválidos não segurados
- 1976 Extensão dos benefícios da previdência e assistência social dos empregadores rurais e seus dependentes.

Fonte: Santana, 2011 *apud* FALEIROS, 1991, p.133/134.

Organização: SANTANA, Gleise Campos Pinto.

Percebe-se a ausência de legislação social aos trabalhadores rurais. A política social fragmentária e gradual do governo Vargas não contemplou àqueles que trabalhavam com a terra. Os trabalhadores rurais estavam excluídos desse processo e ainda não tinham nenhuma representatividade e poder de voz no cenário político.

Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) com o objetivo de atender as políticas de previdência, assistência a saúde e social que, mais tarde (1977), foi convertido no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), em que cada função passou a ser exercida por um órgão determinado, a saber: INPS com o objetivo de assistir a concessão dos benefícios, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) ficou a cargo de prestar assistência médica aos trabalhadores e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o objetivo de assistir as populações carentes.

Ainda em relação às aposentadorias no Brasil, Simões (2004), ressaltou a respeito do processo histórico ocorrido no país relacionado a essa questão.

Foi o governo militar que unificou as categorias trabalhistas e criou o ministério específico para os assuntos de previdência e assistência social. Simões (2004) adverte que a unificação dos institutos de previdência trouxe resultados negativos tais como o valor e a qualidade dos benefícios. Ocorreram enfrentamentos com os trabalhadores que estavam na ativa de forma recorrente. “A queixa geral era a de que as lideranças sindicais da ativa não se preocupavam com problemas de aposentadoria, como se não lhes dissessem respeito” (SIMÕES, 2004, p.30).

Por outro lado,

a virtual perda dos vínculos com a categoria profissional, acarretava pela saída da condição de trabalhador ativo, trazia em contrapartida a perspectiva de constituir um movimento reivindicativo unificado à base de uma identificação comum e ampla como aposentado ou beneficiário da previdência (IBID, p.30).

A partir de 1980, muitos aposentados entraram numa luta judicial em prol de reajustes e contra o governo militar. O resultado disso foi a criação em 1985, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP).

Na década de 1990, os aposentados começaram a ter mais projeção, devido a mobilizações que estes faziam pressionando as autoridades da previdência por condições de aposentadoria mais digna. Para Simões (2004), as manifestações públicas ganharam mais destaque “numa conjuntura em que aposentados apareciam como os únicos a protestar nas ruas contra o Planalto” (IBID, p.45).

Mais tarde, no governo Fernando Henrique Cardoso, os aposentados eram vistos como fatores de desestabilização do Plano Real. Autoridades técnicas e governamentais tinham a capacidade de vê o direito a aposentadoria como um privilégio. No governo Lula, um fato chamou a atenção: o ex ministro da Previdência Social Ricardo Berzoini, em nome da coibição de fraudes, bloqueou o pagamento aos aposentados com mais de 90 anos. Para receberem o benefício esses idosos eram obrigados a comparecer nas agências bancárias (ou do INSS), para assim comprovar que estava vivo. Essa ação causou grandes repercussões, pois “forçava” idosos debilitados, frágeis a se locomoverem até agências, sem contar que muitos sem transporte particular, tinham ainda que pegar ônibus coletivo com pouca estrutura física adequada para recebê-los.

Como se pode perceber, o aposentado no Brasil apesar de ter conquistado o direito ao benefício, ainda lhe faltava conquistar respeito e dignidade frente aos representantes do país. Contudo, tendo em vista a ótica neoliberal que rege o Estado e não privilegia o bem estar da sociedade, tampouco atende de forma completa os direitos adquiridos à luz da constituição. O benefício da aposentadoria soa como um “presente” do Estado para o idoso, fazendo-se esquecer de todo processo histórico de luta em construção do que hoje é chamado direito garantido de todo trabalhador.

Andrade (2003) fala que da CF de 1988 até hoje (nesse caso 2003), houveram três movimentos de reformas e instituições que acabaram por unir e interligar mais a Previdência e o Estado. O primeiro deles data de 1923 a 1966 e refere-se a transformação das Caixas (CAPS) em Institutos (IAPS). As Caixas de Aposentadorias eram autônomas, uma vez que eram mantidas apenas pelo empregado e empregador e atendia apenas àquela empresa que resolvera

implementar, ou seja, era muito particular e pontual. Os IAPS, ao contrário, tinham forte apoio do Estado (num primeiro momento representado pelo governo Vargas) e abrangia o território nacional. Nesse momento, o Estado passara a arrecadar fundos de reservas destinados a então previdência.

A segunda reforma, de 1966 a 1979 foi marcada pela unificação e estatização da previdência. Nesse período a previdência foi unificada pelo INSS e vem como uma “política inclusiva capaz de aliviar as tensões sociais inerentes aos padrões de crescimento econômico altamente excludentes postos em marcha sob o regime militar” (ANDRADE, 2003, p.75). Assim, políticas sociais são incorporadas ao plano de Seguridade, criando em 1977, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Contudo, o Estado mais uma vez anuncia (dessa vez com maior alarme), o risco da crise financeira.

O princípio da universalização via mercado e solidariedade entre classes antagônicas é a principal proposta do capital em relação a previdência no Brasil. Para tanto, foi preciso o grande capital atuar no sentido de refuncionalizar a seguridade, tendo em vista que o sistema de previdência e saúde passou por um crescimento significativo pós 1964, em virtude do aumento no número de trabalhadores assalariados no mercado de trabalho brasileiro.

Com todas essas mudanças entra também em cena a previdência complementar ou privada. A Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP) defende a tese de que a contribuição da previdência complementar permite uma melhor qualidade de vida aos contribuintes e favorece o progresso do país, gerando postos de trabalho e aumento da produtividade (COSTA, 2006).

Nesse aspecto, Salvador (2010, p.28) ressalta:

a Seguridade Social emerge como um dos principais setores candidatos à privatização, graças à sua enorme capacidade de produzir acumulação de capital na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo o de seguros privados.

Com uma política mais neoliberal, é que a previdência social emerge, a partir da reforma de 1991 (leis n. 8.212 referente a custeio, n. 8.213 referente a benefícios), com uma possibilidade de entrar no campo da privatização, pois sua

capacidade de acumular capital na área financeira a partir dos seguros privados passa a ser vista pelas empresas privadas, bancos e instituições (SALVADOR, 2010). Trata-se de uma modalidade de previdência privada,¹⁵ aqui entendida como uma “nova” modalidade do sistema capitalista no seu âmbito financeiro transformando, de certa forma, a previdência de direito social conquistado e adquirido pelos trabalhadores através da história e da luta, em uma nova trama do sistema capaz de dinamizar o seu momento atual através da arrecadação de fundos.

Toledo Filho (2006) aborda essa questão denominada de fundos de investimento. Estes,

são constituídos na forma de um condomínio no qual os participantes aplicam seus recursos e adquirem cotas, cujo valor total corresponde ao patrimônio do fundo. [...] A chamada indústria dos fundos vem crescendo no Brasil como já ocorreu em outros países [...] (TOLEDO FILHO, 2006, p. 85/86).

No que diz respeito aos fundos referentes à chamada aposentadoria complementar, o autor destaca os fundos de pensão, o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI).

Os fundos de pensão têm dupla importância: para o trabalhador que deseja garantir seu futuro e para toda a economia do país, pois seus elevados volumes de recursos permitem financiamentos de projetos de longo prazo, o que favorece o

¹⁵ Segundo Granemann (2006), a previdência privada organiza-se por meio de Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estas últimas são popularmente conhecidas como fundos de pensão foram criadas e popularizadas nos Estados Unidos e recebem tal denominação por ser organizada por um grupo empresarial ou grupos de várias empresas. As EAPC são fornecidas pelos bancos e entidades de previdência e seguradoras que disponibilizam o contrato individual e particular para qualquer pessoa que se interessar em adquirir o plano, desde que quite mensalmente com o valor acordado à aquisição do “produto”. Mas a previdência privada ainda não conquistou (se é que um dia vai conquistar) a prioridade ou a “seguridade” mais importante para os trabalhadores. Ela é um complemento, um “algo a mais” a ser somado àquilo mais importante, que é a previdência social. Conforme ressalta Granemann (2006, p. 37), os trabalhadores que possuem ‘previdência privada’, em geral, somente conseguem ter uma aposentadoria diferenciada, mais alta do que a provida pela previdência pública por não deixarem de contar com os benefícios da previdência social. Se deixassem de receber a previdência social as médias pagas pela ‘previdência privada’ não seriam significativamente mais elevadas para o conjunto dos trabalhadores com aposentadorias em fundos de pensão do que o são os benefícios pagos pela previdência pública. Dito de modo diverso, o eventual sucesso da ‘previdência privada’ somente se constitui se existir a ‘solidariedade’ da previdência pública: a previdência privada em si mesmo não tem como produzir aposentadorias na média muito mais elevadas do que o faz a previdência social. Assim, sua importância está muito mais pautada no contexto da economia, do favorecimento ao capital financeiro do que propriamente na ajuda ou compensação ao trabalhador já aposentado.

desenvolvimento econômico. Os maiores fundos de pensão do Brasil são o Previ (Banco do Brasil), o Petros (Petrobrás) e o Funceb (Caixa Econômica Federal). Os fundos de pensão dizem respeito à chamada previdência fechada, ou seja, só os que trabalham na empresa que oferece o “benefício” pode aderir. O PGBL é um fundo destinado à aposentadoria de qualquer cidadão. Com contribuições mensais vinculadas a empresas especializadas, tem como atrativo o desconto de até 12% da renda bruta no Imposto de Renda do valor aplicado. O FABI é administrado por bancos e cobra taxa de IOF (de 5% para quem sacar antes de um ano de contribuição). (TOLEDO FILHO, 2006).

O PGBL e o FABI são considerados como previdência complementar aberta, visto que estão vinculados a instituições financeiras e qualquer pessoa pode aderir. A partir dessas resumidas descrições acerca dos fundos direcionados a aposentadorias complementares, é notório que a “seguridade” tem se tornado um grande negócio de mercado. Bancos, investidores e grandes empresas têm se dedicado a investir nos fundos, em especial aos que se referem a aposentadorias. Parece que o discurso da crise tem assustado parte dos trabalhadores que temem seu futuro e, ao mesmo tempo, tem atraído olhares de grandes capitalistas, que tem visto a aplicação na possível e futura aposentadoria um negócio bastante rentável ao capital.

No Brasil, os fundos de pensão passaram a apresentar um volume maior nos seus ativos e no crescimento de entidades abertas e fechadas e um dos motivos para tal crescimento foram os governos de Fernando Henrique Cardoso em 1998 com a Emenda Constitucional nº 20 e de Luis Inácio Lula da Silva com a Emenda Constitucional nº 41 (GRANEMANN, 2006).

A EC/nº20 de 15 de dezembro de 1998 modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Dentre as modificações do regime de previdência estão a alteração nos limites para as aposentadorias integrais, tais como idade mínima de 60 anos para homens e de 55 anos para mulheres; a extinção da aposentadoria proporcional para os servidores que ingressaram no serviço público após sua promulgação. Ainda há a restrição da possibilidade de o trabalhador almejar mais de uma aposentadoria pelo serviço público e a extinção das aposentadorias especiais, ressalvando aquelas que

prejudiquem a saúde ou a integridade física e a do professor no exercício do magistério nos níveis da educação infantil e da educação básica (fundamental e médio).

Quanto à previdência privada, a EC/nº20 em seu artigo 202 estabelece que:

Art. 202- O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º - A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º - As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º - É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

§ 4º - Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

§ 5º - A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º - A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação."

Com relação a EC/nº41 de 19 de dezembro de 2003, as mudanças dizem respeito a retirada da paridade entre os servidores ativos e aposentados no reajuste dos benefícios; a instituição de uma nova regra de cálculo relacionada ao salário, levando em consideração as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social (definida a partir da Lei nº 10.887/04). Houve ainda com a EC/nº41, a instituição o abono de permanência para os servidores que tenham cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária e que optem por permanecer em atividade, fazendo jus ao equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária.

A Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP) classifica as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) em relação aos valores em R\$ de investimentos.

Tabela 3 - INVESTIMENTOS EM R\$ (MIL) DOS FUNDOS DE PENSÃO, 2014

FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTOS (R\$ MIL)
1. PREVI	166.593.635
2. PETROS	68.172.573
3. FUNCEF	56.145.686
4. FUNCESP	22.687.904
5. FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	19.711.797
6. VALIA	17.904.327
7. SISTEL	14.594.611
8. FORLUZ	12.545.006
9. REAL GRANDEZA	11.997.429
10. BANESPREV	11.841.023
11. FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	8.918.478
12. FAPES	8.632.075
13. POSTALIS	7.916.641
14. FUNDAÇÃO COPEL	7.331.251
15. PREVIDÊNCIA USIMINAS	7.115.931
16. CENTRUS	6.746.445

17. TELOS	6.051.293
18. HSBC FUNDO DE PENSÃO	5.677.906
19. FACHESF	5.198.015
20. ELETROCEEE	5.032.582

Fonte: ABRAPP, 2015

Organização: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2015.

O crescimento desses fundos de pensão está atrelado a aparente crise e reforma da previdência, que tem causado inseguranças junto à classe trabalhadora. Ainda, “a atuação dos fundos de pensão revela um novo arranjo do capital para sugar parte da renda-salário dos trabalhadores, a fim de criar vultosos recursos, os quais serão disponibilizados para financiar novos investimentos” (COSTA, 2006, p.204).

Chesnais (1996), afirma, nessa dimensão, a supremacia da esfera financeira, que desde o início da década de 1980 passou a se imbricar junto à esfera produtiva. Os grandes grupos industriais passam a dar uma importância cada vez maior as operações puramente financeiras. Afinal, como bem coloca o autor, “a capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização “autônomo”, com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capital” (IBID, p.239). Para Hilferding (1985, p. 219), “o capital financeiro que desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria”, ganha novos alcances. A privatização da previdência por mecanismos diversos, expressa essa realidade.

Mota (2011) afirma que as estratégias do sistema do capital em combater a crise permeiam o abandono de políticas de pleno emprego, programa de corte neoliberal e redução dos mecanismos de seguridade social, pois “a trajetória do capitalismo não se reduz a uma dinâmica cíclica [...], ela supõe um processo dinâmico de mudanças nas suas formas de existência, em que a organização da produção, dos mercados, dos salários, da intervenção estatal e das instituições é mutável [...]”. (IBID, p.56).

Para Chesnais (1996), a mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização e valorização do capital, onde há recursos ou mercados no conjunto das regiões do mundo e é resultado de dois movimentos: a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital e as políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento de conquistas sociais e democráticas.

Percebe-se que esse novo ramo de “seguridade social” é parte da trama do capital em angariar cada vez mais recursos e transformar o que antes era exclusivo do Estado em espaço para o mercado. Além disso, “o desmonte da previdência pública é o passo necessário para o crescimento da previdência privada complementar” (IBID, p.204). Dessa forma, fica óbvio a relação simbiótica entre o público e o privado, em que aparentemente um (público) deixa-se derrotar pelo outro (privado), mas que no fundo, ambos têm a mesma essência e objetivo, manter erguido o capitalismo imperialista.

Essa mudança no perfil da seguridade é marcada por um novo sindicalismo no qual há uma maior politização das demandas dos trabalhadores assalariados e pela ação de empresas capitalistas no sentido de agenciar serviços de saúde e previdência (Mota, 2011). Em resumo, o que tem marcado a Seguridade Social é “uma cultura do consentimento da privatização da seguridade [...], ao mesmo tempo em que difunde e socializa a necessidade de ampliação dos programas de assistência social” [...] (MOTA, 2011, p.45).

Parece que de avanço, a Seguridade Social do Brasil caminha rumo ao retrocesso, uma vez que vencida a fase dos IAPS há mais de 50 anos, hoje o que se vê são incentivos aos fundos particulares e privados; paradoxalmente, a seguridade parece não mais assegurar a sociedade com o que lhe cabe por direito adquirido na constituição.

4.2- A aposentadoria rural no Brasil

A aposentadoria rural se configura como um benefício previdenciário de regime diferenciado de aposentadoria, pois sua carência, distinta dos demais segurados do sistema previdenciário, é contada somente com base no tempo de trabalho no campo.

Apesar do sistema previdenciário brasileiro existir desde o final do século XIX, somente a partir da Constituição de 1988 que os trabalhadores rurais passaram a ter direito aos benefícios provenientes da previdência social (igualmente aos trabalhadores urbanos). Dentre as alterações estavam: o direito das mulheres à aposentadoria, equiparando assim direito entre homens e mulheres; o limite de idade para a aposentadoria foi reduzido de 65 para 60 anos/homens, e 55 anos/mulheres; o valor da aposentadoria aumenta, de meio para um salário mínimo. Com isso, pode-se dizer que a partir dos anos 1990 o quadro da previdência social do Brasil sofreu uma significativa mudança positiva, seja no tocante ao aumento do número de beneficiários ou aos recursos repassados para o setor de aposentadorias e pensões. Por este direito adquirido pelas famílias rurais pode-se observar que a renda previdenciária tem uma grande participação na renda familiar rural (SCHNEIDER e BIOLCHI, 2003; DELGADO e JUNIOR, 1999).

Pode-se dizer que somente em 1937, foi cogitada a ideia de se elaborar um Código Rural por Borges de Medeiros e por Pereira da Silva, ambos inspirados no governo Getúlio Vargas com o objetivo de criar a justiça agrária.

Em 1943 entra em vigor a consolidação das leis do trabalho (Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943) que excluiu os trabalhadores rurais, conforme se vê no artigo 7,

Art.7: Os preceitos constantes da presente Constituição salvo quanto for em cada caso, expressamente determinado em contrário não se aplicam b) Os trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligados à agricultura e à pecuária não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais (redação dada pelo Decreto Lei 8.079, 11.10.1945).

No geral nota-se a carência e a necessidade de se pensar em medidas de proteção e direitos ao trabalhador rural, no que pese sua existência enquanto cidadão (para o Estado) e merecedor de direitos, inclusive trabalhistas.

Somente em 02 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi criado, na sua lei nº 4.214, tendo como inspiração o projeto de Fernando Ferrari do Rio Grande do Sul (KERBAUY, 2009). O artigo 2º do ETR diz:

trabalhador rural para os efeitos desta lei é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” (Decreto Lei nº4.214 de 02 de março de 1963).

Assim, o trabalhador rural estaria coberto pelo ETR? Para tal, ele precisa ser considerado empregado (termo esse que o ETR protege). Mas o trabalhador rural desempenhando um trabalho autônomo será considerado empregado pelo estatuto? Percebe-se que o ordenamento jurídico do ETR não deixa claro a quem lhe cabe o direito.

Essas fases demonstram a tentativa de avanço da previdência, tornando-se cada vez mais social à medida que passa a atender uma gama maior de necessitados.

Como se pode perceber, no campo, o direito a aposentadoria demorou muito a chegar. O trabalhador rural só passou a ter acesso ao benefício depois de 1960. Assim, a intervenção estatal no implemento dos seguros previdenciários obrigatórios, se deu de forma lenta e gradual ao mesmo tempo que isso se justifica na relação entre poder público (Estado) e grandes empresas privadas. É neste contexto que se insere a exclusão a que foi submetido o campesinato no tocante ao benefício social da aposentadoria.

Na época da Velha República, o poder estatal estava nas mãos de uma oligarquia rural que mantinha a ordem do país. Para eles, não havia nenhuma necessidade de legislação social, pois os camponeses sob a base da opressão e exploração tinham “direito” as terras do patrão para delas tirar seu sustento. “Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a proteção previdenciária disponibilizava aos trabalhadores rurais mostrou-se desigual em relação à da população urbana” (KERBAUY, 2009, p.22).

Em 02 de março de 1963, a Lei de nº 4.212 dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural em seu artigo 158, a saber:

Art. 158 – Fica criado o “Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”, que se constituirá de 1% (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos industriários, mediante gula própria, até quinze dias daquela colocação.

O Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamentava as relações de trabalho no campo foi aprovado somente em 1963, pois, até então, o trabalhador rural estivera fora das relações trabalhistas, à legislação até aquele momento assegurava os direitos e deveres apenas aos trabalhadores urbanos. O que demonstra como o trabalhador rural fora excluído das leis trabalhistas no Brasil.

Na década de 1960, foram tomadas iniciativas para estender a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais. O ETR regulamentou os sindicatos rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FAPTR, posteriormente, em 1969, denominado FUNRURAL. Na prática, a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais não se concretizou, pois os recursos (financeiros e administrativos) necessários à sua efetivação não foram previstos na legislação. O FUNRURAL surgiu como medida de proteção ao trabalhador rural mais idoso, mas ainda era muito limitado, visto que somente beneficiava os chefes de família, ou seja, quase somente pessoas do sexo masculino, acima de 65 anos, com uma renda de nada mais que meio salário mínimo.

Foi a partir da luta dos trabalhadores rurais por garantia dos direitos trabalhistas que em 1971 foi promulgada a lei do FUNRURAL que passou a instituir aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais, inicialmente apenas para homens, considerados os chefes de família, a partir de 65 anos.

Foi a Lei Complementar nº 11, de 1971, através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Prorural e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural/Funrural, que previu benefícios aos trabalhadores rurais, pescadores e garimpeiros, tendo meio salário mínimo como teto, (DELGADO & JUNIOR, 1999).

O FUNRURAL sinalizou um possível progresso aos trabalhadores rurais no tocante a equivalência dos benefícios às populações urbanas e rurais. Entretanto, o FUNRURAL era dotado de certos “empecilhos” típicos do Brasil, uma vez que cada estado era encarregado de inscrever os trabalhadores e estes, por sua vez, eram reconhecidos como tal, à medida que o empregador declarava e o responsável pelo fundo de assistência acatava. Logo, havia um clientelismo político, em que a prática de troca de benefício por voto se fazia presente (KERBAUY, 2009).

Segundo Farineli (2013, p. 63), “o FUNRURAL é uma contribuição social destinada a custear a Seguridade Social (INSS). Este tributo é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural de 2,3% a 2,85% e descontado, pelo adquirente da produção no momento da venda”.

Apesar das suas limitações, um grande avanço do FUNRURAL foi o rompimento com o princípio contributivo, uma vez que só tinha direito ao benefício da aposentadoria quem contribuísse durante os anos de trabalho e, com o FUNRURAL, todos os trabalhadores rurais sem terem contribuído passam a ter direito ao benefício (FARINELI, 2013). Com a Constituição de 1988 o direito do trabalhador se ampliou, passando a idade dos homens a ser de 60 anos, as mulheres passaram a ter direito ao benefício com 55 anos de idade e o valor do benefício, seja aposentadoria ou pensão, passou a ser de um salário mínimo nacional (IBID).

No tocante a contribuição do beneficiário, o valor era definido a partir do valor comercial dos produtos rurais. O art. 160 da referida lei esclarece quem são os beneficiários:

São obrigatoriamente, segurados: os trabalhadores rurais, os colonos ou parceiros, bem como os pequenos proprietários rurais, empreiteiros, tarefeiros e as pessoas físicas que explorem as atividades previstas no art. 30 desta lei, estes com menos de cinco empregados a seu serviço (Artigo 160 do Estatuto do Trabalhador Rural).

O FUNRURAL veio para subsidiar os trabalhadores do campo que, sem possuir carteira de trabalho, folha de salário e contribuições previdenciárias, eram, até então desprovidos do direito à aposentadoria. Para tanto, a Lei nº 2.613/55 estabeleceu uma contribuição obrigatória com alíquota de 3% (três por cento) para pessoas naturais e empresas urbanas (FARINELI, 2013).

Ligado ao FUNRURAL surgiu ainda o Programa de Assistência Rural (PRORURAL) a partir da Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971 que previa benefícios previdenciários e melhores condições de saúde aos aposentados rurais. Seu objetivo era o de possibilitar ao trabalhador rural e seus dependentes o direito ao benefício de aposentadoria por velhice ou invalidez, pensão, serviço de saúde. Com o objetivo de melhorar a vida no campo, conforme expressa o artigo 2º (FARINELLI, 2013).

Art. 2º - O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I- Aposentadoria por velhice;
- II- Aposentadoria por invalidez;
- III- Pensão;
- IV- Auxílio funeral;
- V- Serviço de saúde;
- VI- Serviço de social.

E, segundo Santos (1979, p.115 *apud* Brumer 2002, p.03), o PRORURAL distinguia-se do sistema previdenciário urbano em pelo menos três aspectos: 1) seu financiamento era feito através de um imposto sobre a comercialização dos produtos rurais e, em parte, por tributação incidente sobre as empresas urbanas, em lugar de uma concepção contratual; 2) os trabalhadores rurais não faziam nenhuma contribuição direta para o fundo; 3) não existia uma estratificação ocupacional entre os trabalhadores rurais.

O Prorural/Funrural cobriu os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), bem como seus dependentes, oferecendo como benefícios a aposentadoria por idade aos 65 anos, a aposentadoria por invalidez, a pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica (SCHWARZER, 2000).

O sistema da previdência social rural passou por profundas melhorias somente em 1988, com a redemocratização do Brasil e a outorga da nova Constituição, (mas somente implementadas em 1992) após regulamentação pelo Congresso Nacional, que, segundo Schwarzer e Quirino, (2002 *apud* AQUINO e SOUZA, 2007, p.04), pode-se destacar: o direito de a aposentadoria ser estendida ao cônjuge (o que significava, na prática, a mulher), sem importar o fato de que o chefe de família possa ou não estar recebendo um benefício da Previdência Social; a redução da

idade dos beneficiários (as) do campo em cinco anos passando a ser de 60 anos para homens e 55 para mulheres trabalhadoras rurais, em comparação com os trabalhadores urbanos, 65 e 60, para homens e mulheres, respectivamente; a garantia de um benefício equivalente a um salário mínimo oficial (1 SM) aplicado ao caso das aposentadorias rurais.

Além das garantias supracitadas, em 1988 a legislação previa a concessão do salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais, mas este item foi vetado pelo Presidente Fernando Collor de Melo, por ocasião da regulamentação da legislação previdenciária em 1990. Posteriormente, graças às pressões exercidas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais junto aos parlamentares, seu direito ao salário-maternidade foi aprovado, em agosto de 1993, e regulamentado um ano depois. Através deste benefício, quando têm um filho (a), as mulheres trabalhadoras rurais passam a receber um benefício equivalente a um salário-mínimo mensal, durante quatro meses (120 dias). Esse benefício que, na Constituição de 1988, foi estendido de três para quatro meses para as trabalhadoras urbanas. Conforme expressa Kerbauy (2009, P.28),

O tratamento desigual no tocante à proteção previdenciária manteve-se até o advento da Constituição Federal de 1988, que finalmente elegeu a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, princípio que foi disciplinado pelas Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 1991.

O sistema de aposentadorias no Brasil se restringe (para a maioria da população) a um salário mínimo. De acordo com Peixoto (2004), até o fim de 1980, o Brasil era um dos poucos países que permitia a aposentadoria por tempo de serviço, independente da idade. Em 1991, a previdência social alterou as regras e introduziu o limite etário para a passagem à aposentadoria: 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres – sendo a exigência mínima de 53 anos de idade para os homens e 48 para as mulheres.

Uma das maiores conquistas dos trabalhadores rurais está pautada no parágrafo único do Artigo 194, o qual afirma que

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos:

- I- Universalidade da cobertura e do atendimento;

II- Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

Assim, equipara-se o direito do trabalhador rural ao urbano, no tocante ao benefício da aposentadoria (FARINELI, 2013). Mas quem são os trabalhadores rurais? De acordo com o artigo 11 da Lei nº8.213/91,

são segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I- Como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

Assim, a natureza do seu trabalho é relevante para sua consideração enquanto trabalhador urbano ou rural. Segundo Farineli (2013), não existe um regramento como meio de provas necessárias à comprovação do labor rural, cabendo ao INSS e ao Poder Judiciário fazer o julgamento.

Dentre os documentos comprobatórios do exercício da atividade rural que constam no artigo 106 estão: contrato individual de trabalho ou carteira de trabalho e previdência social, declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural, contrato de arrendamento, parceria ou comodato, documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros; bloco de notas do produtor rural, dentre outros. Sendo ainda aceitos como prova material documentos de ordem pública, como certidão de casamento, registro de matrícula em escola rural ou mesmo documento de reservista constando lavrador como profissão (FARINELI, 2013). Percebe-se que não há nesse quesito, nada tão rigoroso e objetivo, cabendo aos responsáveis (INSS e Poder Judiciário) fazer um julgamento com certa subjetividade.

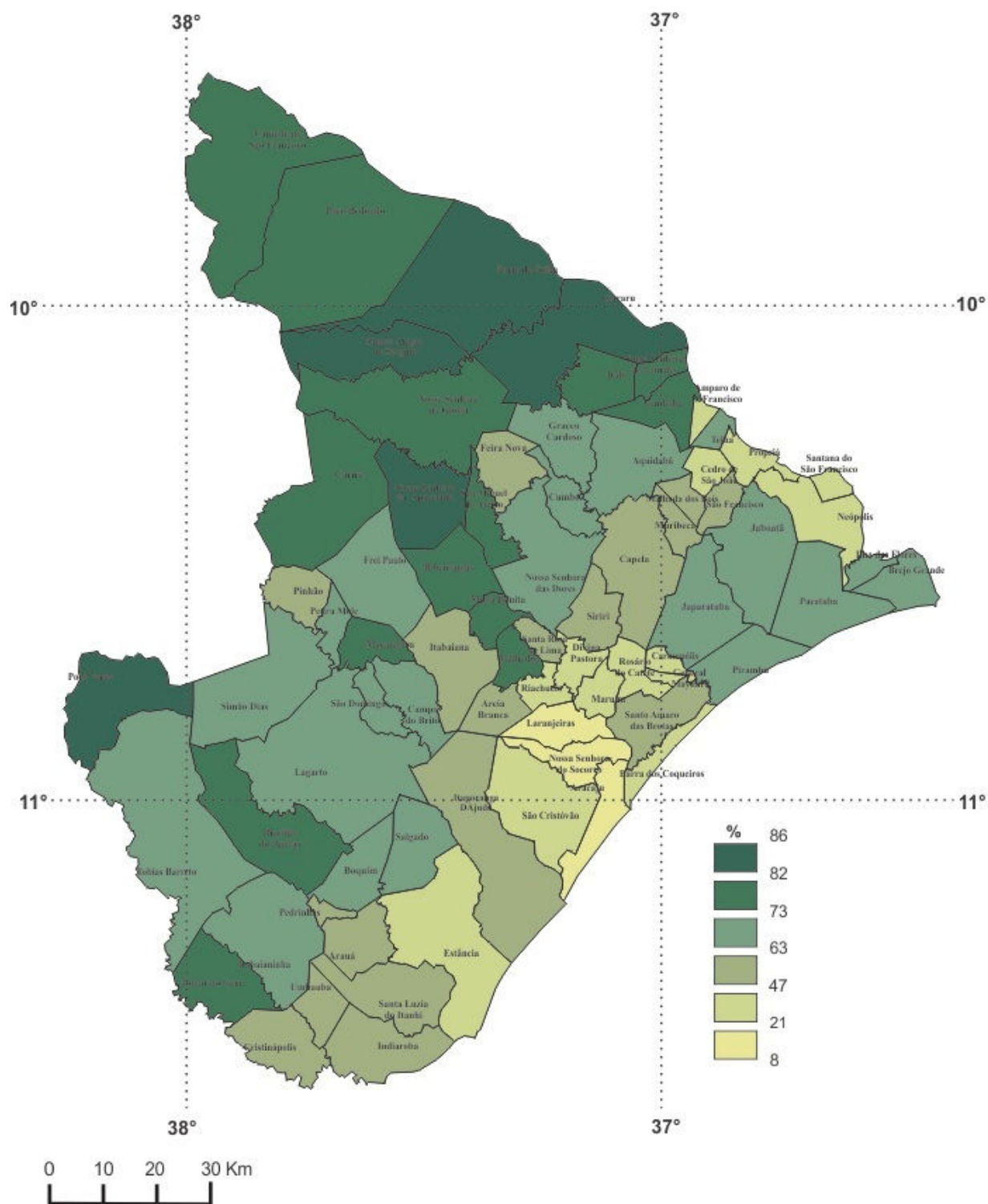
A aposentadoria em muitos casos, não significa mais o “fim do trabalho”, o descanso. Boa parte dos trabalhadores ao se aposentarem, não recebem mais o mesmo salário de quando trabalhava. Assim, eles não recebem, ao se aposentarem, o valor correspondente ao que cotizaram durante a vida de trabalho. A queda no valor do benefício é de certa forma, uma frustração, pois o trabalhador sonha esperando pelo dia da aposentadoria e ainda contribui proporcionalmente ao valor que recebe. Ao se aposentar, o trabalhador se depara com um valor abaixo do

salário recebido na ativa. Isso muitas vezes o obriga a voltar para o mercado de trabalho, mesmo de forma informal (como geralmente acontece).

Uma das questões atuais acerca da temática aposentadoria é o fato de muitos aposentados ao se desligarem do trabalho se sentirem ociosos, sem ocupação. Isso acontece tanto no campo quanto na cidade muitas vezes a saída por eles encontrada é retornar ao mercado de trabalho.

Contudo, no atual contexto de desemprego e de concorrência (inclusive com os mais jovens), essa não é uma tarefa fácil, pois muitas vezes esses aposentados são discriminados pela idade e a oportunidade de reinserção no mercado de trabalho custa muito a acontecer. Para aqueles residentes no espaço rural e proprietários de estabelecimento familiar, a dificuldade não é a mesma devido à autonomia que os camponeses têm de lidar com a terra, seu trabalho. A alternativa para os aposentados da cidade é, em muitos casos, o mercado informal, tendo em vista que este, independe de oportunidade de empresa ou chefe para existir.

A figura 5 a seguir apresenta em forma de porcentagem, os benefícios emitidos para o espaço rural por município sergipano, fazendo o cálculo a partir do total de benefícios emitidos por município. É perceptível que os maiores índices de beneficiários estão localizados no Alto Sertão Sergipano, como Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Gararu. Do total de 75 municípios, 54 tem mais de 50% dos seus benefícios emitidos destinados à população rural.



Organização: Gleise Campos Pinto Santana
 Digitalização: Jose Hinaldo Lima
 Fonte: SINTese, DATAPREV, 2011.

Figura 5 : Porcentagem de benefícios emitidos no espaço rural por municípios sergipanos, do total de benefícios emitidos.

Segue o quantitativo de benefícios emitidos pela previdência social em Sergipe no ano de 2014. Estes dados são gerais, ou seja, representa os benefícios rurais e urbanos. Mesmo assim, denota o crescimento no número de benefícios emitidos, que, ao longo de dez anos (2004 – 2014), cresceu mais de 50%.

Tabela 4 - Sergipe, quantidade de benefícios emitidos pela previdência social, 2014

SERGIPE	BENEFÍCIOS EMITIDOS
2004	208.900
2005	214.956
2006	222.310
2007	231.586
2008	243.074
2009	256.236
2010	269.537
2011	281.425
2012	293.613
2013	305.089
2014	319.028

Fonte: DATAPREV, Ministério da Previdência Social, 2015

À medida que o Estado deixa de fomentar políticas que beneficiem o setor produtivo do espaço rural, as aposentadorias rurais ganham cada vez mais importância nas famílias rurais. Conforme consta na tabela 5, é notório o crescimento no número de benefícios no espaço rural sergipano durante os anos de 2010, 2011 e 2012, o que denota o aumento no número de idosos no estado.

Tabela 5: Quantidade de aposentadorias, Sergipe, Dez 2010/2012.

Ano	SERGIPE	APOSENTADO RURAL SERGIPE	% (aposentadoria rural do total de SE)
2010	149.004	88.969	59,7
2011	154.265	91.591	59,4
2012	160.691	94.874	59

Fonte: DATAPREV, SUB, Plano Tabular do SVAI, 2014.

Percebe-se que a aposentadoria é mais presente no campo, representando, nos anos 2010, 2011 e 2012, quase 60% dos aposentados do estado. O

crescimento do total de aposentados rurais acompanha o crescimento do total de aposentados. O que dá ainda mais relevância à pesquisa executada.

Schwarzer (2000) analisa os impactos socioeconômicos do sistema previdenciário rural no Brasil fazendo também um estudo comparativo desse sistema em países como Alemanha, Polônia, Equador e Argentina. Na Alemanha, há desde 1995 um subsistema de seguro social rural que oferece prestações mais limitadas que o seguro social geral, partindo do pressuposto de que o aposentado na velhice buscará formas complementares de renda.

O interessante é que na Alemanha podem-se somar duas aposentadorias: a rural e a urbana (caso o trabalhador rural também tenha desenvolvido funções de trabalho urbano). O sistema previdenciário é dependente do Estado, não tem autonomia. Na Polônia, o subsistema de proteção social aos agricultores existe desde 1990 e é conhecido pela sigla *Krus*. Este oferece o benefício àqueles que têm idade de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres) desde que tenham contribuído por 25 anos (a cada trimestre num valor referente a 30% do valor da aposentadoria polonesa). No Equador, em 1973 foi criado o Programa *del Seguro Social Campesino* que beneficia apenas trabalhadores associados a cooperativas e comunidades agrícolas que cumprem determinados critérios de estruturação institucional. Na Argentina, o programa de “aposentadoria por idade avançada” data da década de 1940 e só beneficia aqueles trabalhadores rurais com idade acima de 67 anos que comprovarem um tempo mínimo de trabalho de 10 anos em atividades rurais e que esta tenha sido o principal meio de vida do candidato ao benefício.

O cenário atual do espaço rural brasileiro, associado a um quadro de pobreza rural constante e a consolidação da aposentadoria rural como mecanismo de reprodução social dos idosos, nos levou a desenvolver interesse em explicar, se, para além da compra de medicamentos e alimentos, o crédito consignado via a aposentadoria rural tem permitido a reprodução da unidade de produção familiar, no que concerne ao seu uso para atividades produtivas e consequentes alterações os arranjos espaciais no campo brasileiro. Bem como, se o benefício da aposentadoria rural caiu nas amarras do sistema capitalista a partir da entrada do capital financeiro no campo.

4.3 A espacialização do crédito consignado em Sergipe: da aposentadoria ao endividamento

O crédito consignado significa assinalar por escrito; afirmar; declarar; estabelecer; entregar (mercadorias) por depósito ou a consignação; destinar (rendimentos) para pagamento de credores, dando a estes usufruto de bens, cujo rendimento há de pagar os respectivos créditos. Assim, o crédito consignado vem como uma modalidade de crédito que muito tem crescido no Brasil.

Conforme pode ser observado na figura 6, a oferta é bastante atrativa, mostrando a facilidade de crédito para os aposentados e pensionistas do INSS, inclusive é visível na propaganda da loja imagens de idosos sorrindo, felizes e mostrando sinal de positividade, o que transmite uma mensagem subliminar de que o consignado é um negócio que dá certo. De fato dá, mas não para esses idosos, e sim para o imperioso capital financeiro.

FIGURA 6 – Loja de assessoria aos aposentados e pensionistas para crédito consignado, Lagarto/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016

O crédito consignado é colocado pelas instituições bancárias como a possibilidade da realização de um sonho, a obtenção de um bem material desejável, de uma viagem, ou de qualquer outro investimento individual ou familiar. Ele é um empréstimo feito via bancos e/ou instituições financeiras com pagamento indireto

cujas parcelas são deduzidas na própria folha de pagamento da pessoa física. Assim, torna-se um investimento com chances de retorno praticamente garantidas, pois o pagamento é feito de forma automática via sistema bancário.

O crédito consignado apresentando com a retórica da facilitação a vida do aposentado é utilizado para os mais variados fins: medicação, melhoria na residência ou no plantio agrícola, na compra de motocicletas, na compra de carroça, ou mesmo para ajudar um filho na construção de sua casa. Esses usos todos corroboram na produção do espaço rural, à medida em que modifica a paisagem desse espaço. Por exemplo, as motocicletas são justificadas por facilitarem a locomoção de pessoas e de produtos agrícolas que são levados para a feira, ou que são comprados nos centros urbanos e levados para as roças, como as sementes de milho, um saco de adubo, o veneno que é utilizado na plantação, etc. a carroça é também um veículo muito utilizado para diferentes fins no campo, desde a locomoção de pessoas à de produtos agrícolas. A melhoria nas casas dos aposentados e de familiares são recorrentes no campo, o que denota alteração na paisagem rural.

Muitas vezes, as lojas conveniadas para facilitar a obtenção do crédito estão espacialmente localizadas de forma estratégica próximas aos bancos. Desde os anos 2000, mas sobretudo nos últimos 10 anos, houve uma ampliação do número dessas financeiras no interior de Sergipe. Até por que cabe ao trabalhador (funcionário da agência financeira) abordar o idoso na saída do banco para oferecer as “vantagens” do empréstimo. Muitas vezes essa oferta acaba por constranger o idoso que, por muita insistência, às vezes contrata o serviço. Neste sentido, a fala de uma funcionária da agência financeira é bastante contundente:

“A gente sabe que às vezes prejudica o salário deles, mas mesmo assim a gente tem que fazer o máximo de contratos que consegui, porque esse é o nosso trabalho”.

“No final e início do mês a gente vai pra porta dos bancos pra oferecer dinheiro pra eles”

Assim, o aposentado ao se dirigir ao banco para receber sua aposentadoria, tem a “facilidade” da oferta do crédito à sua frente. Além disso, acontece também de

os próprios funcionários do banco persuadirem de forma invasiva os aposentados para a aquisição de um crédito consignado, até porque a meta deles precisa ser alcançada, “custe o que custar”.

Em conversa com um filho de aposentados rurais, o mesmo relata que precisou intervir numa situação em que seus pais seriam lesados pelo funcionário do banco no sentido em que o mesmo estava acordando com a senhora aposentada, que por falta de conhecimento, estava caindo na armadilha do sistema creditício ali figurada pela pessoa do funcionário bancário. Ele relata:

Quando minha mãe foi retirar o salário dela, foi persuadida a fazer um empréstimo que somente era vantajoso para o banco. Daí foi necessário a minha intervenção para que o banco fizesse o cancelamento. Este fato está sendo tratado na justiça tendo em vista ao assédio moral sofrido pela minha mãe. (E., 36 anos de idade, filho de aposentados rurais).

Este caso teve um “final feliz”, pois o filho da aposentada rural tem conhecimento e informação, assim, após saber do ocorrido no banco, ele se dirigiu ao mesmo à procura do funcionário que induziu à sua mãe a adquirir de maneira involuntária o empréstimo, o que segundo ele, houve um certo estranhamento entre eles, mas que por fim, o funcionário confessou ter agido de má fé e o filho da aposentada gravou um áudio da fala do funcionário como prova para ser encaminhada a justiça.

Conclui-se que funcionários (sejam de agências bancárias ou financeiras) são induzidos a vender os produtos das agências aos aposentados, por outro lado, isso reflete mais uma perversidade do sistema capitalista, que coloca empregados contra empregados, pobres contra pobres, num jogo que individualiza o sujeito da coletividade, que não tem a dimensão de que ele (o funcionário) é tão vítima desse sistema quanto os idosos aposentados.

Em trabalho de campo foi possível perceber que a prática de colocar agências financeiras vizinhos aos bancos é comum, quando não é possível instalá-las vizinhas aos bancos, elas ficam próximas, geralmente na mesma rua/avenida. Conforme se pode observar na distribuição espacial, visível nas figuras abaixo:

FIGURA 7 – Agência bancária ao lado de consórcios e crédito consignado, Lagarto/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

A figura 8 exibe claramente a relação dos bancos com as agências financeiras, pois entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão localizadas quatro agências financeiras que lidam diariamente com os idosos e o consignado. Além da UBLA Crédito Consignado (Figura 15) e da JeM (Figura 20), mais duas agências competem entre si na busca diária de realizar contratos.

FIGURA 8 – Agências bancárias ao lado de consórcios e crédito consignado em galeria, Lagarto/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Em Nossa Senhora da Glória, essa marca de bancos e agências financeiras vizinhas é bastante visível na paisagem, em visita, foram vistos dois casos, o do banco Bradesco e da Caixa Econômica Federal, ambos com financeiras vizinhas, sendo até curioso o caso da agência vizinho a Caixa, que tem como nome, Casa do Aposentado (figuras 9 e 10)

FIGURA 9 – Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

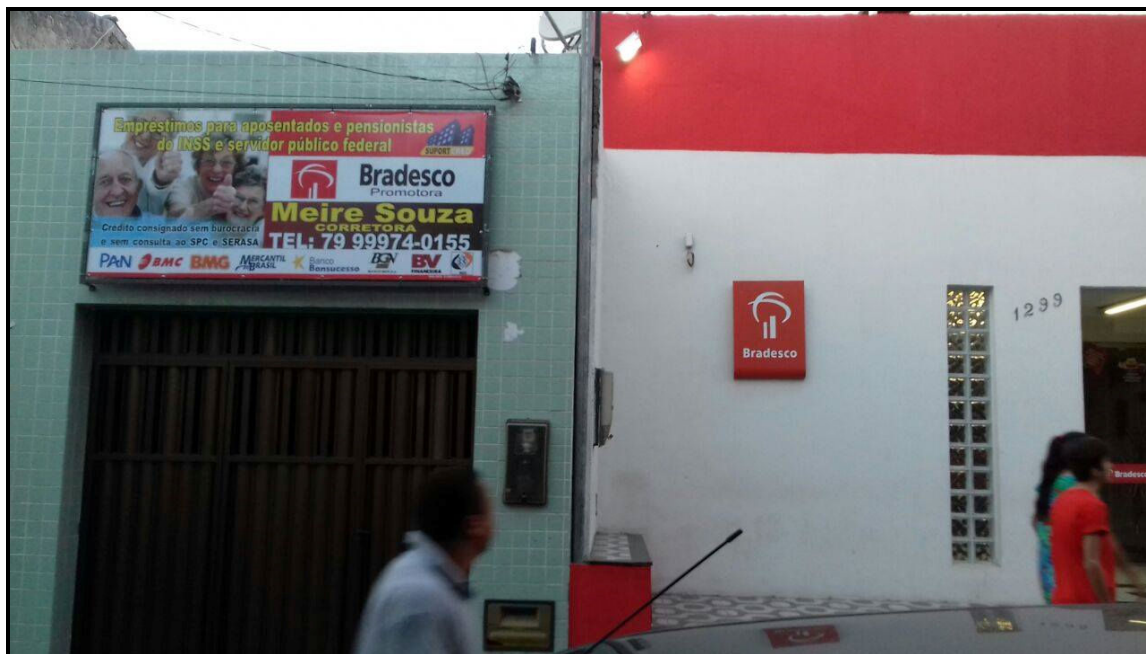
FIGURA 10 – Agência bancária ao lado de loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Caso semelhante ocorre nos municípios de Porto da Folha e Itabaiana:

FIGURA 11 – Agência bancária ao lado de consórcios e crédito consignado em galeria, Porto da Folha/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 12– Agência bancária ao lado de consórcios e crédito consignado, Itabaiana/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Estrategicamente, essas agências financeiras ficam localizadas vizinhas aos bancos, pois além de estarem mais visíveis e de fácil acesso aos idosos, assim fica mais fácil os funcionários das financeiras persuadir muitas vezes de forma invasiva os aposentados com a oferta do crédito consignado.

O caso do município de Propriá é um exemplo de não haver agências financeiras vizinho a bancos, mas apesar disso, essas estão próximas, na mesma rua, conforme figuras 13 e 14.

FIGURA 13– Agência bancária, Propriá/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016

FIGURA 14– Agência de consórcios e crédito consignado, Propriá/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

Outro ponto possível de se perceber a partir do trabalho de campo foi que algumas agências financeiras atuam em vários municípios. Os nomes se repetem, o que denota que abrir consórcios de empréstimos é um negócio rentável. A Ubla foi vista nos municípios de Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Estância e Porto da Folha (figuras 15, 16, 17 e 18), a JeM nos municípios de Estância e Lagarto (figuras 19 e 20), - sem contar que tem loja em Aracaju também e sua matriz fica na cidade de Itabaianinha.

FIGURA 15 - Loja de consórcios e crédito consignado ao lado do Banco do Brasil, Lagarto/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 16 - Loja de consórcios e crédito consignado, Nossa Senhora da Glória/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 17 - Loja de consórcios e crédito consignado, Estância/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 18 - Loja de consórcios e crédito consignado, Porto da Folha/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 19 - Loja de consórcios e crédito consignado, Estância/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016.

FIGURA 20 - Loja de consórcios e crédito consignado, Lagarto/SE



Fonte: SANTANA, Gleise Campos Pinto, 2016

Em conversa com alguns filhos de aposentados, foi possível perceber que esses muitas vezes também se tornam reféns e dependentes do sistema creditício. Alguns afirmam que pedem aos pais para solicitarem o empréstimo para alguma necessidade pessoal, como comprar uma motocicleta ou ajudar na construção da casa, por exemplo. Eles alegam que é devido à facilidade do consignado que muitas vezes pedem aos pais para pegarem o dinheiro. Perguntando quanto ao pagamento mensal das prestações, as respostas foram variadas:

“É, pra falar a verdade, como o pagamento já é descontado da aposentadoria dela, eu as vezes nem pago, por que o dinheiro tá curto” (A., 28 anos de idade)

“Apesar de não pagar certinho todo mês, eu ajudo eles de outra forma, levo pra médico quando precisa, ajudo na casa cuidando das coisas e assim é a vida, uma mão lava a outra”. (H., 36 anos de idade).

“Não, todo mês eu dou o dinheiro a meu pai” (W., 41 anos de idade).

“Quando eu posso até pago certinho, mas tem mês que a coisa pega e não dá pra pagar não. Tem vez que pago um pedaço, depende”. (C., 45 anos de idade).

A partir desses relatos, percebe-se que muitas vezes o idoso aposentado não tem a oportunidade de usufruir do seu benefício da aposentadoria rural como uma conquista pessoal. Ele continua (senão aumenta), com as responsabilidades de um chefe de família, em que muitas vezes agora lhe é cobrado ainda mais, afinal sua aposentadoria lhe permite conseguir um dinheiro “fácil” que pode atender demandas de toda uma família. Muitos desses idosos do campo são responsáveis pela renda principal da casa e essa, não se restringe ao casal de idoso apenas, ela se expande, pois os filhos se casam, levam seus cônjuges para dentro de casa e com eles chegam os netos, ambos de “responsabilidade” dos idosos e suas respectivas rendas. Em trabalho de campo, muitos foram os relatos que evidenciam ser a renda da aposentadoria a principal da família:

“Aqui eu boto a feira dentro de casa todo mês” (Srª J. A., 69 anos de idade, junto com ele, reside a esposa também aposentada, a filha, o genro e o neto).

“Meu filho ajuda, tem dia que trás uma coisa pra dentro de casa, mas quem bota a comida na mesa sou eu” (Srº M., 74 anos de idade).

“Quem sustenta a casa? E vai ser quem se não for eu e a aposentadoria da mulher? (Srº T., 75 anos de idade).

“Até o leite do neto eu tenho que me virar pra comprar” (Srª D., 70 anos de idade).

Percebe-se o quanto os idosos aposentados, continuam com a responsabilidade de chefes de família, uma vez que a renda da aposentadoria, mais especificamente no espaço rural, é a principal renda familiar. Então aquela ideia de que a aposentadoria é para o bem estar e necessidades dos idosos, muitas vezes passa longe da realidade. De fato, parece haver o contrário, pelo fato de estarem aposentados, a responsabilidade sobre outros familiares aumenta, afinal eles são os “donos” da principal renda. Pois,

“Faça chuva ou faça sol, meus pais vão receber o dinheiro no dia certo, e eu ainda dependo do bom tempo da safra pra ganhar alguma coisa, ou então de fazer um bico” (G., 38 anos de idade).

“Eu acho que eles têm que ajudar os filhos, se a gente é pobre”? (L., 44 anos de idade).

A Srª A. (90 anos de idade), afirma ter pego o empréstimo por questão de saúde da filha, que precisava fazer uma cirurgia no coração e elas não tinham recursos financeiros em casa (Figura 21).

“Fui e peguei três mil pra ajudar na cirurgia da minha filha. Hoje ela tá bem graças a Deus e eu não devo mais nada no banco”.

Idosos como o caso da Srª A., retrata muito bem a situação do campo brasileiro, em que os idosos aposentados assumem para si responsabilidades que deveriam ser de outros (os filhos, genros, noras), uma vez que sua condição de idoso e aposentado deveria representar momento de sossego, descanso e lazer, afinal uma vida inteira foi dedicada ao trabalho, à produção do espaço (de alguma forma) e à família. Mas o “peso nos ombros” continua, parece não ter fim.

FIGURA 21 - Conversa com idosa aposentada



Fonte: SANTANA FILHO, Laércio Souza, 2016

Nesse contexto, perpassa a questão social, em que a pobreza e a falta de perspectivas no campo tem mantido homens e mulheres com baixas rendas da atividade que desenvolve no espaço rural, outros ociosos ou desempregados. Com isso, estes acabam muitas vezes na dependência daqueles que paradoxalmente, deveriam ser os dependentes, os idosos. Deste modo, há uma sobrecarga de cobranças e responsabilidades sobre os aposentados rurais, que por terem adquirido seu direito de aposentado e ainda, por poderem acessar o crédito consignado, devem tentar suprir a falta (causada pela ausência de um Estado que atenda de forma mais significativa às demandas sociais) que há sobre si mesmos, seus filhos, noras, genros e consequentemente, os netos.

Parece que o Estado (aliado ao sistema capitalista), se interessa em “ajudar” o aposentado/pensionista criando facilidades de adesão a empréstimos, pois o aposentado vinculado ao INSS tem acesso livre ao chamado crédito consignado via instituições financeiras conveniadas à previdência social. Assim, além da previdência privada, a abertura do crédito destinado aos aposentados do INSS

também representa a contrarreforma da previdência social, na qual o capital financeiro é o motor de acúmulo de capital para o sistema.

O crédito consignado é posto como mais um direito concedido pelo Estado à classe dos aposentados e pensionistas. Aparece como um direito adquirido por essa classe, uma conquista cidadã, afinal agora o idoso tem o direito de acesso livre ao banco, ao empréstimo para “facilitar sua vida” e “resolver seus problemas”. Contudo, é sabido que essa é mais uma artimanha do sistema do capital, que através da financeirização da economia, transforma renda advinda de trabalho em capital portador de juros.

O recurso proveniente da política social (previdência) é drenado via sistema bancário para assumir a função de capital portador de juros, alimentando assim, o sistema financeiro. Eis o fetiche do capital financeiro, que aparentemente não explora o trabalhador para acumular capital. O recurso que deveria ser destinado ao trabalhador aposentado, é destinado ao mercado financeiro através da retirada de recursos da previdência social para estar nas mãos do capital. A consequência é o endividamento do trabalhador aposentado e o “desmonte” da previdência pública que, a priori, tinha como alvo (pelo menos no campo teórico) atender as necessidades de renda da classe trabalhadora que alcançara o direito ao benefício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O chamado capitalismo contemporâneo marca sua atual fase que data de fins do século XX até hoje. Esse se configura como um capitalismo imperialista em que “as configurações espaciais são produzidas e transformadas mediante as variadas mobilidades de diferentes tipos de capital e força de trabalho [...]” (HARVEY, 2013, p.555). O capitalismo contemporâneo também é monopolista, transformou o cenário mundial às suas necessidades de expansão, buscando sempre o “ajuste espacial” suficientemente capaz de avançar em sua expansão e poderio.

Nesse ajuste, “os centros exploram as periferias, as metrópoles exploram as terras do interior, o primeiro mundo subjuga e explora sem misericórdia o terceiro, o subdesenvolvimento é imposto de fora e assim por diante” (IBID, p.553). Esse é o contexto do “ajuste espacial” que vem sendo feito há centenas de anos e que recentemente caracteriza a mundialização do capital e o predomínio financeiro e rentista como as marcas do capitalismo contemporâneo.

O sistema do capital tem agido no tocante a esse ajuste de tal forma que tudo e todos podem (e são) mercantilizados, afinal só assim é possível tornar todo tipo de negócio e relação (seja envolvendo pessoas ou finanças) rentável. Ademais, “[...] tudo é efetivamente passível de transição mercantil, dos cuidados aos idosos ao passeio matinal de animais domésticos [...]” (PAULO NETO E BRAZ, 2012, p.247). Deste modo, a gama de serviços oferecidos ao mercado disponível para consumo só tem aumentado para àqueles “capazes” de consumi-los.

O espaço geográfico mundial tem se mostrado cada vez mais envolvido na lógica das relações capitalistas e porque não dizer relações monetárias? Construções, pessoas, empresas, rodovias, estão desenfreadamente a mercê das ordens do mercado e do sistema do capital. O mundo, inclui-se aí o homem, parece viver somente àquilo que lhe é permitido por eles.

Nessa ordem regida por um sistema econômico hoje se apresenta com toda força a financeirização que a todos engole via a facilidade do sistema de crédito. Este veio para atraí e englobar o maior número de pessoas na dívida creditícia - fruto da cada vez maior necessidade criada de consumo.

Pode-se afirmar que no atual momento do capitalismo (século XXI), é o capital financeiro quem assume o comando do processo de acumulação. Para tanto, a sociedade está inserida numa trama econômica de consumo e dívidas a pagar que parece não ter fim, mas pra todos os efeitos, é o sistema do capital que tem proporcionado através do crédito uma melhor possibilidade de qualidade de vida à sociedade, uma vez que com o sistema creditício é possível consumir bem mais, logo tornar-se “feliz”.

Dentro desse sistema financeiro, um campo que tem chamado a atenção é o crédito consignado. Voltado para o idoso aposentado, esse tipo de crédito parece ser o que faltava dentro da esfera financeira do capital. Afinal, se comparado aos grandes bancos, seus créditos e aos seguros de vida, por exemplo, ele é algo pequeno, pois é destinado a um público restrito (idosos e pensionistas) e no geral, serve para atender pequenas necessidades em relação ao valor real cedido ao empréstimo. Em outras palavras, o crédito consignado serve a aposentados e pensionistas e empresta pequenas quantias de valores em reais (comparado a grandes ações bancárias, financeiras). Nesse contexto, até parece inofensivo.

Nesse rol se insere toda a sociedade: pessoas comuns e seus cartões de crédito, aqueles compradores de imóveis e carros financiados, agricultores que são cada vez mais envolvidos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), grandes investidores e suas relações monetárias com os bancos e os idosos aposentados e pensionistas (do campo e da cidade) seduzidos pelo generoso crédito consignado.

É possível afirmar que o espaço rural é também espaço apropriado pelo capital, uma vez que o capital financeiro aí se instalou a partir do crédito consignado. O crédito consignado com a roupagem de facilitar a vida do aposentado, permitindo-o ter acesso a mais consumo, seja ele para os mais variados fins: medicação, melhoria na residência ou no plantio agrícola, ou mesmo para ajudar um filho na construção de sua casa ou compra de uma moto, por exemplo. O fato é que independente do fim a que se utiliza do dinheiro do empréstimo, seu objetivo é bem mais pretencioso: é aumentar o circuito da esfera financeira do capital. É barganhar agora àqueles que outrora não faziam parte da armadilha da financeirização, àqueles que pareciam não interessar mais ao sistema, agora são “alvo fácil”.

Nessa perspectiva, a produção do espaço rural vem sendo alterada também a partir da inserção do crédito consignado no campo. Com o uso do crédito, o espaço muitas vezes sofre alterações: casas são reformadas, aumenta-se o número de motocicletas e carroças, o local da atividade agrícola é expandido, melhorado devido o uso de insumos e fertilizantes.

A coerência estruturada para Harvey (2005) está relacionada à produção e ao consumo de determinado espaço. Trazendo esse conceito para o campo sergipano, pode-se dizer que a apropriação do espaço via empréstimos do sistema de crédito repercute em alterações no arranjo espacial. Essas alterações dizem respeito basicamente ao aumento do consumo que, por sua vez produz o espaço de maneira diferenciada (da anterior à inserção do crédito neste espaço), logo o espaço geográfico é alterado. O consumo diz respeito, por exemplo, a compra de motocicleta ou de material de construção para reforma da casa ou investimento na produção agrícola, o que em ambos os casos, repercute em mudanças na paisagem geográfica.

A renda provinda da aposentadoria rural tem um fim variado, tendo em vista que além de depender das necessidades do beneficiário, no caso o aposentado, muitas vezes ela também atende às demandas da família. A partir da pesquisa de campo foi possível constatar que as finalidades que mais se destacaram foram: manutenção da família, incluindo-se aí filhos adultos, casados com seus respectivos cônjuges e netos, logo não se restringe à família nuclear, que neste caso seria o idoso e a idosa aposentada e a melhoria na produção agrícola com compras de insumos, adubos, mas essa finalidade não se destacou tal como à primeira, pois muitos idosos ao conquistarem seu direito social, não tem mais o interesse em lidar com a atividade agrícola, pois a idade e o cansaço físico acabam por impedi-los de continuar desenvolvendo tal atividade.

Essa esfera financeira através do crédito tem se expandido, uma vez que o incentivo ao consumo agora está na cidade e no campo (claro que em proporções diferenciadas), pois os idosos aposentados rurais tem cada vez mais se permitido – na maioria das vezes a partir de suas condições materiais precárias – adentrar no circuito do sistema de crédito, através do consignado.

“A esfera estrita das finanças nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada” (IAMAMOTO, 2015, p.109). Mas, apesar dela nada criar no que tange produção para no fim do circuito angariar lucro (como acontece no circuito natural de produção do capitalismo), essa esfera das finanças tem aumentado seu poder de investimento financeiro, pois além dos grandes bancos comerciais, as instituições não bancárias (incluindo aí os seguros de vida e os fundos de previdência privada por capitalização) em muito tem alimentado o sistema financeiro.

Apesar do empréstimo consignado estar vinculado exclusivamente à figura do idoso aposentado, na prática ele atende e é também gerenciado por outros membros da família. Foi visto em campo, a partir das entrevistas, que o aposentado muitas vezes não passa de um intermediador, entre o banco e aquele real interessado no dinheiro, que em muitos casos é o filho do aposentado. Devido à condição precária com que vive os camponeses, o crédito consignado tem aparecido cada vez mais nas famílias de aposentados como a solução para uma gama variada de necessidades/problemas.

E nesse contexto, se insere uma nova discussão: será possível afirmar que a cultura e o consumo do homem do campo tem sido afetados pela onda do sistema do crédito consignado? Uma vez que necessidades e carências materiais sempre foram marcantes no campo brasileiro e hoje, há uma busca desenfreada por crédito para atender essas necessidades que muitas vezes estão atreladas ao consumo, como a compra de moto, muito comum no campo sergipano. Por outro lado, não seria esse crédito a oportunidade, aos olhos do aposentado e seus familiares, de aquisição ou melhoria de um bem ou mesmo de um auxílio num tratamento de saúde? O certo é que independente de a cultura e o consumo estarem sendo afetados, o campo está impregnado dessa armadilha certa que é o crédito consignado.

Em campo, ainda foi percebido o quanto o crédito consignado está familiarizado entre os aposentados. É algo que parece fazer parte da rotina, afinal, todos (ou quase todos) estão imbuídos nessa trama crescente do sistema financeiro que é o capital creditício.

Contudo, considera-se aqui o crédito consignado como mais uma artimanha utilizada pelo sistema financeiro para aumentar seu peso do rolo compressor que tem esmagado a sociedade e muito ajudado a manter o capitalismo vivo. Com facilidades de acesso ao crédito e ao pagamento, muitos idosos tem se rendido ao encanto do dinheiro fácil para solucionar seus problemas e/ou dos seus familiares.

A inserção de capital do crédito consignado no espaço rural tem em muito acarretado na subjugação e controle da renda dos aposentados, uma vez que parte dela é comprometida no pagamento da dívida que em muitos casos ainda é refinanciada devido a adesão de um novo crédito antes mesmo de liquidar o anterior. Então, o aposentado rural assalariado tem sua renda repartida com a família, visto que mais de 90% dos casos entrevistados tem a aposentadoria como a renda principal da casa e, ainda mais, se somado a isso comprometer 30% do valor do benefício com dívida creditícia, comprova o quanto sua renda está sob o controle do capital financeiro. O que de certa forma, o deixa numa condição de dependência, pois as necessidades (reais e/ou criadas pelas mudanças no padrão de consumo), induzem o aposentado rural a se enrolar num novo contrato de empréstimo.

Nesse contexto, os rebatimentos do uso do crédito consignado para os aposentados rurais perpassa por endividamento, dependência e de certa forma eles são lesados quando funcionários de agências ou mesmo seus filhos os obriga, mesmo de forma sutil, a realizar o contrato do crédito consignado.

Assim, o crédito consignado vem se configurando uma forma de expropriação da renda do aposentado e do direito que outrora se configurava como conquista social. Além disso, numa perspectiva geográfica, pode-se afirmar que ele repercute em alterações no tocante a produção do espaço rural sergipano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. **Do Estado soberano ao Estado das autonomias: regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado**. Blumenau: Edifurb, 2002.

ANDRADE, Eli Iôla Gurguel. **Estado e Previdência no Brasil: uma breve história**. In: A Previdência Social no Brasil. Cadernos da Fundação Perseu Abramo, 2003.

AQUINO, Joacir Rufino de e SOUZA, Ronie Cléber de. **Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural., Londrina-PR, julho de 2007.

AZEVEDO, Sérgio de. **Reforma do Estado e mudança institucional: variáveis exógenas e endógenas**. In: MELO, Marcus André (org). Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil. Recife: Ed. Massangana, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Relatório**, 2000. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/EXTANNREP2K8/Resources/>.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social no capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social na América Latina**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos (et al). Política social no capitalismo. Tendências contemporâneas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAATHEN, Einar. **O modelo nórdico de Seguridade Social**. In: A Previdência Social no Brasil. Cadernos da Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, no.07, Porto Alegre: jan/jun 2002 .SciELO Brasil ISSN 1517-4522.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo, Contexto, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.12, jun/dez, 1995.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Estudos avançados, vol. 15, nº41. São Paulo: jan/abr de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

DELGADO, Guilherme C. e CARDOSO JUNIOR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. IPEA: 1999. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_17_Cap_09.pdf.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 4ª edição, Campinas: Autores Associados, 1994 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.27).

Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas: Autores Associados, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FALCÃO, M. C. B. **A proteção social destinada às famílias brasileiras**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 14, n.42, p.68-77, ago. 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1991.

FARINELI, Alexsandro Menezes. **Aposentadoria rural**. 2ªed. Leme/São Paulo: Mundo Jurídico, 2013.

FONTES, Viginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ªed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **A política de trabalho e renda no Brasil: uma avaliação de resultados da experiência do Maranhão**. In: SILVA, Maria Orzanira da Silva e YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo – São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 18ªed. São Paulo: Loyola, 2009.

O Neoliberalismo: história e implicações. 3ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Os limites do capital. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos (et al). Política social no capitalismo. Tendências contemporâneas. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 12ªed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

IVO, Ante B. Leal. **A Reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990**. In: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra pobreza global. Coleção CLACSO-CROP: Buenos Aires, 2006.

KERBAUY, Luís. **A previdência na área rural: benefício e custeio**. São Paulo: LTr, 2009.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Políticas sociais: focalização ou universalização?** Revista de Economia Política, vol 26, nº4 (104), PP. 564-574, outubro-dezembro/2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOWI, Michael. **Método dialético e teoria política**. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ªed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARQUES, Rosa Maria. **Experiências internacionais e a reforma da Previdência.** In: A Previdência Social no Brasil. Cadernos da Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e políticas sociais.** In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos (et al). Política social no capitalismo. Tendências Contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONLEVADE, João e DA SILVA, M. Abádia. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idéa Editora, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço.** 4ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOREIRA, Rui. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012.

O que é Geografia. 2ª reimp. da 2ªed. São Paulo:Brasiliense, 2012 (b).

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 2ªed.rev.ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

OFF, Clauss. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Iris Maria de. **Cultura política, direitos e política social.** BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos (et al). Política social no capitalismo. Tendências Contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO Netto, José e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar.** In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org) Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 57-84.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/883/820> Acessado em 27/05/2014. 1991.

Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, nº36, 1995. Disponível em http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestaodaresponsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografia-basica/06%20texto2_Pinho.pdf Acessado em 21/03/2016.

A construção política do Estado. Lua Nova, São Paulo, 81: 117-146, 2010. Disponível em www.scielo.br/pdf/ln/n81/a06n81.pdf Acessado em 08/06/2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos (et al). *Política social no capitalismo. Tendências Contemporâneas.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Política social: temas e questões. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional (on line).** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIMENTEL, José. **Previdência Social – aspectos, conceitos, estruturas e fatores condicionantes.** In: *A Previdência Social no Brasil.* Cadernos da Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27º Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, Gleise Campos Pinto. **O camponês na lógica capitalista: dependência e estratégias de reprodução no município de Itabaiana/SE** (Dissertação de Mestrado). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SANTOS, Ana Rocha dos. **O desvelar das contradições do modelo de descentralização: as interfaces escalares na conformação do sistema único de saúde em Sergipe** (Tese de Doutorado). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; BIOLCHI, Marilza. **A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul.** Revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 27-42, 2003.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil-evidências empíricas de um estudo de caso no**

estado do Pará. Texto para discussão nº729 IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro: junho de 2000.

SENADO FEDERAL, **Consultoria legislativa**, estudo nº273, 2003.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira. Entre a política pública e o mercado.** 3ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. et al. **A política social brasileira no século XXI.** A previdência dos programas de transferência de renda. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Nelmiros Ferreira da; COSTA. **Crédito fundiário e desenvolvimento territorial: entre o fetiche e o enfrentamento à questão agrária no Alto Sertão de Sergipe.** Recife, 2013. (Tese de doutorado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2013.

SIMÕES, Júlio Assis. **Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública.** In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org) Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 25-56.

SOARES, Laura Tavares. **Reforma da Previdência: a experiência da América Latina.** In: A Previdência Social no Brasil. Cadernos da Fundação Perseu Abramo, 2003.

SPITZCOVSKY, Celso e MOTA, Leda Pereira da. **Direito Constitucional.** 9ªed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

SPOZATI, Aldaíza. **A Assistência Social e a Trivialização dos Padrões de Reprodução Social.** In: SPOZATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury (org). Os Direitos (dos dessassistidos) sociais. 3ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas.** DE TOMMASI L. de, WARDE, M. Jorge e HADDAD, Sérgio (Orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** 5ªed São Paulo: Cortez, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Ensaio sobre economia brasileira. 7ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

THEODORO, Mário e DELGADO, Guilherme. **Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate.** Políticas sociais – acompanhamento e análise [7] agosto, IPEA, 2003.

TOLEDO FILHO. **Mercado de capitais brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. **O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza e PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs). *Política Social e democracia*. 5ª edição. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

WINFRIED, Vogt, FRANK, Junger, OFF, Clauss. **Estado e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10>

http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/in28_2008.pdf Referente a Instrução Normativa nº 28 da Previdência acerca do crédito consignado. Acessado em 15 de junho de 2014.

<http://www.cepal.org/pt-br/about>

APÊNDICE

Entrevista realizada com idosos aposentados rurais do campo sergipano que tem ou já tiveram ligação com o crédito consignado

- 1) Qual a idade?
 - 1.1 – M (☐) F (☐)
- 2) Tem aposentado na família? Quantos? _____
 - 2.1 – É o chefe da família? Por quê? _____
 - Viúvo (a) (☐) Separado (☐) Casado (☐) Outro (☐) _____
- 3) A renda do aposentado ajuda nas despesas familiares? (☐) Sim (☐) Não
- 4) A família com aposentado trabalha com a terra? (☐) Sim (☐) Não
- 5) A renda da aposentadoria ajuda na melhoria e favorecimento da produção agrícola? (☐) Sim (☐) Não
- 6) Se sim, ajuda em quê? _____
- 7) O aposentado já se submeteu a algum empréstimo? (☐) Sim (☐) Não
- 8) O dinheiro do empréstimo foi para si próprio ou para ajudar alguém da família? _____
 - 8.1- Se foi para um filho, recebe ou recebeu todas as prestações ou teve que pagar alguma?

 - 8.2 – O senhor acredita que vale a pena tomar empréstimos ou deveria existir outra forma de financiamento? _____
 - 8.3 – Considera a taxa de juros boa? Por quê? _____

- 9) O dinheiro do empréstimo foi destinado a quê? (☐) Reforma de casa
(☐) Compra de meio de transporte (☐) Investimento na produção agrícola
(☐) Tratamento de saúde particular (☐) Outro _____
- 10) Como ficou sabendo da possibilidade do empréstimo? _____
- 11) Foi fácil conseguir o dinheiro? _____
- 12) O dinheiro do empréstimo foi ou será pago em quantos anos? _____
- 13) Qual foi o valor do empréstimo? _____
- 14) Depois do empréstimo a renda do aposentado ficou mais “apertada”? _____
- 15) Você vê a facilidade do empréstimo para o aposentado rural como uma coisa boa ou ruim? Por quê? _____

16) Depois de terminar de pagar essa dívida pensa em fazer um novo empréstimo? Por quê?
